



Eleonora Aronis Rainha

**TERRA BATIDA:
Sobre as Duas Casas do Butantã
e como habitar caminhos**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a Ana Luiza de Souza Nobre

**Rio de Janeiro
Junho de 2022**



Eleonora Aronis Rainha

**TERRA BATIDA:
sobre duas as duas casas do Butantã e como habitar caminhos**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Ana Luiza de Souza Nobre

Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - PUC Rio

Prof. João Masao Kamita

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - PUC Rio

Prof. Wellington Cançado Coelho

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFMG

Rio de Janeiro, junho de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Eleonora Aronis Rainha

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo (USP), em julho de 2017, com intercâmbio acadêmico na Universidade Politécnica da Catalunia (ETSAB UPC), de setembro de 2014 a julho de 2015. Pós-Graduada pela Associação Escola da Cidade no programa Geografia, Cidade e Arquitetura e pela Universidade Roma Tre no programa Studi del Territorio em 2019.

Ficha Catalográfica

Rainha, Eleonora Aronis

Terra batida : sobre as Duas Casas do Butantã e como habitar caminhos / Eleonora Aronis ; orientadora: Ana Luiza Nobre. – 2022.
152 f.: il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2022.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Habitar. 3. Terra. 4. Caminhos. 5. Casas. 6. Chão. I. Nobre, Ana Luiza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

À Riveke,
que me ensinou a atravessar fronteiras

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

À prof^a. Dra. Ana Luiza Nobre, pela orientação atenciosa, imensa dedicação e por proporcionar tantas trocas instigantes e inspiradoras, sem as quais esse trabalho não seria possível

À CAPES, PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, fundamentais para a realização deste trabalho

Aos profs. Drs. João Masao Kamita e Wellington Cançado Coelho, pela participação na banca, leitura atenciosa do trabalho e valiosas e estimulantes contribuições no exame de qualificação

Aos profs. e secretaria do programa de pós-graduação em arquitetura da PUC-Rio, especialmente ao prof. Dr. Fernando Espósito pela atenção e dedicação e a prof^a. Dra. Lúcia Saramago pela generosidade

Ao arquiteto Paulo Mendes da Rocha, por conceder a entrevista aqui anexada e pela conversa divertida que a procedeu

Aos colegas e amigos, novos e antigos, que de alguma forma contribuíram ou se fizeram presentes durante a realização desse trabalho, Aron Freller, Beatriz Hoyos, Carlos Zebulun, Carolina Maluf, Constança Lucas, Daniel Tonacci, Elena Caldini, Gabriela Baraúna, Helena Ribas, Ingrid Kindi, Ilan Schleif, Isabel Villares, Janaína Wagner, Julia Reis, Juliana Ayako, Kim Loeb, Laura Peters, Marcella Arruda, Maria Fernanda Machado, Marina Cecchi, Miguel Croce, Nicolle Prado, Olivia Abrahão, Paola Ormaghi, Pedro Nischimura, Rafaella Ziegert, Roman Alonso, Roser Estefanell, Sergio Tempel, Vidal Madriá

À Nathalie Ventura, pelas indicações, pelo incentivo e pela generosidade em me receber tantas vezes em sua casa, o que colaborou para esse trabalho ser possível

À Laura Pappalardo, pelos encontros acolhedores e pela pesquisa que iluminou pontos nebulosos

À Nina Pougy e Nathalia Amarante, duas casas no Rio

Ao Daniel Farfelmaze, pelas trocas, conversas, companhia e parceria, que queima, queima, queima

À Manuela Lourenço, minha companheira de estradas e aventuras

À Nathalia Navarro, pela parceria e solicitude e mais uma vez um belo retoque final

Ao Luca Santi, que apareceu caminhando e tanto me levou para passear, em terras firmes e movediças, mas sempre surpreendentes

Ao Zé, um novo grande amigo, pelas tardes regadas a café e filosofia

Ao Carlos Moreira, cujas palavras ressoam sempre e cada vez cobertas de novos significados

À Jacqueline Aronis, por tudo, sempre

E a todos aqueles que, ao cruzarmos caminhos de norte a sul e de leste a oeste, de alguma forma, me atravessaram, viajar, em todos seus sentidos, é preciso.

Resumo

Rainha, Eleonora Aronis; Nobre, Ana Luiza de Souza. **Terra Batida: Sobre as Duas Casas do Butantã e como habitar caminhos**. Rio de Janeiro, 2022. 152p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A partir da leitura de duas casas vizinhas no *Butantã*, na cidade de São Paulo, como um conjunto – uma casa bandeirante restaurada em 1954 pelo Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e transformada em museu como parte das comemorações do IV centenário da cidade, e a casa que o arquiteto Paulo Mendes da Rocha construiu para si entre 1964 e 1967 – busca-se entender, através da *dimensão material, construtiva e tátil* da arquitetura, questões de escala continental que transpassam de um tempo ao outro; não por acaso dois momentos fundamentais para o estabelecimento das fronteiras nacionais, a partir do litoral atlântico para dentro do continente americano. Olhando simultaneamente para essas duas casas icônicas da história da arquitetura paulistana, construídas lado a lado e em uma mesma cota, é possível estabelecer associações entre as ideias de habitar que elas representam, e, na arquitetura, manifestações da construção de um *território*– visível não só nas duas casas, como também no plano comum que as atravessa. Uma *terra batida* que guarda expressões dos caminhos, dos meandros, da topografia transformada e recriada pela ação humana; t(T)erra que foi sendo minerada, escavada e revirada para caber em algum lugar no intervalo entre esses dois gestos; entre as duas casas, o *Butantã*.

Palavras-chave

América; Butantã; Caminhos; Casas; Chão; Habitar; Fronteiras; Território; Terra; Vazio

Abstract

Rainha, Eleonora Aronis; Nobre, Ana Luiza de Souza (Advisor). **Beaten Earth: On the two Butantã houses and how to inhabit pathways.** Rio de Janeiro, 2022. 152p. Dissertação de Mestrado – Departamento Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

From the analysis of two neighbouring houses in the *Butantã* neighbourhood, in the outskirts of the metropolis of São Paulo, as a set - a *Bandeirante* house restored in 1954 by Sphan (National Historical and Artistic Heritage Service) and transformed into a museum as part of the celebrations of the IV centenary of the city, and the house that the architect Paulo Mendes da Rocha built for himself between 1964 and 1967 – the aim is to understand, mainly through the *material*, *constructive* and *tactile* dimensions of architecture, how issues of continental scale may cross from one time to another; not by chance two fundamental moments in the establishment of national borders, from the Atlantic coast to the interior of the American continent. Looking simultaneously at these two iconic houses when considering the history of São Paulo's architecture, built side by side and on the same level, it is possible to establish associations between the ideas of inhabiting that they represent, and, in their architecture, manifestations of the construction of a territory – visible not only in the two houses, but also in the common plane that traverses them. A beaten earth that carries expressions of the paths, the meanders, the topography transformed and recreated by human action; e(E)arth that was mined, excavated and turned over to fit somewhere in the interval between these two gestures; in between the two houses, *Butantã*.

Keywords

America; *Buntantã*; Pathways; Houses; Floor; Inhabit; Borders; Territory; Land; Void

Sumário

Introdução	11
1. Terra batida	14
2. Uma casa	27
2.1. Pedra que brilha	29
2.2. Herói fantasma	40
3. Outra casa	54
3.1 Eixos cruzados	55
3.2 Matéria bruta	66
4. Senhor dos vales	85
Considerações Finais	97
Anexos	
Anexo I Imagens	100
Anexo II Ensaio Fotográfico	122
Anexo III Mapas	131
Anexo IV Entrevista com Paulo Mendes da Rocha	142
Bibliografia	145

**“A distância mais curta entre dois pontos
pode ser a linha reta, mas é nos caminhos
curvos que se encontram as
melhores coisas”**

Lygia Fugunde Telles,
Ciranda de Pedra

Introdução

“A vida é vivida, pensei, ao longo de caminhos, não apenas em lugares, e os caminhos são uma espécie de linha. É também ao longo dos caminhos que as pessoas adquirem conhecimento do mundo ao seu redor e o descrevem nas histórias que contam.”

- Tim Ingold¹

No bairro do Butantã, na zona oeste da cidade de São Paulo, – uma das maiores metrópoles da América Latina – onde o Rio Pinheiros encontra as estradas que levam ao interior do país; existe uma casa de taipa do século XVII que relembra os tempos de fundação da cidade pelos colonos portugueses, quando no planalto paulista existia uma vila com poucos habitantes; um ponto de parada entre o litoral recém colonizado e o *Sertão* desconhecido. Em frente a essa casa, hoje transformada em parte do Museu da Cidade e chamada de Casa Bandeirante do *Butantã*, está a casa que o arquiteto Paulo Mendes da Rocha fez para si nos anos 1960. E, apesar da distância temporal existente entre a construção dessas duas casas, a sua simultaneidade, frente a frente na Rua Praça Monteiro Lobato, faz com que seja possível estabelecer entre elas uma relação. O trabalho busca entender até que ponto existem rupturas e continuidades entre as maneiras de habitar representadas nessas duas arquiteturas. Também, como, ao se mirarem através da rua em uma mesma cota - marcando um intervalo de tempo na constituição deste território -, a presença dessas duas casas paulistas icônicas pode sugerir a construção de uma narrativa de envolvimento com o chão a partir do planalto.

O entendimento dessas duas casas como um conjunto foi o que impulsionou o desenvolvimento deste trabalho. O trabalho propõe um percurso que no primeiro capítulo parte do ponto mais alto da cidade de São Paulo, o Pico do *Jaraguá*, para pousar no bairro do *Butantã*, expondo a situação ou a “questão” a ser investigada,

¹ INGOLD, Tim. *Lines a Brief History*. London: Routledge. 2007. e-book loc. 358 (*tradução livre*)

as diversas camadas construtivas contidas entre e nas duas casas do *Butantã*. O percurso segue como uma visita feita às duas casas, em que, em um primeiro momento o visitante entra na casa Bandeirante do *Butantã*, e depois continua para a Casa *Butantã* do arquiteto Paulo Mendes da Rocha - essas duas visitas são descritas quase em primeira pessoa nos “prólogos” dos capítulos 2 e 3; e os capítulos em si seriam as reflexões feitas a partir de uma e, depois, da outra visita. O segundo capítulo, então, propõe a continuação do percurso por dentro da Casa Bandeirante do *Butantã*, e, a partir dela, levantam-se questões desmembradas nas duas partes seguintes do capítulo – a subida da Serra do Mar pelos colonos portugueses em direção ao ouro da Bacia do Rio da Prata e a retomada do mito bandeirante, transformado em um herói paulista no século XX. E, o terceiro capítulo propõe a continuação do percurso, da casa bandeirante para a casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha em frente, de onde são levantadas outras discussões expostas nas próximas duas partes do capítulo – a construção de Brasília e a questão do progresso técnico na arquitetura moderna paulista. Finalmente, no quarto capítulo o percurso segue por fora das casas e a partir do terreno *vazio* que completa a esquina onde estão as duas casas do *Butantã*, retorna ao Pico do Jaraguá pelos caminhos que, ao longo do tempo percorrido no trabalho – entre a chegada das primeiras caravelas portuguesas ao litoral atlântico e os dias atuais – foram transformados de trilhas transcontinentais em rodovias asfaltadas.

Sugere-se que em paralelo ao trajeto percorrido pelo trabalho – entre as duas casas do *Butantã* – também seja possível imaginar um percurso de uma ideia de progresso que subiu a Serra do Mar em direção a Bacia do Rio da Prata. E, a partir do planalto paulista, desde então, percorre as entranhas do continente americano revirando, perfurando e transformando a t(T)erra em busca de recursos minerais.

Ps.: Alternativamente, o trabalho poderia ser lido da seguinte maneira - capítulo 1, capítulo 2 (somente prólogo), capítulo 3 (somente prólogo), capítulo 4; com os miolos dos capítulos em sequências diferentes, e soltas, e convidando o leitor a imaginar outros “miolos” possíveis para os capítulos 2 e 3 - instigando assim outras reflexões, desdobramentos e trajetos possíveis a partir do diálogo estabelecido entre as duas casas.

**“Trabalhar tem sido fazer
buracos no mundo”**
- Vilém Flusser

1 Terra batida

“O colonialismo, então, não é a imposição de linearidade sobre um mundo não linear, mas a imposição de um tipo de linha sobre outro. Ele procede primeiro convertendo os caminhos ao longo dos quais a vida é vivida em limites nos quais ela está contida e, em seguida, reunindo essas comunidades agora fechadas, cada uma confinada a um ponto, em assembleias integradas verticalmente. Viver junto é uma coisa; juntar-se é outra completamente diferente.”

- Tim Ingold²

Para aquele que percorre as ruas e avenidas de São Paulo, ou ainda que habita um de seus apartamentos em meio aos quase um milhão e meio de edifícios existentes, a cidade parece quase não ter horizonte. Se a verticalização de São Paulo nos últimos cem anos³ transformou drasticamente a sua paisagem, as suas vistas antes eram marcadas pelo desenho típico dos “mares de morros”⁴ desta região do planalto atlântico. Ao fundo e na direção norte, via-se ininterruptamente o maciço montanhoso da Serra da Cantareira, no qual se destaca o Pico do *Jaraguá*, Senhor dos Vales⁵, a mil cento e trinta e cinco metros de altitude. A cidade está a vinte e três graus de latitude sul, a setecentos e sessenta metros de altitude e a sessenta quilômetros do litoral atlântico, no topo da Serra do Mar, uma cadeia montanhosa que se estende por mil e quinhentos quilômetros pelo litoral sul do continente sul-americano.

Se atualmente, do centro da cidade, pouco ou nada se percebe da sua situação geográfica, ela foi fundamental para a sua fundação. Enquanto as três

² INGOLD, Tim. *Lines a Brief History*. London: Routledge. 2007 e-book loc. 359 (*tradução livre*)

³ O edifício Guinle (1913), com estrutura de concreto armado e sete andares de altura, é considerado o edifício mais antigo da cidade, rompendo com a média de dois andares das construções existentes. Sua altura foi superada pelo edifício Sampaio Moreira, inaugurado em 1924 na Rua Libero Badaró, com 12 andares e 50 metros de altura, e em seguida (construção iniciada em 1924 e finalizada em 1929) pelo Edifício Martinelli, considerado o primeiro arranha-céu da cidade, com 28 andares e 106 metros de altura.

⁴ Mar de morros ou Mares de morro é uma denominação criada pelo geógrafo francês Pierre Deffontaines e consagrada pelo geógrafo brasileiro Aziz Ab'Saber, que se utilizou dessa expressão para designar o relevo das colinas dissecadas do Planalto Atlântico.

⁵ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.

primeiras décadas de colonização portuguesa no continente sul-americano - iniciada oficialmente com a chegada ao litoral da Caravela do navegador Pedro Álvares Cabral em 1500 - foram caracterizadas pela ocupação de áreas dispersas ao longo do seu vasto litoral, a subida ao planalto paulista significou uma nova relação entre os continentes americano e europeu. Ao mesmo tempo em que os povoados litorâneos eram destinados, principalmente, a um sistema mercantil de extração de matéria prima vegetal encontrada nas bordas da floresta e ao aportamento de navios que partiam em direção à Europa, a subida ao planalto paulista significou o início da estruturação da entrada dos colonizadores portugueses no interior do continente americano em busca de, entre outros recursos, ouro e prata.

Do alto do Pico do *Jaraguá*, por outro lado, ainda é possível ver grande parte do Planalto Paulista, onde a cidade se assentou a partir de um Colégio Jesuíta fundado em 1554 às margens do Rio *Tamanduateí* e próximo à aldeia de *Piratininga*. Desde então a vista do Pico do *Jaraguá* sobre a cidade de São Paulo mudou drasticamente. A vegetação variava entre áreas de floresta tropical, bosques de araucária e cerrado onde atualmente é possível ver uma malha urbana que corresponde à uma das maiores metrópoles da América Latina. Os principais rios que cruzam esse trecho do planalto, atualmente retificados e canalizados - *Tietê*, *Jurubatuba* (atual Pinheiros) e *Tamanduateí* - corriam em meandros que variavam conforme os seus regimes de cheias e vazantes. Deles saíam diversos outros rios menores que compunham uma paisagem de “extensas baixadas contendo terraços fluviais descontínuos e alongadas e largas planícies de inundação”, em meio a “uma topografia de colinas e espigões tabuliformes de níveis escalonados”, como descrita pelo geógrafo Aziz Ab’Saber⁶.

Se na vista a partir do *Jaraguá* as diferentes construções se misturam em uma mancha quase homogênea, no bairro do *Butantã* na zona oeste da cidade - onde o atual Rio Pinheiros se encontra com as rodovias que levam ao interior do país⁷-, existe uma casa de taipa do século XVII que trespassou esse intenso processo de verticalização. Trata-se de um dos poucos exemplares remanescentes da arquitetura

⁶ AB’SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. p. 20

⁷ A Rodovia Raposo Tavares segue, passando por Sorocaba, através dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul até a divisa com a Bolívia, e a Rodovia Regis Bittencourt segue até Curitiba, passando pelo Embu aonde se ramifica em outras rodovias – entre elas a 277 que segue até Foz do Iguaçu nas fronteiras entre Brasil, Argentina e Paraguai.

paulista rural colonial. A casa foi construída em terras que na altura configuravam uma zona agrícola da então pequena Vila de São Paulo de *Piratininga*, e, após ter sido restaurada em 1954, passou a integrar o Museu da Cidade, do qual também fazem parte outras catorze construções da mesma época⁸, como parte das comemorações pelo IV Centenário da cidade. No momento de sua inauguração como museu, ao percorrer a casa, nomeada então como “Casa Bandeirante do *Butantã*”⁹, o visitante era convidado a imaginar como seria a vida de um *paulista* no período de sua construção a partir da arquitetura recém-restaurada e do mobiliário ali exposto, cuidadosamente selecionado, em um ensaio de recomposição do ambiente rural doméstico dos primórdios do século XVIII¹⁰.

Enquanto a casa não despertava nenhum interesse histórico até ser encontrada por Mário de Andrade em 1937, sendo chamada a princípio apenas de “Casa Velha”¹¹, o seu restauro deu-se em meio a um esforço de criar uma base para a construção da historiografia da arquitetura brasileira pelo Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (Sphan), então chefiado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, com assessoria do arquiteto Lúcio Costa. De acordo com a pesquisadora e arquiteta Lia Mayumi, isso se dava, naquele momento, tanto em função de escrever uma história da arquitetura ainda não escrita, como de demonstrar que a experiência modernista era decorrência natural da história da arquitetura colonial luso-brasileira¹². O personagem *bandeirante*, - como eram chamados os colonos portugueses que se estabeleceram no planalto paulista de onde comandavam expedições organizadas, as *bandeiras*, com o intuito de penetrar o interior do continente ainda desconhecido para os europeus, em busca de metais preciosos como o ouro e a prata, escravização de indígenas e conquista de novas terras - foi

⁸ São eles: o Museu das Culturas Brasileiras, Museu Beco do Pinto, Capela do Morumbi, Casa da Imagem, Casa do Butantã, Casa do Caxingui, Casa do Grito, Casa do Sítio da Ressaca, Casa do Tatuapé, Casa Modernista, Chácara Lane, Cripta Imperial, Sítio Morrinhos, Solar da Marquesa de Santos

⁹ Atualmente, existe uma discussão em relação ao nome da casa, que está sendo revisitado pelo Museu da Cidade, para Casa do Butantã ao invés de Casa Bandeirante do *Butantã*, em um questionamento se de fato a casa teria sido habitada por um bandeirante e em meio à uma discussão sobre a importância dada a esse personagem. (informação dada por pesquisador associado ao Museu da Cidade responsável pela visita ao museu em agosto/2021)

¹⁰ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 91

¹¹ Mário de Andrade definiu, a princípio, as casas que viriam a ser chamadas de bandeiristas, de “velhas esfinges caipiras sem memória” (MAYUMI, 28)

¹² MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 29

exaltado como um *verdadeiro* homem do planalto paulista, um herói oportuno para compor uma narrativa de grandiosidade do passado regional e enaltecer as realizações econômicas do momento, o que era necessário para difundir a autonomia política paulista¹³.

Atualmente, vista da rua, a casa se apresenta como um volume construído a partir de uma planta retangular de vinte por vinte e três metros, coberto com um telhado de telhas cerâmicas distribuído em quatro águas. A fachada da casa é lisa e pintada de branco, marcada apenas pelas oito janelas de madeira retangulares distribuídas ao longo das suas quatro faces e dois alpendres com colunas de madeira entalhadas, um na fachada norte e outro na fachada sul. A Casa Bandeirante do *Butantã* está em um lote de aproximadamente trezentos e cinquenta metros quadrados que foram transformados em praça, chamada Praça Monteiro Lobato, que cercada e gradeada, não corresponde ao entorno existente durante a sua construção. No momento em que a casa foi inaugurada como museu, o volume prismático restaurado e recém pintado, com um pé direito que varia de cinco a sete metros e meio de altura, destacava-se sobre um morro então gramado, podendo ser comparado, em certa medida a uma estátua sobre um pedestal. Se a exposição montada para a sua inauguração como museu tentava recriar uma atmosfera da vida doméstica no século XVIII, a sua situação atual indica mais a respeito das dinâmicas urbanas do último século do que da relação da casa com o que a circundava no momento da sua construção.

No século XVII, quando a casa foi construída, as terras correspondentes à zona onde a casa se encontra¹⁴ pertenciam ao *bandeirante* minerador, fazendeiro e político Afonso Sardinha¹⁵ que fez na sua propriedade, a fazenda *Ybiatá*, que se

¹³ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 86 ver também WALDMAN, Thais. *Entre Batismos e Degolas: (Des)caminhos Bandeirantes em São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2018.

¹⁴ Existe uma divergência em relação a localização da Casa do Butantã, se estavam em terras pertencentes a Afonso Sardinha ou nas terras vizinhas à sua propriedade. Ver MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. E BROIDE, Emília; BROIDE, Jorge (Coord.). *Butantã: Um Bairro em Movimento. Memória, vida Transformação*. São Paulo: Versal Editores, 2013.

¹⁵ “Afonso Sardinha, o Velho, português de nascimento e bandeirante minerador, um homem muito poderoso em sua época. Mercador e caçador de escravos índios, o Velho liderou, em 1590, a construção do Forte Emboaçava, para proteger a Vila de São Paulo de Piratininga contra os ataques indígenas. Nesse mesmo ano construiu uma casa no Pico do Jaraguá e, seguindo pelas trilhas indígenas em direção ao local, criou, no meio do caminho, um assentamento de apoio logístico às suas incursões pelo sertão” (BUTANTÃ, 18)

estendia aos sopés do *Jaraguá*, o primeiro engenho de açúcar da Vila de São Paulo. Naquele momento, essa região compunha uma zona rural pela qual eram convenientes as saídas para os caminhos que levavam ao interior do continente, e, por isso, um importante ponto de rotas bandeirantes. Dali era possível atravessar o rio *Jurubatuba*, que ainda corria em meandros, no seu ponto mais raso, e também navegá-lo em direção ao porto geral no centro da vila ou a uma extensa rota fluvial que seguia pela Bacia do Rio da Prata em direção ao interior do continente. Antes de pertencerem a Afonso Sardinha, as terras que correspondem ao atual bairro do *Butantã* foram concedidas em 1566 como uma sesmaria¹⁶ aos colonos portugueses Jorge Moreira e Garcia Rodrigues, em uma paragem conhecida como *Uvatantan*, nos caminhos que cruzavam o continente americano no sentido este-oeste, em meio aos territórios indígenas que se estendiam para além do planalto paulista. Esses caminhos eram chamados de caminhos do *Peabiru*, - em tupi *pe-* caminho *abiru-* grama amassada – e se subdividiam de um ramal principal, que chegava a ter aproximadamente um metro e meio de largura e quatro mil quilômetros de extensão¹⁷, em trilhas menores que, a 23° de latitude, onde havia sido estabelecida a capitania de São Vicente, entre o planalto paulista e o litoral atlântico, passando pela Serra do Mar, se desdobrava na trilha dos tupiniquins.

Em meio à vegetação densa de Mata Atlântica, que se desenvolveu na praça nas últimas sete décadas, e implantada em um trecho de terra remanescente da urbanização do *Butantã*, a Casa do Bandeirante do *Butantã* atualmente é quase invisível da rua. Para alcançá-la é preciso subir alguns degraus para vencer os quase dois metros de altura que separam a Praça Monteiro Lobato da rua que leva o mesmo nome; aberta e escavada durante o loteamento do bairro iniciado em 1935. Com a morte de Afonso Sardinha, as terras foram doadas à Capela de Nossa Senhora das Graças da Ordem dos Jesuítas¹⁸ e posteriormente confiscadas e vendidas pelo Estado em 1915 para a *Cia City*, uma companhia inglesa de urbanização. Se a casa permaneceu no mesmo lugar desde a sua construção e a

¹⁶ Pedaco de terra distribuído pela Coroa portuguesa. Em São Paulo a partir da leitura de *Memória Paulistana: Os antropônimos Quinhentistas na Vila de São Paulo do Campo* de M. Dick entende-se que as sesmarias foram distribuídas aos companheiros do fidalgo Martim Afonso de Souza, primeiro donatário da capitania de São Vicente.

¹⁷ PRADA, Cecília. *Peabiru a Trilha Misteriosa*. Portal do Sesc, 2011. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/5670_peabiruatrillhamisteriosa>

¹⁸ CASA DO BANDEIRANTE(BUTANTÃ), Museu da Cidade de São Paulo. Último acesso em 8 de maio de 2022. Disponível em <<https://www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br/sobre-mcsp/casa-do-bandeirante>>

região do *Butantã* ficou relativamente isolada do restante da cidade até meados do século XX, com a compra das terras pela *Cia City* as terras do *Butantã* foram loteadas e recortadas para, em diversas manobras de aterro e terraplanagem, organizarem-se em vias e lotes aos moldes do modelo inglês de urbanização *garden city* ou *cidade jardim*¹⁹. Paralelamente, iniciava-se a retificação do Rio Pinheiros, a partir de 1928, em uma parceria entre a prefeitura de São Paulo e as Cias *City* e *Light*, obra que foi concluída ao mesmo tempo em que se inaugurava Brasília, algumas décadas depois.

Foi, portanto, simultaneamente à inauguração da capital federal, e dez anos após o restauro da Casa Bandeirante do *Butantã* que, em um lote de esquina exatamente em frente à Praça Monteiro Lobato, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) construiu, entre 1964 e 1967, a casa que projetou para si. A casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, conhecida como Casa do *Butantã*, está não somente implantada em frente à Casa Bandeirante do *Butantã*, mas também tem o seu volume principal, um prisma monolítico de concreto armado aparente, elevado sobre quatro pilares de modo que os volumes das duas casas se deparam em uma mesma cota. Por baixo do volume da casa se encontra parte do remanescente de terra cortado para abertura da via pela *Cia City*, na forma de um pequeno monte – que atravessa de um lote a outro, por baixo do asfalto. Como as ruas criadas pela *Cia City* compunham-se de escavações das terras existentes, assim como o lote em que estava a Casa Bandeirante do *Butantã*, os lotes particulares configuravam-se como remanescentes de terra elevados em relação às vias recém-abertas. Cabia, então, a cada proprietário, adequar o lote adquirido à sua construção.

O lote em que a casa se encontra foi comprado pela família do arquiteto. Tratava-se de três lotes que foram transformados em dois e nos quais foram construídas, simultaneamente, duas casas gêmeas²⁰ projetadas pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, uma para si e outra para a sua irmã. Diferente do restante das casas sendo construídas no entorno, nos lotes pertencentes à família do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, as elevações de terra correspondentes foram deixadas *parcialmente* intocadas. Na casa do arquiteto, em mais da metade do terreno foi

¹⁹ Bairro-Jardim ou *garden-city*, um modelo de urbanização inglês de bairros planejados em que se buscava a atmosfera bucólica do campo em bairros da cidade.

²⁰ Ver NOBRE, Ana Luíza. Um em dois. As casas do Butantã, de Paulo Mendes da Rocha. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.086/228Page>>

feito um terrapleno que permite a entrada ao lote pela calçada da rua lateral, Rua João Ulhôa de Cintra, de onde uma sucessão de pequenos muros e escadas levam à entrada da casa, o volume monolítico de concreto aparente, que, elevado a dois metros de altura da calçada pelos quatro pilares centrais, dá acesso ao pavimento único onde é distribuído o programa residencial. Se, pela entrada lateral, o nível térreo que dá acesso à casa – de onde saem os pilares centrais em um espaço aberto e coberto pela laje inferior do volume de concreto –, ainda que configure um espaço aberto de entrada livre, parece estar enterrado entre o monte de terra remanescente anterior à urbanização da *Cia City* e os limites do lote ocupados por jardins, o volume que contém a casa propriamente dita, elevado, *parece* flutuar sobre o bairro quando visto desde a Praça Monteiro Lobato. Os quatro pilares centrais sobre os quais a casa se apoia são praticamente invisíveis desde a praça, e sobre o monte remanescente, visto desde a esquina, o volume não encosta, mas paira sobre o chão.

A existência desse volume de concreto aparente sobre o pequeno monte de terra chama a atenção como elemento *sui generis*, em meio a um bairro nobre da cidade, marcado, a partir de meados do século XX, principalmente por casas unifamiliares implantadas no centro do lote em terrenos murados e totalmente nivelados com a calçada. Mas as manobras de elevação e aterramento utilizadas pelo arquiteto, combinadas com uma experimentação com a técnica de concreto armado estavam inseridas em um debate já existente tanto no meio arquitetônico como no urbanismo – tendo no Brasil possivelmente a sua expressão máxima em Brasília. Se os cinco pontos²¹ da arquitetura moderna propostos por Le Corbusier influenciaram toda uma geração de arquitetos brasileiros, entre eles Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a partir da sua visita ao Rio de Janeiro em 1929, no caso de Paulo Mendes da Rocha é preciso lembrar também do casal inglês Peter e Allison Smithson²² além de, e principalmente, João Vilanova Artigas. Os primeiros propunham uma nova leitura dos princípios modernos, face ao contexto do pós-segunda guerra, em que a espacialidade e os materiais *in natura* eram os recursos

²¹ Os cinco pontos da arquitetura moderna, de acordo com Le Corbuiser, foram publicados em seu manifesto na revista *L'Esprit Nouveau* e, subsequentemente, em seu livro *Vers Une Architecture* (1923). São eles fachada livre, planta livre, pilotis, janelas em fita e terraço jardim. Ver *LE CORBUSIER, Charles-Edouard Jeanneret. Towards a New Architecture*. Nova York: Dover Publications, Inc, 1986.

²² Ver por exemplo projetos para Bates House (1953), Smithdon High School (1949), Upper Lawn Pavillion (1959) de Peter e Allison Smithson

necessários e suficientes na constituição de um edifício²³. O segundo, enquanto insistia na necessidade de “fazer cantar os pontos de apoio”²⁴, questionava os *Caminhos da Arquitetura Moderna* e propunha uma arquitetura que pensava a *Função Social do Arquiteto*²⁵ em uma revisão crítica da arquitetura proposta por Le Corbusier²⁶.

Se a casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha trabalha a questão do peso e da leveza, elevando um volume monolítico de concreto armado em apenas quatro pilares, as suas soluções de implantação, opções técnico-construtivas e a construção de uma casa análoga no terreno vizinho, feita para a sua irmã²⁷, também se inseriam em um debate sobre a construção da cidade, em um ensaio sobre a pré-fabricação e as tensões entre o público e o privado, que, em maior ou menor grau, acompanhariam toda a obra do arquiteto - desde os seus projetos residenciais como a Casa Millan (1970) aos públicos e/ou institucionais como o Museu Brasileiro da Escultura (MuBE, 1995). Ao mesmo tempo, a elevação do volume aparentemente suspenso sobre o monte remanescente da urbanização da *Cia City* cria uma tensão constante entre a casa e a terra preexistente à sua construção e permite que seja possível estabelecer um diálogo com a casa bandeirante em frente. Nas palavras do arquiteto²⁸, ele construiu uma casa que está sempre “namorando” a outra, em uma possível relação de “confronto com a distância histórica”. Os dois volumes de

²³ JUNQUEIRA, Monica. *Artigas e a Escola Paulista*. Arq.ub, número 14, segundo semestre 2015. p. 137

²⁴ Frase de August Perret, muito repetida pelo arquiteto “fazer formas pesadas e chegar perto da terra e dialeticamente negá-las”

²⁵ Títulos de ensaios escritos pelo arquiteto ver *Caminhos da Arquitetura Moderna e Função Social do Arquiteto* em ARTIGAS, Rosa; LIRA, João Tavares Correia de (org.). Vilanova Artigas *Caminhos da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

²⁶ Como coloca a pesquisadora Ruth Verde Zein, “naquela oportunidade Artigas inicia afirmando que, longe de serem absurdas, aleatórias ou fantasiosas, as formas da Arquitetura Moderna respondem a premissas lógicas. Exemplifica, ressaltando haver além destes um número enorme de outros criadores, com a obra de Frank Lloyd Wright, Le Corbusier e Mies Van der Rohe, verificando de que maneira suas formas e discursos revelam convicções e ideais, configurando distintas tendências. Constata que, apesar de suas diferenças, os resultados são sempre individualistas e arbitrários: “imagina-se uma premissa, por absurda que seja, e sobre ela monta-se o edifício de uma arquitetura”; e que ademais, e em todos os casos, “as obras dos arquitetos exprimem ideologicamente o pensamento da classe dominante – a burguesia”, o que o leva a concluir que “a Arquitetura Moderna, tal como a conhecemos, é uma arma de opressão, arma da classe dominante; uma arma de opressores, contra oprimidos” em ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura Brasileira, Escola Paulista e As Casas de Paulo Mendes da Rocha*. Dissertação de metrado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. p. 17

²⁷ Tema tratado mais adiante no trabalho. Ver entrevista com o arquiteto em anexo e NOBRE, Ana Luiza. Um em dois. As casas do Butantã, de Paulo Mendes da Rocha. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007

²⁸ Entrevista concedida pelo arquiteto em 27.07.2020. ver anexos

dimensões equivalentes em planta, com um programa residencial resolvido em um único pavimento, que aparecem em corte em uma mesma cota, miram-se através da rua sobre um plano que, ao invés de confinar-se aos limites impostos pelos lotes, ressurgem, ainda que cortado pela rua, de um lado ao outro, sugerindo a configuração de um conjunto. Um ponto geográfico fixo que revela diversas camadas de tempo em meio a uma cidade que vivia, e ainda vive, uma intensa transformação.

Ao olhar para esse conjunto em que aparecem simultaneamente as duas casas do *Butantã*, é possível questionar, além das tendências de *elevação* e *enraizamento* presentes nas soluções empregadas nas duas casas, que permeiam as manobras construtivas das arquiteturas brasileira e portuguesa, como coloca a historiadora e arquiteta Ana Luiza Nobre²⁹, as ideias que transcendem de um lote ao outro e que conduziram, e ainda conduzem, as maneiras de habitar o continente a partir do planalto. Através da investigação de possíveis relações entre as casas, tanto de confronto como de confirmação, é possível estabelecer associações entre a ideia de habitar que elas representam, e, na arquitetura, expressões da construção de um *território*. Propõe-se que na *tectônica* das casas, no sentido da *dimensão material, construtiva e tátil da arquitetura*³⁰, e no espaço que elas apresentam para um mesmo programa, materializam-se questões de escala continental, sendo possível transpô-las a um microcosmos³¹ palpável para o indivíduo. Nas palavras do historiador, filósofo e arquiteto Ignasi de Solà-Morales, incorporando na “arquitetura a percepção difusa de que no nosso universo e nas nossas cidades o que é visível é apenas uma parte do invisível”³².

Apesar de terem surgido desdobramentos, de certa maneira críticos aos preceitos da arquitetura moderna, como levantados por Le Corbusier, com possíveis reverberações na arquitetura brasileira e paulista, parece existir uma essência que permeia o imaginário e o fazer da arquitetura, principalmente naquela construída com concreto armado e com outros materiais industrializados inseridos em uma

²⁹ NOBRE, Ana Luiza. Tanto Chão: Topografias da Arquitetura Contemporânea entre Brasil e Portugal. Disponível em < https://www.atlasdochao.org/wp-content/uploads/2021/10/Tanto-Chao_-Arq-Atlantica_Ana-Luiza-Nobre.pdf >

³⁰ Ver AMARAL, I. Quase tudo que você queria saber sobre tectônica, mas tinha vergonha de perguntar. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, São Paulo, n. 26, p. 148-167, dez. 2009. <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43644>>. p. 161

³¹ Ver capítulo 2 de FOUCALT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

³² MORALES, Solà. *Arquitectura Inmaterial*. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 149 *tradução livre*

“lógica energética de carbono”³³, que evidenciam uma relação de mineração com o solo. Enquanto busca-se romper com tendências coloniais em diversos sentidos, existe uma herança de um passado bandeirante transformado, no século XX, em uma tradição moderna. Como coloca Elisa Iturbe em *Architecture and the Death of Carbon Modernity*³⁴, é necessário olhar para o papel da arquitetura e da forma urbana na criação da atual crise do Antropoceno – o que significa, de acordo com a autora, olhar para questões políticas, culturais e espaciais e, então, como as formas urbanas e arquitetônicas expressam uma lógica energética do carbono.

Se a casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha pode ser entendida em interlocução com a casa em frente, é preciso lembrar que, mais do que com a casa rural, ou “casa velha”³⁵ construída no século XVII, é com a Casa Bandeirante do *Butantã*, transformada em museu, que o diálogo é estabelecido. Aquela que foi restaurada pelos arquitetos ligados ao Sphan, liderados por Luiz Saia e respaldados por Lúcio Costa- num projeto que fez parte das comemorações do IV Centenário da Cidade. Considerando as condições do restauro, é possível questionar até que ponto ela não seria também uma construção moderna. Como lembra Carlos Lemos, comentando o restauro que acompanhou junto com Luiz Saia, “muita gente lamenta o fato das construções tombadas não sugerirem a idade que têm. Recém-saídas do forno, são verdadeiramente “modernas”³⁶. Além da história de ocupação do continente americano a partir do planalto paulista, presente na permanência do objeto arquitetônico, existe nas escolhas que guiaram o restauro da casa uma narrativa referente ao que seria o personagem bandeirante. Uma construção que estaria relacionada à expansão do território nacional e a um suposto progresso

³³ Tema tratado mais adiante no trabalho. Ver: ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*; Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay, 2019.

³⁴ ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*; Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory, 2019.

³⁵ De acordo com Lia Mayumi, as consideradas *casas velhas* (de acordo com Mário de Andrade eram esteticamente pobres em comparação às construções encontradas em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraíba) diferente de outras edificações levantadas pelo Sphan, estiveram presentes entre os bens arquitetônicos selecionados para compor o patrimônio histórico e artístico nacional desde o início de suas atividades em 1937. Levantadas por Mário de Andrade, assistente técnico responsável pela região sul do Brasil auxiliado por Luiz Saia e Nuto Sant’Anna.(...) A diretriz para a seleção dos monumentos (a serem tombados) foi coerente com o esforço modernista e nacionalista de construir a memória nacional a partir dos vestígios coloniais, luso-brasileiros, desconsiderando e mesmo desprezando as manifestações neoclássicas – como lembra Carlos Lemos em *A procura da memória colonial* (MAYUMI, 18) – e também hispânicas, como coloca Aracy Amaral em seu livro *A Hispanidade em São Paulo*, de 1981.

³⁶ LEMOS, Carlos. *Apresentação* em MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14

técnico, baseada em uma história revisitada durante as comemorações do IV centenário de São Paulo, resgatada posteriormente na construção e inauguração de Brasília e no *(des)envolvimento* das cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX.

Se, ao atravessar o volume da Casa *Butantã* do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, a partir de um percurso pelo seu interior, é possível ver da fachada contrária à porta de entrada, através de uma janela em fita –que rasga a parede de uma extremidade a outra-, a casa bandeirante, exatamente na mesma altura, do outro lado da rua - e se igualmente da Casa Bandeirante do *Butantã*, ao percorrer o seu salão principal com pé direito duplo, ao entrar em um dos cômodos da sua fachada leste vê-se os movimentos da sala da casa em frente, através de uma janela retangular de um metro por dois, - é possível começar a perceber, entre elas, e entendendo as casas como expressões materiais de um modo de habitar, o fio condutor de um pensamento que, em busca do ouro e da prata de Potosí, subiu a Serra do Mar expandindo as fronteiras da colonização europeia para dentro do continente americano. Enquanto o olhar para as duas casas revela uma *visão paisagística do conjunto*³⁷, como colocado pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, o pedaço de terra remanescente de tantos outros tempos, não só das casas, mas também anterior a elas, garante uma espécie de continuidade entre o chão de uma casa e de outra; possivelmente revelando, além das diferenças, uma provável continuidade de uma maneira de fazer arquitetura, e de ocupar o espaço, que atravessa, para além das casas, de um tempo ao outro.

Através, então, do corte que passa pelas duas casas e a partir da leitura do conjunto, aparece não só um confronto temporal entre as duas arquiteturas, mas a história desse plano comum que as atravessa, e alguma das tantas histórias possíveis de serem *(re)contadas* a partir dessa imagem. É possível imaginar como por ali passa a ideia de conquista de um continente supostamente vazio, a partir de uma linha reta que o divide ao meio, marcha para o *sertão* e, em Brasília, vira uma cruz. Da superação de uma topografia e da sobreposição de caminhos, que redesenha a margem de um rio, fatia e circunscreve um bairro, enterra, revira o chão e, de certa maneira, se desdobra em arquitetura. Assim, olhar para essas duas casas pode também significar olhar para os momentos em que foram construídas, que não por

³⁷ Ver entrevista concedida pelo arquiteto em 27.07.2020 em anexo

acaso, apontam para dois períodos significativos de interiorização de fronteiras, e dois gestos correspondentes a elas, formadoras do que é hoje o território brasileiro – a primeira entrada dos colonos portugueses para o interior, subindo a Serra do Mar desde o litoral, a partir do traçado de uma linha reta definida pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e a ocupação do centro do país marcada pela inauguração de Brasília (1960).

Entre a linha traçada em Tordesilhas e a construção de Brasília existe a *terra batida* – os caminhos, os meandros, as topografias-; a região que foi se modificando e sendo adaptada para caber em algum lugar no intervalo entre esses dois gestos. Entre as duas casas do *Butantã* existe uma linha reta, mas também rastros das águas, dos caminhos e da floresta. E o diálogo estabelecido enquanto as duas casas se miram através da rua pode ser interpretado como um convite para percorrê-los. Olhar para esse conjunto lembra as palavras de Norberg Schultz, em que “Para expressar a história do lugar (...), não se deve olhar para os edifícios históricos, mas sim voltar à fonte original na topografia”; o que convida a recordar que antes dos dois tempos das casas marcados nas duas arquiteturas, as terras nas quais elas se encontram já tiveram outra configuração. O Butantã era *Ybytátá* - termo, em tupi que significa “terra dura e socada”³⁸ ou *terra batida*, região de terra argilosa às margens do Rio *Jurubatuba* com uma vegetação singular de uma zona de transição entre a floresta da Mata Atlântica, o Cerrado e os Bosques de Araucárias – ou entre o litoral e o *Sertão*.

Se a chegada de navegadores europeus às terras americanas significou o último grande encontro entre dois grandes grupos humanos separados há milhares de anos, como colocado pelo pesquisador Warren Dean³⁹, ela também representou a aceleração de uma ocupação baseada na exploração do solo e na mineração dos seus recursos que segue desenfreada até os dias atuais. Os colonos voltados para as atividades das bandeiras, especificamente, tiveram uma participação significativa no avanço de fronteiras e no emprego de uma relação com o meio voltada para a mineração, enquanto as cidades contemporâneas, ainda inseridas em uma lógica

³⁸ Existe também outras possíveis definições como *terra de ventos muito fortes*. ver BROIDE, Emília; BROIDE, Jorge (Coord.). *Butantã: Um Bairro em Movimento. Memória, vida Transformação*. São Paulo: Versal Editores, 2013.

³⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo. História da Devastação da Mata Atlântica*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

energética moderna conforme Elisa Iturbe⁴⁰, seguem dependendo da mineração do solo, para entre outras atividades, alimentar a sua construção civil de tal maneira que, nas palavras do líder indígena Ailton Krenak, levam o ser humano a “comer montanhas para construir cidades”⁴¹. No momento em que o planeta Terra se encontra em uma crise de recursos sem precedentes, e sob uma constante ameaça de *queda do céu*⁴², como colocado pelo líder Yanomami David Kopenawa, é de suma importância reavaliar os modelos a partir dos quais o ser humano tem se relacionado com o meio ambiente, e, conseqüentemente, materializado a sua visão de mundo no seu habitat mais íntimo⁴³ – a *casa* – e coletivo – a *cidade* –, manifestos na transformação da matéria em abrigo – a *arquitetura*. Da mesma matéria da qual se extrai o ouro e a prata, o cimento, o ferro, o alumínio e tantos outros recursos minerais, ou por baixo do concreto em São Paulo e entre o pavimento e os pilotis de Brasília, em um chão transformado em superfície, existe uma profundidade complexa inerente à existência dos diversos ecossistemas – e fundamentalmente à permanência da vida humana e não humana na *t(T)erra*⁴⁴.

⁴⁰ ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*. Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay by Elisa Iturbe, 2019.

⁴¹ KRENAK, Ailton. *Saiam Desse Pesadelo de Concreto* em ANDRÉS, Roberto; CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata; MOULIN, Gabriela (org.). *Habitar o Antropoceno*. BMG Cultural/Cosmópolis, Minas Gerais, 2022. p. 222.

⁴² Ver de ALBERT, Bruce; KOPENAWA, David. *A Queda do Céu*. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

⁴³ Ver BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁴⁴ Ver CANÇADO, Wellington. *Sob O Pavimento, a Floresta: cidade e cosmopolítica*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

2. Uma casa

Ao caminhar pela Casa Bandeirante do *Butantã* transformada em museu, além de uma certa atmosfera que se sobressai em relação ao entorno onde está inserida, pouco se entende do que teria se passado ali no século XVII, quando se acredita que tenha sido construída. O interior da casa é dividido em dez cômodos fechados e dois alpendres em uma planta tripartida – um espaço maior central, dividido em dois cômodos de aproximadamente cinco por seis metros, com um pé direito de sete metros e meio no ponto mais alto, coberto por um telhado de telhas cerâmicas, organiza a planta e forma um corredor que conecta os dois alpendres. Nesse espaço, são distribuídos os outros oito cômodos menores, de maneira simétrica e em torno do ambiente central. Cinco desses cômodos são possíveis de serem acessados pelo interior da casa, enquanto os outros três só podem ser acessados pelos alpendres. A conexão entre os cômodos é feita por portas de madeira escura, localizadas no centro das paredes de cada ambiente; em cada cômodo existe uma janela da mesma madeira de aproximadamente um metro por um metro e meio. Entre as paredes pintadas de branco, de aproximadamente cinquenta centímetros de espessura, o piso cimentado e a falta de mobiliário, é necessária certa abstração para entender como seria exatamente o modo de vida de seus habitantes.

Em meio aos cinco cômodos possíveis de serem percorridos depois de atravessados um dos dois alpendres existentes nas fachadas leste e oeste, um recorte quadrado de aproximadamente cinquenta por cinquenta centímetros, deixado sem revestimento, revela o barro que teria sido usado para a estrutura da casa. Uma das primeiras características normalmente atribuídas às casas bandeirantes ou rurais construídas no planalto paulista é o uso da técnica de taipa de pilão – uma técnica em que o barro, como uma massa, é socado ou apiloado entre duas formas de madeira. No caso das casas paulistas, incluindo a casa em questão, teriam sido eliminados os alicerces e baldrame de pedra presentes nas construções feitas no

Algarve, em Portugal, de onde a técnica teria sido adaptada. De acordo com Carlos Lemos⁴⁵, arquiteto integrante da comissão responsável pelo restauro da casa, a terra era socada em valas abertas no próprio solo; mas, visto de fora, as paredes pintadas de branco fazem com que o volume de geometria rígida, visualmente, se destaque do chão. O barro aparente em uma das paredes parece não combinar com o restante da construção. O branco da pintura recente destoa do que se imagina ter sido um revestimento seiscentista feito com cal ou *tabatinga*⁴⁶ por cima de camadas de barro. A rigidez do volume, o piso cimentado e a tinta que começa a descascar das madeiras das aberturas não parecem ter atravessado mais de trezentos anos. Ao se debruçar sobre uma das janelas da sua fachada sul, é possível imaginar como teria sido essa casa antes de ser restaurada por uma equipe liderada por Luiz Saia (Sphan) em 1954, e quem teria sido o habitante da casa antes dela ser inaugurada como a Casa Bandeirante do *Butantã*.

O restauro da casa foi feito em um momento em que São Paulo tentava se estabelecer como uma potência política e econômica no cenário nacional, em meio as celebrações do IV centenário da cidade. A inauguração da casa como museu, transformada de uma *Casa Velha*⁴⁷ na Casa Bandeirante do *Butantã*, foi comemorada como fechamento do evento que celebrou uma narrativa do bandeirante como um herói verdadeiramente brasileiro e paulista, responsável pelos progressos da nação – ideia materializada no restauro da casa transformada em monumento, ao lado de tantos outros símbolos ainda espalhados pela cidade. Ao mesmo tempo em que os bandeirantes eram celebrados como responsáveis pela expansão das fronteiras da Coroa portuguesa na América, através das entradas no interior do continente em busca de ouro e prata, escravos e conquista de terras ainda desconhecidas pelos europeus, eles apareciam como homens desprendidos de bens materiais, mais voltados ao movimento pelas entranhas do continente do que à vida doméstica, como colocado por Sérgio Buarque de Holanda⁴⁸. Ou seja, se a imagem do bandeirante parecia tender ora para o lado de um paulista ascético, ora para o

⁴⁵ LEMOS, Carlos. Em apresentação em MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14.

⁴⁶ Uma argila branca que era possível de ser encontrada no local de acordo com Carlos Lemos, um dos arquitetos que participou do restauro da casa. ver LEMOS, Carlos. Em apresentação em MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14.

⁴⁷ Como era chamada a casa quando foi encontrada por Mario de Andrade em 1937

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014. 4ª ed.

lado de um sertanista simples que teria doado seu esforço em nome da construção de um território brasileiro, a sua construção fez parte de uma retórica moderna, que buscava nas raízes de uma tradição, de um passado cuidadosamente selecionado, os caminhos para a construção de um futuro para o país.

2.1 Pedra que brilha

“Assim como Colombo, Caminha buscou na natureza edenizada pela vastidão dos arvoredos, entrecortada pelos bons ares e águas infindas, os metais preciosos. Supondo estar perto do Paraíso terrestre, dada a exuberância da natureza sob o Trópico de Capricórnio, o cosmógrafo florentino Américo Vespúcio (1451-1512) associou a visão do paraíso à exploração mercantil do Novo Mundo “Metais nenhum aí se encontram, exceto o ouro do qual há abundância, se bem que desta viagem nenhum conosco trouxemos; mas dele deram-nos notícia dos habitantes afirmando que nos sertões havia muito, mas que não o estimavam nem o apreciavam”⁴⁹”

- Glória Kok⁵⁰

Em cartas à Coroa portuguesa em 1532, padres jesuítas que haviam se instalado na capitania de São Vicente relataram que indígenas que desciam a Serra do Mar em direção ao litoral atlântico traziam pepitas de *Itaberaba*, pedra que brilha, ou ouro, que, segundo eles, havia sido trazido da *Mutinga*, local junto ao *Tietê* e próximo ao *Jaraguá*⁵¹. Até então, as principais vilas fundadas pelos portugueses no início da colonização tinham sido implantadas ao longo do litoral, no nível do mar. Seguir continente adentro, na costa sudeste do oceano atlântico, significava passar uma importante barreira física de “íngremes cumes e escarpas”⁵², chamada atualmente de Serra do Mar. A sua subida significava tanto a transposição de uma topografia significativamente íngreme e imponente, como também de uma imensa floresta tropical que se estendia desde a costa ao topo da serra como um “tapete verde, salpicado pela glória de árvores inteiras em plena floração – a rosa púrpura de sapucaias, o branco e o vermelho de copaíbas, o amarelo de guapiruvus e o violeta de jacarandás”⁵³. Subir a Serra do Mar significava, para os colonos, estar

⁴⁹ Vespúcio, 1984, p.69 apud KOK, 2020, p. 2

⁵⁰ KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. <<http://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/58/70>>

⁵¹ REIS, Nestor Goulart. *As minas de ouro e formação das capitanias do Sul*. São Paulo: Vila das Artes, 2013

⁵² AB’SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. p. 20

⁵³ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 20

a setecentos e sessenta metros de altura, e, portanto, mais próximos aos limites das fronteiras europeias.

A definição sobre a posse das terras na América pelos europeus tinha sido estabelecida no tratado assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 1494⁵⁴, quando o desenho de uma linha reta sobre um mapa dividiu o mundo entre a Coroa de Portugal e o Reino de Castela. No Tratado de Tordesilhas dividiam-se não só as terras do planeta entre aqueles que a desenhavam, mas também as riquezas nelas contidas – recursos orgânicos, minerais e humanos. Enquanto o Reino de Castela havia ficado com as terras a Oeste da linha, a Coroa de Portugal havia ficado com as terras ao Leste – aonde estava a maior parte da costa atlântica da América do Sul. Mas, ao se tratar de uma linha virtual traçada sobre um mapa que tentava representar um território pouco conhecido por aqueles que o desenhavam⁵⁵, a sua descrição “a 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão no Arquipélago de Cabo Verde⁵⁶” era dúvida e a sua localização real inexistente⁵⁷, o que fazia com que os limites dos territórios sob domínio português ou espanhol fossem pouco precisos⁵⁸. Se não se sabia exatamente onde estavam as riquezas e se o interior do continente americano ainda era desconhecido pelos colonizadores, faz sentido que houvesse uma disputa em relação as definições das fronteiras marcadas em Tordesilhas, pois significavam que as riquezas, além da posse das terras, estariam dentro do que seria a área de um ou de outro reino – e o território desconhecido um grande espaço a ser desbravado e explorado.

Ao mesmo tempo em que as fronteiras desenhadas na Europa revelavam linhas geométricas virtuais traçadas sobre um mapa de uma terra longínqua, os

⁵⁴ Em 1494, no dia sete de junho, na cidade de Tordesilhas, na Península Ibérica, foi assinado um tratado que dividia o mundo ao meio entre os Reinos de Castela e Portugal. A partir de uma linha reta traçada ao longo de um meridiano, que ia do Pólo Sul ao Pólo Norte, a 370 léguas a oeste da Ilha de Santo Antão no Arquipélago de Cabo Verde na África, as terras do chamado Novo Mundo foram distribuídas entre as duas potências europeias. Em um acordo entre os que participaram do tratado, a parte oriental pertenceria a Portugal e a parte ocidental a Espanha. ver ALBUQUERQUE, LUIS de (dir.). *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

⁵⁵ Questão desenvolvida mais adiante. Ver capítulo 3.2

⁵⁶ ALBUQUERQUE, LUIS de (dir.), *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

⁵⁷ Hoje em dia é possível encontrar monumentos nos pontos por onde passaria a linha do meridiano em Belém, no Estado do Pará, no norte do Brasil, em Laguna, no Estado de Santa Catarina, e Cananéia, no Estado do Paraná, no sul do Brasil.

⁵⁸ De acordo com Sérgio Buarque de Holanda em *Monções*: “Nem castelhanos nem lusitanos tinham ideia segura dos lugares por onde deveria passar a raia de Tordesilhas, nada de preciso se sabia quanto aos extremos a que chegavam a leste da cordilheira as jurisdições de Almagro e Pizarro, e o próprio curso do Amazonas parecia uma incógnita” In HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, São Paulo: Cia. Das Letras, 2014. 4ª ed. p. 34

espaços disputados, desconhecidos pelos colonizadores eram representados como grandes vazios. Os desenhos cartográficos, como qualquer forma de representação, expressam uma interpretação, e o interior do continente, deixado em branco, ou ainda preenchido com ilustrações, pode ter diversos níveis de significado. O território a ser cartografado era entendido como uma *terra incógnita* para os europeus e, nos mapas feitos ao longo do século XVI, é possível ver como a ideia do que seria o interior do continente se constitui a partir da imagem do *Sertão*, - ou *desertão*, *de-sertão*. No dia primeiro de maio de 1500, Pero Vaz de Caminha, escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral (1467-1520) narrava, pela primeira vez, o *Sertão* no que viria a ser a América; “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa. Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos (...) águas são muitas, infindas.”⁵⁹ O *Sertão* pode ser entendido não como um lugar físico, palpável, mas sim como todo o espaço possível de ser explorado e colonizado⁶⁰, onde o desconhecimento do que havia para além da faixa litorânea e a chegada a um continente com um universo biológico e cultural tão distinto da sua origem “propiciou tanto a projeção de fantasias e de mitos europeus provenientes da Antiguidade e da Idade Média como leituras inusitadas de práticas ameríndias”⁶¹. Como lembra o pesquisador e arquiteto Paulo Tavares, essa concepção de deserto não se trata de uma ideia de deserto ecológica, mas sim do que seria um grande vazio civilizacional⁶², com uma natureza paradisíaca e perigosa, pronta para ser desbravada, ocupada e minerada.

Além de terras que ocultavam riquezas e tesouros, o *sertão* desenhado pelos europeus abrigou formas fantásticas de humanidade que, nascidas no mundo grego, foram difundidas na Europa e migraram para o continente americano; “o Novo

⁵⁹ CORTESÃO, Jaime. s.d., p.240 apud KOK, 2020, p.2

⁶⁰ Atualmente a palavra *sertão* é utilizada para designar tanto regiões próximas ao litoral como regiões para além da Serra do Mar ao longo de todo o território nacional. No litoral norte paulista, em meio a uma floresta densa de Mata Atlântica, as terras à oeste da rodovia são coloquialmente chamadas de *Sertão* – *Sertão* de Cambury, *Sertão* de Juquehy, *Sertão* da Barra do Sahy, ao mesmo tempo em que se usa corriqueiramente a palavra *Sertão* também para descrever regiões de Cerrado em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso ou da Caatinga no nordeste do país, por exemplo.

⁶¹ KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. <http://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/58/70>

⁶² TAVARES, Paulo. *Reparação e Cura da Terra*. In ANDRÉS, Roberto; CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata; MOULIN, Gabriela (org.). *Habitar o Antropoceno*. BMG Cultural/Cosmópolis, Minas Gerais, 2022 p. 196

Mundo, portanto, foi povoado por gigantes, canibais, blêmios, antípodas, ciclopes, amazonas, homens e mulheres calvos e barbudos, entre outros seres exóticos.”⁶³ No século XVI, no mapa desenhado em 1502, conhecido como Planisfério de Cantino, a América aparece ainda quase como uma abstração. A linha referente à fronteira traçadas em Tordesilhas é marcante no desenho de uma forma aproximada do que seriam os contornos da América do Sul, um continente praticamente em branco e sem fim. O mapa *Terra Brasilis*, desenhado por Lopo Homem em 1519, ainda apresenta o centro do continente como uma abstração, preenchido com desenhos de árvores, pássaros, macacos, rios, e indígenas com gestos variados. As descrições encontradas nos relatos dos navegadores portugueses também expõem concepções parecidas. De acordo com a antropóloga Glória Kok, nesse processo, os primeiros navegantes europeus que exploraram as costas do continente americano trouxeram em suas bagagens repertórios a partir dos quais projetaram e decodificaram mundos desconhecidos. Para eles, geografia, mito, lenda, história e imaginação eram indissociáveis. Como observou a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, “os viajantes veem por indícios e ouvem dos índios, sabe-se lá em que língua, o que a Europa procura e antecipa” e, como resultado, “O imaginário e as representações constituíram-se campos centrais nas disputas pela materialidade das terras ocupadas por essa população”⁶⁴.

Então, se os colonizadores portugueses chegaram e se instalaram no planalto paulista, a vinte e três graus de latitude sul em meio ao *Sertão* desconhecido, é possível imaginar como a atuação colonizadora desde o planalto teria sido estratégica para a expansão do território sob domínio da Coroa Portuguesa, mas também que ali haveria algo de interesse para motivar a subida em direção ao interior do continente americano. Antes da primeira caravela portuguesa ter desembarcado no litoral americano, na Europa já se falava do mito do El

⁶³ KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. <<http://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/58/70>>

⁶⁴ CUNHA, Manuela Carneiro e SANTOS apud KOK, 2020, p. 2

dorado⁶⁵, “um único grande lago, em algum ponto nos sopés dos Andes”⁶⁶ onde existiam enormes quantidades de ouro e prata. Os reinos de Portugal e Castela disputavam a chegada e exploração desses recursos no que ficou conhecida como a *Corrida pela Prata*⁶⁷. A descoberta da existência de ouro pelos portugueses na região do planalto, e sua localização estratégica – de onde saía uma extensa rota fluvial em direção ao Rio da Prata - provavelmente incentivou a subida da Serra por Martim Afonso de Souza, fidalgo e primeiro donatário da capitania de São Vicente. Depois de ter tentado, sem sucesso, acessar o interior do continente americano por Cananéia, subiu a serra, acompanhado de sua tripulação em uma expedição que teria levado aproximadamente dois dias e uma noite, pela trilha tupiniquim já existente.⁶⁸

A terra em disputa pelos colonizadores europeus consistia, no mundo material, em elementos geográficos e topográficos reais com uma dinâmica própria e uma rica biodiversidade de fauna e flora e de vida humana. De acordo com Warren Dean⁶⁹, quando a caravela do português Pedro Álvares Cabral desembarcou na praia de Porto Seguro, no litoral Atlântico da América do Sul, a região da Mata Atlântica já era ocupada por grupos humanos há 10 mil anos. Os Tupis, que habitavam o litoral sudeste, foram o principal grupo com quem os portugueses se

⁶⁵ “Nas primeiras décadas do século XVI difundiu-se o mito do Eupana, cujo topônimo espanhol é Dourado. Os historiadores Carmen Bernand e Serge Gruzinski afirmam que a lenda do Eldorado surgiu provavelmente na Índia, transmigrou para a África imantada pelo fabuloso “rio do ouro” do Sudão (bernand; gruZinski, 1997, p.606), e de lá para a América, motivando numerosas expedições para o sertão. Para Sérgio Buarque de Holanda, o mito nasceu na conquista de Quito pelos homens de Sebastián de Belalcázar (1480-1551) em razão de um ritual em que um chefe indígena mergulhava diariamente numa lagoa, depois de ter o seu corpo polvilhado de ouro em pó (holanda, 1994). O responsável pela difusão do mito de Eldorado foi o conquistador espanhol Diego de Ordaz (1480-1532), que, em 1531-1532, soube de um lugar fantástico, rico em ouro e pedras preciosas. “Sua localização (entre Peru e Colômbia) foi influenciada pela cultura pré-colombiana Chibcha—também denominada Muisca.” (langer, 1997, p.28).” in KOK, 2020, p. 90

⁶⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 106

⁶⁷ Apenas entre 1503 e 1660 registrou-se no porto de Sevilha a entrada de cento e oitenta e cinco mil quilos de ouro e dezesseis milhões de quilos de prata. Estima-se que mais da metade dessa prata tenha sido capturada nas minas de Potosí. ver HAMILTON, Earl J. *American treasure and the price revolution in Spain, 1501–1650*. Harvard University Press, 2013.

⁶⁸ A subida supostamente foi guiada pelos índios que habitavam a costa. É importante apontar que essa leitura é limitada aos documentos e relatos da época pelos próprios colonizadores portugueses, feitos na língua portuguesa. As dinâmicas e organizações territoriais dos povos indígenas no Brasil eram e são complexas. Cada nação indígena cujos territórios coincidem com o que hoje é chamado de Brasil, tanto na época da colonização quanto atualmente, tem sua própria autodeterminação e compreensão do espaço. O importante a se notar aqui é que ao chegarem na América do Sul os portugueses não encontraram um território desabitado nem habitado por povoações dispersas; mas sociedades complexas e organizadas dentro de uma dinâmica própria.

⁶⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 20

encontraram ao explorarem a costa; porém, eles já representavam uma longa trajetória de assentamento humano na região – que se desenvolveu desde grupos caçadores-coletores advindos das savanas sul-americanas, ou *cerrado*, em direção à franja florestal. Ainda de acordo com Warren Dean, existe a hipótese de que a Mata Atlântica já havia sido muito modificada ao longo da planície costeira, tratando-se, portanto, principalmente, de uma floresta secundária – que rebrotava em locais onde haviam sido abertas clareiras⁷⁰ para assentamentos e agricultura. Independente do seu grau de ocupação, existia ali uma relação já estabelecida entre os habitantes humanos e não humanos e a floresta, sendo que a Mata Atlântica existente na região da Serra do Mar já havia passado por três categorias de fronteiras, “aquela entre a floresta e o cerrado (...), aquela da primeira leva de homens que confrontavam a floresta ao longo de sua orla do interior do continente e consistentemente se aliavam com o cerrado; e aquela entre os tupis e seus adversários caçadores-coletores.”⁷¹

Chegar até o planalto paulista desde o litoral atlântico significava atravessar esses territórios e ultrapassar a cadeia montanhosa da Serra do Mar, que diferente dos limites virtuais colocados pelo Tratado de Tordesilhas, teria marcado os limites reais da ocupação portuguesa na costa americana até então. Dali, no alto da serra, a entrada para o interior do continente americano seria mais imediata, permitindo a ocupação de terras em áreas sob as quais o domínio europeu era ambíguo. A partir do planalto paulista, onde foi fundada a vila de São Paulo de *Piratininga* em 1554, a colonização teria se dado de maneira particular, ao mesmo tempo mais afastada dos olhos e leis da Metrópole e voltada para o interior do continente. Se, entre o planalto e o litoral, a Serra do Mar representava uma importante barreira física, em um desnível de aproximadamente mil metros em apenas sessenta quilômetros por dentro de uma floresta tropical, entre o planalto paulista e a bacia do rio da prata estende-se um vasto planalto com vegetação pouco densa. O planalto paulista está em uma região de transição entre três diferentes biomas, a Mata Atlântica, os Bosques de Araucária⁷² e a Savana Tropical ou Cerrado – em que “o solo é mais

⁷⁰ Ver DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. Capítulo 2 “A primeira leva de invasores humanos”. e p. 53

⁷¹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 58

⁷² Que se estende da região sudeste (atuais Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) à região sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). A araucária é uma espécie arbórea de

fino e os sopés propiciam acesso mais fácil a luz do sol, e consequentemente, menos competição. Dessa forma, as árvores são menores, seus troncos mais finos e, nos sopés mais escarpados, um ou dois sub-bosques estão ausentes.”⁷³ Dali era possível acessar uma rede de rios navegáveis – por exemplo, o rio Tietê, um tributário do Paraná que nasce na Serra do Mar e “corre para o interior” onde se integra à bacia do Prata – e a rota transcontinental que ligava o oceano Atlântico ao Pacífico, os caminhos do *Peabirú*⁷⁴.

No que hoje é a Bolívia, mais especificamente na cidade de Potosí, nos Andes, existiam enormes quantidades de ouro e prata que ao longo dos séculos seguintes foram extraídos, exportados e contrabandeados em toneladas do centro do continente americano para a península Ibérica. Entre 1503 e 1660, por exemplo, foi registrada no porto de Sevilha a entrada de cinco mil quilos de ouro e dezesseis milhões de quilos de prata, dos quais estima-se que mais da metade tenha sido retirada de Potosí⁷⁵. Ao mesmo tempo em que o ouro e a prata eram explorados em Potosí, região que ficou sob domínio da coroa espanhola, a primeira mina de ouro encontrada na colônia portuguesa, foi no planalto paulista, nos sopés do pico do *Jaraguá*⁷⁶. Enquanto o ouro era minerado no Jaraguá, Afonso Sardinha e outros donatários portugueses, como Raposo Tavares e Brás Cubas, lideravam as

gimnosperma pertencente à família Araucariaceae. Sua origem remonta a mais de 200 milhões de anos, desde que os continentes americanos e africano eram unidos.

⁷³ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 26

⁷⁴ Com um ramal central de aproximadamente um metro e meio de largura e mais de quatro mil quilômetros de extensão, o conjunto de caminhos que ligavam São Vicente ao litoral Pacífico, passando por Potosí, foi a via transcontinental mais importante da América do Sul pré-colombiana, de acordo com o geógrafo Reinhard Massck. A rota se desdobrava em diversos desvios e ramais e havia sido utilizada por povos habitantes da América do Sul há milênios, entre eles os Guarani e o Império Inca. O trânsito pelo caminho foi proibido em 1553, por Tomé de Souza, primeiro governador geral do Brasil, pois “a fácil comunicação entre a Vila de São Vicente com as colônias castelhanas causavam um grande prejuízo à alfândega brasileira pelo contrabando de mercadoria.” Ver: BOND, Rosana. *História do Caminho de Peabirú*. Vol 1 e 2. São Paulo: Editora Aimberê, 2021.

⁷⁵ HAMILTON, Earl J. *American treasure and the price revolution in Spain, 1501–1650*. Harvard University Press, 2013.

⁷⁶ De acordo com o arquiteto e pesquisador Nestor Goulart Reis o ouro foi encontrado antes na atual região de São Paulo do que em Minas Gerais. O ouro que foi explorado no *Jaraguá* foi explorado por Afonso Sardinha, que viria a ser dono das terras que se estendiam do *Jaraguá* ao *Butantã*, onde se encontra atualmente a Casa Bandeirante do *Butantã*. No atual Parque Estadual do *Jaraguá* ainda existe o Casarão Afonso Sardinha, uma casa grande com uma senzala, que havia servido de base para a extração de ouro. Ver: REIS, Nestor Goulart. *As minas de ouro e formação das capitânicas do Sul*. São Paulo: Vila das Artes, 2013.

expedições organizadas desde São Paulo⁷⁷, que vieram a ser chamadas de *bandeiras*, para o interior do continente a partir do planalto. Outros pontos que hoje compreendem a grande São Paulo, como a Serra da Cantareira, Guarulhos e Santana de Parnaíba, e outras regiões no interior do Estado, ao longo do Vale do Ribeira ao redor do Rio Paranaguá, também tinham jazidas do minério que foram exploradas ao longo dos séculos seguintes; as bandeiras organizadas rumavam nestes sentidos. De acordo com Reis, entre 1600 e 1820 foram extraídas quatro mil seiscentas e cinquenta arrobas de ouro em terras paulistas. No final do século XVII, havia três casas de fundição nas capitanias do Sul; São Paulo, *Iguape* e *Paranaguá*. “desde 1622, numerosos grupos armados procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu trilharam constantemente terras hoje mato-grossenses (...) Em 1648, Raposo Tavares atravessa a região da Vacaria, sob o Paraguai, para ganhar depois os rios da bacia Amazônica. (...) Manoel de Campos Bicudo chega a penetrar 24 vezes a área entre o Paraná e o Paraguai”⁷⁸

Enquanto o movimento das bandeiras se expandia e ganhava cada vez mais importância no contexto da povoação da vila de São Paulo de *Piratininga*, provendo tanto a própria vila quanto outras regiões da colônia com escravos indígenas que eram capturados nas expedições, crescia a relevância paulista no abastecimento do mercado de contrabando de ouro e prata entre a Metrópole e a Colônia, que passou a ser incentivado pela Coroa portuguesa. Ao mesmo tempo em que, de acordo com Glória Kok, a “posição geográfica específica de São Paulo, favorecia a situação de - boca do sertão - através dos rios Tietê e Paraíba do Sul.”⁷⁹, e os paulistas partiam nas *bandeiras* em busca de conquista de novas terras, escravos e prata e ouro; a

⁷⁷ “O homem que aqui (São Paulo) se instalou era, antes de ser paulista, sobretudo um europeu, mais precisamente um português do sul ou do norte da península (...) Um lusitano em suma concentrado nos núcleos formados pelos companheiros de Martim Afonso e nos que vieram após seguindo-lhe a esteira (...) esse homem deveria carregar consigo, para onde se deslocasse, toda a mística de um mundo ordenado teocentricamente.(...) “Brás Cubas é considerado o fundador da vila de Santos(1543) (...) foi nomeado para o Cargo de Capitão Governador da Capitania, ao lado de outras honrarias com que foi distinguido (...) Guerreiro, participou da defesa da vila de São Paulo contra os ataques de 1562 e, como sertanista, organizou a bandeira exploratória de minérios, integrada, entre outros, por Luiz Martins, que encontrou ouro talvez no Jaraguá (que por sua vez) teve participação na primeira Ata da Câmara de São Paulo que se conhece, como procurador do conselho, ao lado de outros nobres camaristas (...) foi também alcaide e almotacel (...) Em 1575 seu nome figura como vereador ao lado de outros prestigiados, como Antônio Preto, Jorge Moreira, Antônio Bicudo, Domingos Luís e Afonso Sardinha, sertanistas (...) Os Pintos vieram na esquadra de João do Prado, junto com Martim Afonso, que trouxe vários homens de foro e cavaleiros da Ordem de Cristo” In DEAN, 1996, p. 35

⁷⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014. 4ª ed. 73

⁷⁹ KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. p. 94

partir do planalto paulista também se desenvolveu, desde o século XVI, uma agricultura para exportação⁸⁰. Os homens que lideravam as expedições que vieram a ser chamadas de *bandeiras* também eram fazendeiros⁸¹ e políticos⁸², além de escravistas e militares. As terras de Afonso Sardinha, por exemplo, de onde se minerava o ouro no *Jaraguá*, eram parte da fazenda *Ybiatá*, o primeiro engenho de açúcar da Vila de São Paulo. A expansão das fazendas incentivava a atividade bandeirante, conduzindo cada vez a zona de influência de São Paulo para além do seu sítio original e em direção ao *Sertão*.

A quantidade de riquezas extraídas de terras americanas e transportadas para outro lado do Oceano Atlântico durante o período das bandeiras foi imensa, sendo que “de 1700 a 1800, um milhão de quilos de ouro foram oficialmente registrados e talvez outro milhão tenha escapado ao fisco real. Cerca de 2,4 milhões de quilates de diamantes foram extraídos, segundo registros oficiais, e uma quantia adicional desconhecida e incalculável foi contrabandeada⁸³”. A descoberta e a extração dessas riquezas fizeram com que a atenção da Coroa se voltasse à região, e os recursos foram desviados para fortalecer assentamentos nas fronteiras da colônia na direção do Rio da Prata e do Mato Grosso, onde estavam as principais minas de ouro⁸⁴. A mineração a partir de então, que seguiu ativa em São Paulo até o século

⁸⁰ Enquanto os paulistas se organizavam em expedições de ataque contra as aldeias na direção do Rio Paraná, a vila de São Paulo crescia como um pequeno centro, rodeado por sítios e fazendas, em torno de uma agricultura de subsistência. Com o tempo, a produção em São Paulo passou a abastecer outras áreas da colônia, especialmente a produção de Trigo, e o crescimento da vila gerava uma demanda por mão-de-obra além daquela gerada pelas outras partes da colônia, contribuindo para o aumento da atividade de captura de escravos. Os donos dessas terras financiavam ondas de assaltos realizadas nas aldeias para a captura de indígenas e a busca pelas riquezas minerais – prata e o ouro, tanto na região da Bacia do Prata, como nas minas descobertas no final do século XVII em Minas Gerais e em São Paulo – que passaram a ser organizadas em grandes expedições militares chamadas de *bandeiras*; sugerindo uma atividade pioneira, de conquista. In DEAN, 1997, p. 98

⁸¹ À medida em que novos colonos foram chegando e as gerações foram se desenvolvendo, a sociedade passou a se dividir em castas de acordo com o grau de miscigenação entre indígenas e europeus. A divisão da sociedade desta maneira implicava também uma segregação espacial, pois as cidades eram o domicílio dos brancos, e os indígenas ficavam restritos as aldeias. A posse de terra ou a condição escrava daqueles que estavam em uma casta intermediária dependia do grau da miscigenação e do reconhecimento paterno ver DEAN, 1997

⁸² Afonso Sardinha também aparece em Livros de Atas e de Registro da Câmara de São Paulo em 1575 como Almotacel, em 1576, 1577 e 1587 como vereador e em 1587 também como juiz ver COELHO, H. V. Castro Coelho. Povoadores de São Paulo, Afonso Sardinha. *Revista da ASBRAP* n° 17..

⁸³ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 108

⁸⁴ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 109

XIX⁸⁵, tanto no planalto paulista como ao longo dos caminhos percorridos pelos bandeirantes, modificava a morfologia dos rios, das montanhas e das florestas. De acordo com o pesquisador Warren Dean:

Os arrendatários agora dragavam os riachos menores para pesquisar meticulosamente seus leitos. Feito isso, empreendia-se a lavagem dos aluviões – os riachos eram impelidos contra suas margens. A degradação provocada pela mineração foi mais intensa nas planícies aluviais cheias de cascalho e nos fundos dos rios. Registrou-se que os rios Sabará e das Velhas começavam a tornar-se lamacentos devido à lavagem dos aluviões. O ouro também era encontrado em sopés de montanhas, em certos tipos de argila a um metro ou dois de profundidade e em formações rochosas friáveis. Nesse tipo de terreno, a floresta era queimada – grandes parcelas dela, suficientes, em certos lugares, para erradicar a lavoura itinerante. Às vezes os riachos eram voltados contra as encostas, técnica chamada “carregar uma montanha em talho aberto”, para poder lavar cada torrão de solo que pudesse conter ouro ou provocar o desabamento de uma afloração rochosa promissora. No Jaraguá, por exemplo, degraus de cerca de um metro de profundidade eram cortados na encosta e a água desviada era drenada sobre eles. Os escravos misturavam a massa que se acumulava em uma vala no fundo e a massa lamacenta era carregada manualmente para ser bateada em outro riacho desviado.⁸⁶

A busca por riquezas, escravos e a expansão das fazendas incentivava a atividade das bandeiras, que por sua vez permitiam com que novas terras fossem ocupadas, e a medida que os bandeirantes penetravam terras americanas a linha virtual que havia sido traçada em Tordesilhas cada vez mais se dissolvia em fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, as terras correspondentes à América portuguesa eram repartidas e distribuídas entre os donatários portugueses, na forma de capitânias hereditárias e sesmarias, legitimadas em grande parte pelos mapas que representavam vazios demográficos e por uma leitura do continente americano a partir de matrizes espaciais europeias, que correspondem, em grande medida, à distribuição de terras, fronteiras e relação com os recursos naturais nas Américas até os dias atuais. Como colocada pelo geógrafo Fábio Duarte, “entende-se uma matriz como a organização de paradigmas de várias disciplinas que formam uma predisposição para a apreensão, compreensão e construção do mundo”, e, então, “quando os europeus chegaram à América, perceberam e intervieram no novo

⁸⁵ BARBOSA, M. Roteiro das Jazidas e Minas de Ouro e Outros Metais Preciosos e Existentes no Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1892. Disponível em acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

⁸⁶ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 113

continente munidos de matrizes espaciais alimentadas pelos sistemas religiosos, filosóficos, econômicos e técnicos que possuíam, e que divergiam frontalmente das matrizes dos habitantes locais.”⁸⁷

Antes da navegação ou do desembarque das caravelas, e da entrada dos colonizadores no interior do continente americano, existiam os mapas, e, antes dos mapas, uma ideia. As linhas no desenho se sobrepunham à espaços reais – com suas próprias dinâmicas culturais e geográficas. Enquanto “os cartógrafos usaram mapas não apenas para mudar ou desafiar as reivindicações de potências europeias em disputa, mas também para diminuir, até mesmo negar, a presença de povos indígenas na terra”, como analisa o historiador Gregory Nobles⁸⁸, o desenho de espaços vazios como ferramentas de apagamento e o entendimento de que a América se configura como uma fonte infinita de recursos a serem explorados justificaram, e ainda justificam, a sua incessante ocupação e mineração. O bandeirante, recuperado no Século XX como o verdadeiro *paulista*, representa, de muitas maneiras, essa narrativa da superação do *Sertão*, “árido, ressecado, tradicionalmente considerado impróprio para agricultura (...) o sertão do Brasil, a antítese da exuberante e verdejante Mata Atlântica⁸⁹” como um grande vazio ou uma natureza selvagem a ser conquistada e civilizada em nome do progresso e através de uma relação de mineração e extração de recursos. Como aponta a antropóloga Thais Waldman;

Para além da figura histórica do período colonial brasileiro (...) o bandeirante não é uma categoria fixa, tampouco tem seu significado dado de antemão (...) suas tão variadas encarnações não se substituem uma à outra, em linha diacrônica, mas convivem, muitas vezes de modo tenso e ambíguo, em distintos enredos simultâneos. Sensível às transformações da cidade, o bandeirante comenta as mudanças urbanas e lhes confere sentido, não apenas expressando essas transformações, mas engendrando-as e produzindo-as. Presença incontornável na capital paulista, ele se insere em frentes, espaços e ramos diversos, sendo cultivado e recriado em um movimento permanente⁹⁰.

⁸⁷ DUARTE, Fábio. *Crise das Matrizes Espaciais*. São Paulo: Perspectiva, 2002. P. 23

⁸⁸ NOBLES, Gregory, 1977, p. 61 apud KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. p.90
<<http://ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/58/70>>

⁸⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 27

⁹⁰ WALDMAN, Thais. *Entre Batismos e Degolas: (Des)caminhos Bandeirantes em São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2018.

Se os paulistas avançaram para dentro do continente americano na direção da bacia do Rio da Prata, em busca de prata e ouro, durante o período colonial brasileiro, a ideia do bandeirante como representante do progresso técnico e civilizatório, em uma dicotomia homem *versus* natureza, segue sendo produzida em uma teia de práticas e discursos para inventar uma metrópole – e um modo de habitá-la – que o próprio bandeirante, agora como mito, ajuda a produzir, “numa operação na qual sobrepõe, cruza, destrói e reinventa falas, atitudes e miradas, muitas vezes contraditórias.”

2.2 Herói fantasma

“Cada colono – aventureiro ou artífice -, cada padre, cada militar ou administrador já trazia consigo, no aportar à terra, todo um passado de hábitos e experiências revelados, consciente ou inconscientemente, através de determinados preceitos de gosto ou experiências formais, o que se traduzia, na prática, por um determinado modo de fazer as coisas, ou seja, um estilo -o estilo da região de onde procediam.(...) Enquanto , por outro lado, se nos países europeus a formação das varias modalidades de arquitetura regional se processou passo a passo, como decorrência logica da fundação a que se destinavam e das imposições do meio físico e social, nos países americanos o processo foi inverso: os colonizadores trouxeram soluções já prontas que se tiveram de ajustar às novas circunstâncias.”

– Lúcio Costa⁹¹

Vinte e nove figuras humanas, entre bandeirantes, indígenas, mamelucos e negros eternizadas em duzentos e quarenta blocos de granito, pesando um total de cinquenta toneladas, foram pintadas com tinta vermelha⁹² e receberam os dizeres *bandeirantes assassinos* no dia 2 de outubro de 2013⁹³. O Monumento às Bandeiras,

⁹¹ COSTA, Lúcio. *Introdução à Um Relatório* In COSTA, Lúcio. *Registros de Uma Vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 455

⁹² Como escreveu Marcos Tupã na ocasião em artigo publicado no site da Comissão Guarani Yvyrypa: “A tinta vermelha que para alguns de vocês é depredação já foi limpa e o monumento já voltou a pintar como heróis, os genocidas do nosso povo. Infelizmente, porém, sabemos que os massacres que ocorreram no passado contra nosso povo e que continuam a ocorrer no presente não terminaram com esse ato simbólico e não irão cessar tão logo. Nossos parentes continuam esquecidos na beira das estradas no Rio Grande do Sul. No Mato Grosso do Sul e no Oeste do Paraná continuam sendo cotidianamente ameaçados e assassinados a mando de políticos ruralistas que, com a convívência silenciosa do Estado, roubam as terras e a dignidade dos que sobreviveram aos ataques dos bandeirantes. Também em São Paulo esse massacre continua, e perto de vocês, vivemos confinados em terras minúsculas, sem condições mínimas de sobrevivência. Isso sim é vandalismo.” ver TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

⁹³ Em seguida aos grandes protestos de junho de 2013 e em uma discussão do colonial que tem envolvido a intervenção em monumentos relacionados à colonização nacional e internacionalmente. “No contexto brasileiro, o debate acerca da remoção/ressignificação de monumentos que celebram

uma das principais obras em homenagem aos paulistas bandeirantes, assinado pelo escultor ítalo-brasileiro Victor Brecheret (1894-1955), recebeu a referida intervenção em um protesto contra o projeto de lei PEC215⁹⁴, que propunha mudanças na demarcação de terras indígenas. No mesmo local, onde se encontram a Avenida Pedro Álvares Cabral, a Avenida Vinte e Três de Maio, a Avenida IV Centenário e a Avenida República do Líbano, um nóculo de encontro de eixos viários relevantes para a circulação da cidade, setenta anos antes, em 1954, o Monumento às Bandeiras era inaugurado junto à abertura do Parque *Ibirapuera*.

O parque urbano foi construído entre os atuais bairros Jardim Paulista, Vila Mariana, Jardim Lusitânia e Itaim Bibi, bairros nobres da zona centro-sul da capital paulista, nas várzeas dos córregos *Ibirapuera* e *Caguassú*, atualmente canalizados. Se, durante a fundação da Vila de São Paulo de *Piratininga*, ali se tratava de uma região alagadiça, *Ypyraouêra*, árvore velha⁹⁵, onde havia a aldeia de *Ibirapuera*, em meio às trilhas tupiniquins e entre os rios *Jurubatuba* e *Tamanduateí*. Em 1922 a região foi loteada em terras *devolutas*⁹⁶, que haviam se tornado públicas em 1891 por cessão do Ministério da Agricultura ao município de São Paulo⁹⁷. Enquanto em 1822, nas terras do *Ibirapuera*, havia sido construída o que foi considerada a primeira edificação da região, a sede de uma fazenda, nos sessenta e quatro anos seguintes, a gleba destinada ao Parque *Ibirapuera* foi mantida sem construções legalizadas, apesar de diversas disputas em tentativas de ocupação por interesses

o colonialismo tem sido pauta importante de movimentos sociais, principalmente em relação àqueles que, na cidade de São Paulo, comemoram os feitos bandeirantes, como a escultura *Monumento às bandeiras*, de Victor Brecheret, considerada um marco da arte moderna nacional. Os bandeirantes foram responsáveis pela escravização e morte de milhares de indígenas e negros, mas a “identidade paulista” continua sendo celebrada em filiação com esse processo genocida por esculturas e nomes de ruas, estradas, praças e avenidas”. Ver TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

⁹⁴ Uma proposta de emenda constitucional brasileira que tem a intenção de delegar exclusivamente ao Congresso Nacional o dever de demarcação de territórios indígenas e quilombolas, bem como a ratificação de um terreno já aprovado. Seria proibir a expansão de áreas indígenas já existentes.

⁹⁵ NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013. Foram encontradas mais de uma definição, entre elas também bastante corriqueira é pau podre.

⁹⁶ Terras devolutas são terrenos desocupados e transferidos ao domínio público em caso de morte do proprietário e ausência de herdeiros. A gênese do fenômeno remonta ao período colonial, quando as terras eram originalmente de propriedade da Coroa e a ela voltavam, por devolução, nas referidas condições.

⁹⁷ BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Antes do Parque Ibirapuera: a história do vazio (1890-1954)*. Anais do museu paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 167-194, setembro-dezembro 2017 disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0306>

privados e pressão do mercado imobiliário⁹⁸ - além da remoção de 204 famílias que viviam em 186 habitações autoconstruídas em terreno anexo⁹⁹ - o que permitiu a implantação de um parque de cento e cinquenta e oito hectares ali, em meados do século XX¹⁰⁰.

O Parque do *Ibirapuera* foi inaugurado como parte principal da comemoração dos quatrocentos anos da cidade de São Paulo. Em meio a um debate entre fazer um parque *exclusivamente verde* e a construção de pavilhões dentro da sua área, a proposta de projeto definitiva seria feita pelo arquiteto Oscar Niemeyer, atendendo à solicitação do patrono das comemorações, o industrial e mecenas Ciccillo Matarazzo; “A escolha de Niemeyer para a autoria do projeto sintonizava com a celebração de uma certa vertente hegemônica do Movimento Moderno na arquitetura e nas artes, e prestava-se de forma contundente a silenciar as eventuais oposições à ocupação do parque por pavilhões de exposições culturais”¹⁰¹. Com uma equipe composta pelos arquitetos Hélio Uchoa, Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Melo, Ícaro de Castro Melo e colaboração de Gauss Estelita e Carlos Lemos, Oscar Niemeyer projetou os edifícios que fariam parte do novo parque, sobre os quais o arquiteto Carlos Lemos disse; “foi um exercício de criatividade, porque não sabíamos direito para que serviriam os prédios que estávamos erguendo, de que maneira seriam ocupados, por quantas pessoas, etc. Haveria a feira internacional do IV Centenário, mas e depois?”¹⁰². Os cinco edifícios que definiam um eixo estruturador - Palácio das Indústrias, Palácio das Exposições, Auditório Ibirapuera, Palácio dos Estados, Palácio das Nações – eram conectados pelas linhas curvas de

⁹⁸ Ver o “grilo” do Ibirapuera, discutido em: BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Antes do Parque Ibirapuera: a história do vazio* (1890-1954). Anais do museu paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 167-194, setembro-dezembro 2017, p 170

⁹⁹ Entre as ruas Manoel da Nóbrega e Abílio Soares, onde está o Ginásio do Ibirapuera. Ver (BARONE, p. 189)

¹⁰⁰ A ideia de implantação do projeto de um parque vinha de 1926, em meio a um discurso de higienização da cidade pela prefeitura. E, para garantir que a região não fosse ocupada o então prefeito Pires do Rio realizou a obra de uma estrada de rodagem pavimentada entre São Paulo e Santo Amaro e o plantio de eucaliptos na gleba para absorver a umidade do terreno, iniciando a operação de vegetação do parque. Parte das disputas se deram porque a gestão anterior, de Washington Luis, tinha aprovado a abertura do loteamento do Jardim Lusitânia nos terrenos devolutos; em uma tendência de transformar a vasta área de várzea do rio Pinheiros em bairros de elite, iniciada pela Cia City com a implantação do Jardim América. Ver BARONE, 2017, p. 174

¹⁰¹ BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Antes do Parque Ibirapuera: a história do vazio* (1890-1954). Anais do museu paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 167-194, setembro-dezembro 2017 p. 188

¹⁰² LEMOS, Carlos. apud CURI, Fernanda Araújo. *Ibirapuera, metáfora urbana. O público/privado em São Paulo*. 1954-2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018. p.78. disponível em <<https://doi.org/10.11606/T.16.2019.tde-09012019-113200>>

uma marquise de seiscentos e vinte metros de comprimento e elevada sobre pilotis¹⁰³. Um grande lago central e a inserção do parque dentre o tecido urbano existente enfatizavam a vista do Monumento às Bandeiras.

Foi durante as comemorações do IV Centenário que os bandeirantes foram eternizados como heróis do progresso, tanto no monumento feito por Brecheret, como no discurso de abertura das comemorações do aniversário de quatrocentos anos da cidade de São Paulo, e, finalmente no evento de fechamento das comemorações - a inauguração da Casa Bandeirante do *Butantã* transformada em museu¹⁰⁴. A recuperação dos bandeirantes como heróis, porém, não foi exclusividade do evento. Desde o século XIX, como argumenta a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz¹⁰⁵, o fenômeno do *bandeirantismo* vinha sendo estudado com o objetivo de destacar a hegemonia econômica e política de São Paulo. Enquanto essa valorização provavelmente teve as suas raízes no século XVIII, com os trabalhos *Nobiliarquia paulistana e genealógica*¹⁰⁶ (1769-74) e *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*¹⁰⁷ (1797)¹⁰⁸, a historiadora Katia Maria Abud¹⁰⁹ também identifica esses dois outros momentos em que a sociedade bandeirante e suas bases étnicas e sociais haviam sido valorizadas para servir a construções ideológicas; no final do século XIX (estudos históricos) e no início do século XX (Estado Novo) – Em 1940 o poeta Cassiano Ricardo Leite em *Marcha para Oeste* (1940) chega a comparar “a bandeira seiscentista a um Estado (nação brasileira) em escala reduzida e o bandeirante como um governo forte e centralizador”¹¹⁰.

¹⁰³ Ver PEREIRA, Matheus. *Clássicos da Arquitetura: As Arquiteturas do Parque Ibirapuera/Oscar Niemeyer*. Archdaily, 2018. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/898302/classicos-da-arquitetura-as-arquiteturas-do-parque-ibirapuera-oscar-niemeyer>>

¹⁰⁴ Afonso Sardinha chega à Santos em 1554 ver COELHO, H. V. Castro Coelho. Povoadores de São Paulo, Afonso Sardinha. *Revista da ASBRAP* n° 17.

¹⁰⁵ Ver SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial: Os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1989.

¹⁰⁶ De Pedro Taques de Almeida Paes Leme

¹⁰⁷ De Frei Gaspar da Madre de Deus

¹⁰⁸ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 35

¹⁰⁹ ABUD, Katia Maria. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições* (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). Tese de Doutorado em História Social pelo Universidade de São Paulo.

¹¹⁰ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 38

Mas, enquanto a partir do século XIX associou-se a imagem do bandeirante à figura do *paulista ascético*, como apontam a geógrafa Sílvia Lopes Raimundo¹¹¹ e a antropóloga Glória Kok¹¹², durante as comemorações do IV Centenário mais uma vez a figura do bandeirante foi ressuscitada para afirmar a superioridade econômica e política da elite de São Paulo – que nesse momento era composta tanto das elites tradicionais, os “quatrocentões”, quanto da elite industrial, formada por muitos imigrantes¹¹³. Mas dessa vez, diante do novo quadro de diversidade cultural da cidade em crescimento, o conceito de *raça* teria se transformado, passando a ser entendido como questão não mais de sangue, mas de “cultura”. Neste momento, a ideia de “povo paulista” “permitiu reunir a diversidade num só grupo cultural, que trabalharia orientado para um mesmo objetivo: o crescimento econômico e político da cidade e do estado. Também se fixou nesse momento a noção, ainda hoje viva¹¹⁴, de que os destinos naturais de São Paulo sempre foram, e no futuro continuariam a ser, o crescimento e o progresso”¹¹⁵. Ou seja, se os bandeirantes haviam possibilitado a entrada do Estado Português ao interior do continente americano, e assim a exploração de uma enorme quantidade de riquezas que abasteceram a metrópole com milhares de toneladas de ouro e prata, São Paulo estaria, agora, em um Brasil republicano, prestes e pronto a liderar a economia do país. Isso pode ser visto, como mostra Lia Mayumi, em um trecho de *O Mundo Ilustrado*:

Sejam portugueses, italianos, japoneses, alemães, sírios, libaneses, húngaros, franceses ou espanhóis, a todos anima o mesmo ideal de trabalho e progresso. Aí vivem todos em busca dos mesmos fins, procurando tornar São Paulo cada vez maior e mais progressista (...) projetando a cidade como um verdadeiro símbolo de civilização moderna. (...) Todos ali são paulistas, porque vivem em São Paulo.

¹¹¹ RAIMUNDO, Sílvia Lopes. *Bandeirantismo e a Identidade Nacional*. Revista Terra Brasilis, n. 375, 2004.

disponível em: < <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.375> >

¹¹² “banindo, definitivamente, as influências dos universos culturais indígenas e mestiços, a elite soube incorporar, com muita propriedade, os ideais ibéricos de “limpeza de cor” e de expurgo social das chamadas “raças infectas”, as quais abrangiam todos os descendentes de índios, negros, mulatos, mouros e judeus a imagem dos bandeirantes foi significativamente alterada”. Ver: KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. Revista América, São Paulo, n.2, 2020. P 94

¹¹³ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 38

¹¹⁴ Ver campanha do político João Dória, “acelera São Paulo”, de 2016 por exemplo.

¹¹⁵ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. P. 39

Porque trabalham por São Paulo, porque ajudam a cidade de quatro séculos a seguir os seus grandes destinos¹¹⁶.

Era preciso reinventar¹¹⁷ o personagem bandeirante nesse contexto. E em meio a essa discussão, “a ideia da casa bandeirista atingiu forte conotação simbólica, como se o tipo bandeirante fosse o primeiro indivíduo de uma linhagem hereditária, o primeiro fenômeno arquitetônico de uma linhagem arquitetônica. Era o berço do povo paulista, concebido e edificado pelo próprio paulista”¹¹⁸. Então, como parte das festividades que comemoravam o aniversário da cidade, foram criadas as condições que conduziram, em 1954, à primeira restauração arquitetônica empreendida pela municipalidade do que antes era considerada uma Casa Velha¹¹⁹, próxima ao Rio Pinheiros - a Casa Bandeirante do *Butantã*¹²⁰.

Um cartaz que convocava os “olhos do mundo a estarem voltados para São Paulo”¹²¹ convidava para as comemorações do IV Centenário da Cidade. Se a propaganda era ambiciosa, os eventos não deixaram de ser faraônicos – organizados por uma comissão criada em 1951 pelo então prefeito Armando de Arruda Pentead, a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, - com quatrocentos funcionários, as festividades iniciaram-se com a abertura da 2ª Bienal de Arte de São Paulo em 12 de dezembro de 1953. A programação contou com dezenas de eventos, entre congressos culturais e científicos, eventos esportivos,

¹¹⁶ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 38 e 39; ver também comentário sobre *Marcha para oeste* (1940) do poeta Cassiano Ricardo Leite.

¹¹⁷ O próprio trabalho de Luiz Saia, *A casa bandeirista – uma interpretação*, escrito e publicado para as comemorações do IV Centenário, continha teses arquitetônicas e sociológicas que não eram novas, mas a ênfase nas explicações da formação da sociedade paulista deve ter provavelmente refletido a preocupação ideológica que atingiu, naqueles anos comemorativos de 1950, o passado bandeirante.

¹¹⁸ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. P. 40

¹¹⁹ De acordo com Lia Mayumi, as consideradas *casas velhas* (de acordo com Mário de Andrade, eram esteticamente pobres em comparação às construções encontradas em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Paraíba) diferente de outras edificações levantadas pelo Sphan, estiveram presentes entre os bens arquitetônicos selecionados para compor o patrimônio histórico e artístico nacional desde o início de suas atividades em 1937. Levantadas por Mário de Andrade, assistente técnico responsável pela região sul do Brasil auxiliado por Luiz Saia e Nuto Sant’Anna.(...) A diretriz para a seleção dos monumentos (a serem tombados) foi coerente com o esforço modernista e nacionalista de construir a memória nacional a partir dos vestígios coloniais, luso-brasileiros, desconsiderando e mesmo desprezando as manifestações neoclássicas – como lembra Carlos Lemos em *A procura da memória colonial* In MAYUMI, 2008, p. 18 – e também hispânicas, como coloca Aracy Amaral em seu livro *A Hispanidade em São Paulo*, de 1981.

¹²⁰ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 19

¹²¹ Ver Imagem Cartaz

exposições e um festival internacional de cinema, além da inauguração do Parque do *Ibirapuera*¹²². O caráter de Cicillo Matarazzo, como industrial e patrono das artes, afirmava a natureza do evento em uma tentativa de estabelecer São Paulo como o grande centro industrial e cultural brasileiro. Ele também tinha interesse em construir novos espaços culturais na cidade que posteriormente acolheria alguns dos seus empreendimentos culturais privados como a Bienal. A segunda edição da Bienal de Arte aconteceu dentro do parque antes mesmo de sua conclusão. Conhecida como a “Bienal de Guernica”¹²³, a exposição passou a fazer parte da programação oficial do IV Centenário. Em um episódio dessa Bienal, a famosa *Guernica* de Picasso teve que ser puxada de um caminhão que tinha atolado na lama – causada pela construção do parque *Ibirapuera* sobre uma área de várzea. Essa imagem da grande obra-prima, um símbolo de uma modernidade que viajava até São Paulo, presa em um caminhão na lama, é emblemática pois aponta para um abismo entre o discurso e a execução – a ficção do crescimento e modernização da cidade, tão divulgada, tornando-se impossível de ser manuseada.¹²⁴

O restauro feito na casa rural encontrada no bairro no *Butantã* por Mário de Andrade para o encerramento das comemorações do IV Centenário de São Paulo fez parte de uma pesquisa do Sphan, que tinha como figura chave o arquiteto e urbanista Lúcio Costa que buscava nas casas rurais de São Paulo os elementos que comporiam a nova arquitetura, chamada moderna. Em seu ensaio *Razões da Nova Arquitetura*, de 1934, Lúcio Costa coloca como a “nova técnica” comandaria a transformação radical de todos os antigos processos de construção¹²⁵. Através, principalmente, da ossatura independente, poderia ser possível exibir um avanço na tecnologia construtiva que permitiria grandes vãos e balanços inexecutáveis anteriormente. Se antes as construções eram dependentes das paredes para assentarem-se seguramente sobre o chão, agora elas poderiam se equilibrar em mínimos apoios, como pode ser visto em um trecho do seu ensaio:

¹²² MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 83

¹²³ CURI, Fernanda Araújo. *Ibirapuera, metáfora urbana. O público/privado em São Paulo. 1954-2017*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2018. p.78. disponível em <<https://doi.org/10.11606/T.16.2019.tde-09012019-113200>>

¹²⁴ CURI, Fernanda Araújo. *Ibirapuera, metáfora urbana. O público/privado em São Paulo 1954-2017*. Teses USP, 2018, p.78.

¹²⁵ COSTA, Lúcio. *Razões da Nova Arquitetura*. (1930) em COSTA, Lúcio. *Registros de Uma Vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 112

A nova técnica reclama a revisão dos valores plásticos tradicionais. O que a caracteriza, e de certo modo comanda, a transformação radical de todos os antigos processos de construção, - é a *ossatura independente*. Tradicionalmente, as paredes, de cima abaixo do edifício cada vez mais espessas até se esparramarem solidamente ancoradas ao solo, desempenharam função capital: formavam a própria estrutura, o verdadeiro suporte de toda a fábrica. Um milagre veio, porém, libertá-las dessa carga secular. A revolução imposta pela nova tecnologia, conferiu outra hierarquia aos elementos da construção, destituindo as paredes do pesado encargo que lhes fora sempre atribuído. A nova função que lhes foi confiada – de simples *vedação* – oferece, sem os mesmos riscos e preocupações, outras comodidades (...) Toda a responsabilidade foi transferida, no novo sistema, a uma ossatura independente, podendo tanto ser de concreto armado como metálica. Assim, aquilo que foi – invariavelmente – uma espessa parede durante várias dezenas de séculos, pode, em algumas dezenas de anos, transformar-se em uma simples lâmina de cristal. (...) Parede e suporte representam hoje, portanto, coisas diversas; duas funções nítidas, inconfundíveis livres do encargo rígido de suportar, deslizam ao lado das impassíveis colunas; param a qualquer distância, ondulam acompanhando o movimento normal do tráfego interno, permitindo outro rendimento ao volume construído.¹²⁶

Ao mesmo tempo, era nas tradições coloniais, em uma arquitetura do passado, cuidadosamente selecionada e que ignorava a arquitetura neoclássica, por exemplo, que se buscava os elementos arquitetônicos que iriam compor a nova arquitetura. No caso de São Paulo, isso queria dizer a arquitetura rural feita pelos lusitanos. Foram aspectos da arquitetura rural paulista que Lúcio Costa recuperou em seu ensaio *Documentação Necessária*, de 1937, publicado na primeira edição da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como aponta Lia Mayumi, o arquiteto elabora um texto que, além de traçar uma evolução genealógica em que relacionava três características construtivas da arquitetura tradicional com seus respectivos elementos sucessores, contém uma tese que valorizava a arquitetura popular, chã e tradicional. – “o telhado de beiral que teria evoluído para telhado com platibanda; a parede de pau-a-pique que teria como sucessor o esqueleto de concreto armado; e finalmente, as poucas e pequenas envasaduras que teriam evoluído para os grandes vãos horizontais que ocupam toda a fachada”¹²⁷.

¹²⁶ COSTA, Lúcio. *Razões da Nova Arquitetura*. (1930) em COSTA, Lúcio. *Registros de Uma Vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 112

¹²⁷ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 29

O restauro da casa foi feito com base na caracterização das casas rurais paulistas seiscentistas que haviam sido levantadas por Luiz Saia¹²⁸, através da identificação de constantes tipológicas nelas presentes;

A planta retangular, paredes de taipa de pilão, telhado de quatro águas e coberturas com telha de canal, implantação sobre plataforma natural ou artificial à meia encosta ou nas proximidades de um riacho, planta organizada em três faixas – social, familiar, de serviço, a partir da fachada principal; depósito ou sobrado, aproveitando a acentuada inclinação do telhado; alpendre encravado na fachada principal, entre dois cômodos onde funcionaria uma capela e um dormitório para hóspedes¹²⁹

De acordo com o arquiteto Carlos Lemos, em uma reflexão feita já em 2008, os restauros buscavam

Uma despojada “saúde plástica” constatada por Lúcio Costa nas construções de outrora, que teria sido a fonte natural de nossa arquitetura moderna. Pelo pensamento orientador daquele arquiteto, teria havido em nossa história um salto pulando todo o ecletismo do século XIX no desenvolvimento da arquitetura nacional. Assim, o mestre-de-obras de nossas construções coloniais teria sido o patrono dos arquitetos modernistas, por sinal, naquele momento, bastante atentos aos ensinamentos de Le Corbusier¹³⁰

As casas rurais encontradas até então haviam sido divididas em dois grupos: os exemplares puros, que continham todas as constantes da tipologia proposta, e os exemplares tardios, com a ausência ou modificação dessas constantes que seriam decorrência de uma degeneração do sistema social econômico consolidado no planalto.¹³¹ Em um ensaio publicado em 1944, por Luiz Saia, *Notas sobre a arquitetura rural do segundo século* (Revista do Sphan n.8), ele justifica o partido arquitetônico adotado para as casas a partir de uma análise sociológica, em que o caráter psicológico e social do paulista “potentado, fazendeiro, colono seiscentista

¹²⁸ Engenheiro e arquiteto que já ocupando a chefia regional, com sede em São Paulo, do recém-criado SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional havia efetuado em 1939 os primeiros restauros completos de edifícios, no Brasil, com obras simultâneas na Igreja e Residência de N. S. do Rosário do Embu e na igreja de S. Miguel Paulista. Ver: TRINDADE, Jaelson Bitran. *Luiz Saia, arquiteto (1911-1975) a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”*. Revista rico iau-usp, 18-19 2|291-1|2014

¹²⁹ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 30

¹³⁰ LEMOS, Carlos. *Apresentação* em MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14

¹³¹ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 30

agenciador de bandeiras”¹³², ainda não chamado de bandeirante, teria refletido em escolhas plásticas e técnicas na construção original das casas. Nas palavras de Luiz Saia;

Quem observe hoje algumas destas construções do segundo século, sobretudo uma como a do Sítio do Pai Inácio, que conservou integralmente as soluções plásticas e técnicas, compreende melhor a psicologia do fazendeiro daquele tempo, senhor absoluto do sertão desbravado, dono das terras, da família e da escravaria, distribuidor de justiça e de religião, com os traços autárquicos da sua vida refletidos claramente na construção quadrangular, acachapada, definida e segura¹³³

Segundo Lia Mayumi em (*Taipa, Canela Preta e Concreto*), o discurso de Saia segue argumentando como o esquema arquitetônico teria perdido a sua *pureza* à medida que a figura do *paulista fazendeiro*, ou *bandeirante*, também perdia seu papel como centralizador do poder, da justiça e da religião - aspectos que estariam expressos “na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas (em) que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono.”¹³⁴ Os acréscimos, - telhados suplementares, qualidade do material e técnicas empregadas nas edificações, - dos exemplares de casas rurais posteriores à descoberta de ouro em Minas Gerais¹³⁵, eram uma representação de que “mesmo rico e poderoso, nunca mais pode o fazendeiro restabelecer o mesmo esquema social”¹³⁶. A Casa Bandeirante do *Butantã* foi considerada como pertencente a esse segundo grupo, já que seu alpendre posterior, vergas arqueadas e falta de grades nas janelas corrompiam a “*limpeza construtiva do século XVII*”.

Quando a comissão do IV Centenário empreendeu a restauração da Casa Bandeirante do *Butantã*, o intuito era recuperar o aspecto da “arquitetura pura” do que naquele momento já era chamado de “casa bandeirista”¹³⁷, através de diversas

¹³² MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 30

¹³³ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 30

¹³⁴ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 31

¹³⁵ Que também haviam resultado no “*escasseamento de bons taiperos e carpinteiros*” In MAYUMI, 2008, p. 32

¹³⁶ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 31

¹³⁷ A presença de “constantes”, ou seja, de aspectos arquitetônicos recorrentes nas casas permite abordá-las como um “tipo” arquitetônico. A origem da expressão “casa bandeirista”, localizada no

modificações no estado da casa como ela havia sido encontrada¹³⁸. Se a figura do bandeirante é polêmica, a sua caracterização também parece ter sido um tanto ambígua. Enquanto a realização do Monumento às Bandeiras e o restauro da casa, com seu estilo dito puro, geometria rígida, paredes recém-pintadas e um pé direito imponente com quatro metros e meio no ponto mais baixo, colocavam o paulista seiscentista como um herói a ser respeitado; ele ao mesmo tempo era visto como um rústico e pobre homem do *Sertão*. Isso pode ser visto no discurso de Guilherme de Almeida¹³⁹, integrante da comissão responsável pelo IV Centenário, feito na inauguração do museu instalado na antiga *Casa Velha* do *Butantã*, agora *Casa do Bandeirante*;

(em um) *coup-de-theatre*”, a comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo descerra aos olhos da gente paulista a visão cênica dessa veneranda atmosfera. É, por ora, uma simples apresentação de “decor”. Mansão colonial dos fins do Século XVII e metade do Século XVIII – isto é, do pleno Ciclo Bandeirista –, apresenta-se ainda nua esta “Casa do Bandeirante”. A imaginação dos que a virem saberá povoá-la das coisas singelamente nobres, entre as quais viveram nossos maiores (...) (o ambiente) não será rico, por certo, se quiser ser autêntico. O nosso velho sertanista, tendo que fazer a riqueza do Brasil, não teve tempo de fazer a sua. Foi o mais pobre dos Brasileiros. E justamente essa pobreza considerou sua fortuna¹⁴⁰

A nova técnica de concreto armado também foi escolhida para estabilizar a estrutura da *Casa Velha* feita em taipa de pilão que se transformava em Casa Bandeirante do *Butantã*. De acordo com Carlos Lemos, enquanto as Cartas de Atenas¹⁴¹ e de Veneza ordenavam que novas intervenções em construções antigas

ano das comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo, é consequência de uma longa construção historiográfica em torno do fenômeno do bandeirantismo e da figura do bandeirante. Do ponto de vista arquitetônico, resulta da elaboração teórica de Luiz Saia sobre os significados e os valores histórico-arquitetônicos daquele tipo de residência rural. O ponto de partida da criação da “casa bandeirista” como objeto de atribuição de valor histórico e artístico é a descoberta da mera ancianidade desse tipo e arquitetura por Mário de Andrade, em 1937. In MAYUMI, 2008, p. 32

¹³⁸ Aspectos tratados mais adiante

¹³⁹ Guilherme de Almeida (1890-1969) foi um advogado, jornalista, crítico, poeta, ensaísta e tradutor que junto com Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, entre outros, fundou a revista *Klaxon*, principal meio de divulgação do ideário modernista.

¹⁴⁰ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. P. 93.

¹⁴¹ A Carta de Atenas de 1931 (a do “restauro”) marcou o começo das formulações intergovernamentais, em nível internacional, de diretrizes voltadas para a “proteção e conservação” do patrimônio cultural. Foi fruto de uma reunião científica organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações (estrutura do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual), sendo aprovada também na instância da Assembleia da Sociedade das Nações ver CABARAL, Renata Campello. *A Dimensão Urbana do Patrimônio na Carta de Atenas de 1931*. Arqtextos, 2015. disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/15.179/5531>

deveriam ficar à vista, mantendo visível e identificável as intervenções que reparavam o monumento, isso não foi seguido no Brasil.

No Brasil, o Sphan acompanhou as primeiras recuperações dos preservacionistas portugueses, que avidamente expurgavam acréscimos posteriores e edificações medievais visando à integridade original e à unidade estilística, arrancando aderências barrocas significativas dos seus suportes românicos. Entre nós, os técnicos comandados por Lúcio Costa rapidamente revestiam as próteses e cintamentos de concreto armado escondendo-os sob bem desempenados e caiados panos de argamassa cimentícia.

Ainda de acordo com Lemos, à medida que as intervenções do restauro iam estabilizando a construção, tanto as modificações feitas no aspecto geral das casas que buscavam restabelecer o que seria uma tipologia pura *bandeirista* – por exemplo, no caso da Casa do *Butantã*, a liberação dos alpendres de paredes ditas construídas posteriormente à construção da casa – como as adições de novos elementos estruturais estabilizadores maquiavam a construção original. As desconfigurações eram de tal ordem que as casas passavam a ser muito mais modernas do que representantes do tempo em que haviam sido construídas, o que é tangível na própria matéria que constituía a casa, que passava a ser mais nova do que antiga, como pode ser visto em uma passagem do depoimento do arquiteto:

Nos monumentos tombados foram encontrados, aqui e ali, trincas, fendas bem largas, paredes se separando e um festival de trabalhos de contenção amadorísticos e de mau gosto executados há anos e mais anos. Como Luiz Saia, com a anuência de seus maiores, enfrentou toda essa problemática? Refazer as paredes combalidas de taipa usando a técnica antiga? Foi desaconselhado pela chefia carioca (Lúcio Costa). Espaços e paredes faltantes seriam refeitos com tijolos. Acabou fazendo “pacotes”, como dizia, amarrando toda a construção por fora com vigas de concreto embutidas nas paredes na altura do frechal, à meia altura e embaixo, e solidarizadas entre si por peças verticais à guisa de colunas, obtendo estruturas mistas, isto é, muros contínuos, pontualmente intercalados por pilaretes. (...) O revestimento dos paramentos de taipa de pilão também oferece dificuldades (...) havia ali uma gradação responsável por uma fixação perfeita do revestimento. Procedimento difícil naqueles dias das primeiras intervenções recuperadoras. Optou-se por argamassa com cimento, que volta e meia está a cair. (...) pós garantidos a estabilização estrutural da velha construção, com o emprego de inclusões invasivas de concreto armado, as paredes ganhavam novo revestimento. Depois de caídas adquiriam uma brancura nunca vista, fazendo contraponto com todo o madeiramento uniformizado em tons escuros obtidos com solução de extrato de nogueira.¹⁴²

¹⁴² LEMOS, Carlos. *Apresentação*. In: MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14

Isso também aparece no discurso, muito acreditado por Saia, mas também por todos os técnicos do Sphan, que esse novo cenário traduzia, que, ainda de acordo com Carlos Lemos: “via na singeleza chã das construções antigas uma expressão precursora de nossa arquitetura moderna. O citado paradigma tentava trazer à tona uma pretensa modernidade a ser aposta ao bem arquitetônico restaurado; isso às custas desta receita cosmetizadora.”¹⁴³

À medida que se operavam as restaurações das casas rurais, que foram levantadas pelos arquitetos do Sphan, progressivamente se caracterizavam as casas bandeiristas. “Uma a uma, cada qual portadora de particularidades adquiridas ao longo de suas vidas, todas tiveram suas estruturas saneadas, liberadas e limpas de todos os traços que dificultassem a leitura mais clara e imediata do tipo bandeirante ideal”¹⁴⁴. Em meio aos restauros realizados, a Casa Bandeirante do *Butantã* representa a consagração desse processo de constituição do tipo característico – sua pureza geométrica e cromática, regularidade e alvura das superfícies das paredes, telhado quatro águas, a atmosfera interna que sugere uma rusticidade seiscentista e a sua posição isolada no terreno são características que foram repetidas em todos os exemplares restaurados sob coordenação de Luiz Saia. Sendo que, “a restauração pode ser entendida também como o momento em que ocorreu a construção de uma imagem para a casa”¹⁴⁵, concomitante à construção do personagem que a habitaria.

Então, se a *Casa Velha* que havia sido encontrada por Mário de Andrade, feita de barro socado, em algum momento abrigou o paulista; a casa feita aos moldes da Nova Arquitetura estava apta a abrigar um herói reinventado no século XX. O concreto que substituía e enrijecia a sua estrutura parecia também estar pronto para receber as ideias de progresso que seguiam mirando o interior do continente americano; em busca de riquezas e o estabelecimento das fronteiras de um território nacional íntegro. Como parte de um pensamento moderno na arquitetura brasileira que estava se formando na primeira metade do século XX, o restauro da casa buscava nas tradições construtivas coloniais a constituição de um moderno tradicional. Essa ideia seria ainda desenvolvida na arquitetura brasileira,

¹⁴³ LEMOS, Carlos. *Apresentação*. In: MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14

¹⁴⁴ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 293

¹⁴⁵ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 292

como lembra o arquiteto e crítico Guilherme Wisnik, ao menos até a construção de Brasília, como um “desvio da norma funcionalista, que levou teóricos importantes a atribuir a essa arquitetura, diante dos primeiros impasses do chamado Estilo Internacional, um papel de destaque na criação de uma “nova tradição” moderna”¹⁴⁶. Enraizado em tradições e na reinvenção de um passado heroico, nascia, moderno, o mito bandeirante.

¹⁴⁶ WISNIK, Guilherme. Brasília: natureza reinventada. In KIM, 2010 p. 493

3. outra casa

Caminhando pela calçada em frente à Casa Bandeirante do *Butantã*, com cuidado para não tropeçar em uma das enormes raízes que levantam as placas cimentícias do chão, veem-se duas casas de concreto armado aparente, praticamente iguais, implantadas lado a lado. Vistas da Praça Monteiro Lobato, são dois volumes de concreto que aparecem sobre um monte de um lado gramado, com a grama bem aparada, e do outro, coberto com uma vegetação mais densa e um pneu pendurado em uma das árvores, que balança sobre a esquina. Seguindo pela Rua João Ulhôa de Cintra, é possível chegar a entrada de uma das casas. Desse ponto vê-se somente um dos volumes de concreto armado aparente prismático, elevado sobre quatro pilares. É curioso o esforço feito pela estrutura, que levanta o volume em uma altura suficiente para que seja possível, de dentro da sala de estar, saudar um visitante da Casa Bandeirante do *Butantã*, em frente.

Apesar da casa constituir-se em praticamente um único volume elevado do nível do chão, esse movimento faz com que sob a sua sombra exista uma área pavimentada ao mesmo tempo coberta e aberta, que atualmente funciona como garagem em meio a um jardim. O único espaço fechado entre paredes nesse nível é um pequeno volume cilíndrico que abriga dependências de serviço, mas também é possível ver os pilares que sustentam o pavimento acima. A entrada feita por esse espaço leva até uma escada que conduz ao nível superior. Para acessar o pavimento que abriga o programa residencial – composto por quatro quartos com banheiros, sala, cozinha e escritório – é necessário subir os dois lances dessa escada também de concreto. O pavimento no qual está o programa habitacional se encontra, finalmente, entre duas lajes nervuradas de concreto que, aparentes, se fazem presentes em todo o ambiente interno. As janelas basculantes de perfil metálico vão de parede a parede nas fachadas norte e sul. É pela janela na fachada norte que é possível ver a casa bandeirante à frente; a única vista desimpedida para o exterior.

Assim como a casa em frente, nessa casa o programa residencial é resolvido em um único pavimento a partir de uma planta tripartida com dimensões

semelhantes¹⁴⁷. Existe algo na atmosfera da casa que também lembra a sua antecessora – talvez a iluminação difusa, apesar de duas das quatro fachadas serem rasgadas inteiramente, na horizontal, por uma janela, e aberturas na laje superior que permitem entradas de luz pontuais pelo teto. Diferente da casa em frente é possível atravessar o volume de várias maneiras – ao contrário da outra, os ambientes mais segmentados, neste caso os quartos e banheiros, além da cozinha, ficam na faixa central da planta, e os ambientes maiores, a sala e escritório, ficam nas duas faixas laterais correspondentes às fachadas norte e sul. Para ir do escritório à sala, e vice-versa, é possível passar tanto pela cozinha como por dentro de qualquer um dos quartos, que se abrem para os dois lados. As paredes dos quartos, em placas de concreto, que constituem um volume central, não alcançam o teto – sem janelas para o exterior, os quartos são iluminados por cima. Na sala da fachada sul, por onde se acessa o espaço, existe uma bancada de trabalho em concreto que se estende ao longo da fachada, e, na fachada oposta, existe uma sala de estar com uma lareira central, também em concreto, onde, pela janela, é possível avistar a casa em frente.

3.1 eixos cruzados

“Para os brasileiros, naqueles anos, a construção de Brasília teve uma importância muito grande. (...) no interior do continente, para contrariar inclusive um aparente destino imposto pelo colonialismo de habitar-mos sempre a costa. Na verdade, essa interiorização ou internalização da reflexão brasileira sobre a possibilidade da riqueza de territórios remotos, a imensidão do continente, levava também necessariamente a uma reflexão sobre a América Latina. Essa condenação de sermos costa atlântica contrária aos países do Pacífico”

- Paulo Mendes da Rocha¹⁴⁸

Em 1883 o padre italiano Dom Bosco, fundador da Congregação dos Salesianos, teve um sonho em que entre os graus 15 e 20 de latitude sul havia uma enseada bastante extensa e bastante larga, que partia de um ponto onde se formava um lago. Nesse momento, uma voz teria dito repetidamente: “Quando se vierem a escavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra

¹⁴⁷ A Casa Bandeirante do Butantã tem 20x20m e a Casa Butantã do Arquiteto Paulo Mendes da Rocha tem 20x20m, ver plantas em anexo

¹⁴⁸ ROCHA, Paulo Mendes da. Em WISNIK, Guilherme (org.). *Paulo Mendes da Rocha – Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2012, p. 140

prometida, vertendo leite e mel. Será uma riqueza inconcebível”¹⁴⁹. Setenta e cinco anos depois, aparecem na fotografia de Mário Fontenelle¹⁵⁰ onze homens e uma criança na frente de um monte de terra de aproximadamente três vezes o tamanho de qualquer um deles. O monte, composto de diferentes estratos de terra, vai diminuindo em largura à medida em que o olhar chega ao seu topo, onde numa pequena placa de madeira está escrito *zero*. Trata-se de uma fotografia feita durante a construção de Brasília – a nova capital brasileira inaugurada em 1960, projetada e construída dentro do mandato de cinco anos do presidente Juscelino Kubitschek - no planalto central a 15° de latitude sul e 47° de latitude oeste, num platô “fortemente drenado por cursos d’água de três importantes bacias hidrográficas onde se dá o encontro das bacias dos Rios, São Francisco, Tocantins e Prata.”¹⁵¹

A inauguração da nova capital marcou a conclusão da política econômica de Kubitschek, definida por um programa de metas que combinou objetivos em seis grandes áreas de interesse: energia, transporte, alimentos, indústria básica, educação e a construção de Brasília, o objetivo síntese - que representava o lema de Kubitschek, *cinquenta anos em cinco*, e sua ambição de desenvolvimento e ordem. Brasília seria crucial nesse processo que deveria desencadear, nas palavras do então presidente, “irradiação de um sistema desbravador (...) o núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País”.¹⁵² A cidade, com seus edifícios monumentais, era um poderoso símbolo para a nação e divulgava, para o exterior, uma marca da unidade do Estado brasileiro¹⁵³, representado a partir de então, por uma nova cidade a mil e cem metros de altitude em relação ao nível do mar. Assim, a construção de Brasília deu corpo a um projeto de desenvolvimento econômico que se delineava no Brasil há séculos, mas que só tomou impulso de fato nas décadas prévias à sua realização. A mudança da capital para uma nova cidade já vinha sendo discutida desde os tempos da colonização. De acordo com o presidente, representava o desejo de concretização da tomada de

¹⁴⁹ São João Bosco (1815-88), padre italiano fundador da Congregação dos Salesianos, relato de um sonho, 1883 apud DORFMAN, Gabriel; STENZEL, Emília. In: KIM, 2010 p. 33

¹⁵⁰ Ver imagem em anexo

¹⁵¹ DORFMAN, Gabriel; STENZEL, Emília. In: KIM, 2010 p. 10

¹⁵² Ver CANÇADO, Welligton. *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. p. 297

¹⁵³ FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sérgio. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008. p. 249

posse do interior do continente materializado na forma urbana, que até então só havia sido assinalado como um traçado no mapa:

Desde muito, os goianos acalentavam aquele sonho e, pela primeira vez, ouviram um candidato à Presidência da República assumir, em público, tão solene compromisso. A ideia, como já disse, nascera em 1789 e viera se arrastando, sem que mais nada houvesse sido feito no sentido de concretizá-la. A única providência tomada - além das de caráter aleatório, que refletiam a atividade das comissões presididas por Luís Cruls, Poli Coelho e o Marechal José Pessoa - havia sido o acréscimo de um retângulo colorido no mapa do Brasil, assinalando a localização do futuro Distrito Federal.¹⁵⁴

Enquanto a ideia de construir uma capital no supostamente despovoado interior do continente americano já vinha do período colonial, a partir da transferência da coroa portuguesa para a América em 1808, após “se tornar uma verdadeira obsessão para os republicanos¹⁵⁵”, foi com a marcha para o Oeste iniciada pelo então presidente Getúlio Vargas (1882-1954)¹⁵⁶ que a ideia voltou a ganhar força. Vargas, ao lançar o movimento, declarou em discurso, no dia 7 de agosto de 1940 em Goiânia: O vosso planalto é o miradouro do Brasil. Torna-se imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura¹⁵⁷.

A mudança seria justificada por diversos motivos, entre eles a segurança de se estar afastado de ataques marítimos, o isolamento do poder longe das cidades mais populosas, a procura mítica de um paraíso junto às nascentes dos grandes rios do continente e uma maior integração do país – a partir do *(des)envolvimento* do seu interior. Mas, a ideia de modernização e progresso a partir da integração nacional, “objetivo prioritário, justificativo da construção da nova cidade”¹⁵⁸, era o que englobava todos esses fatores que validaram a investida no esforço que significava mudar a capital do Rio de Janeiro para o planalto central, um platô formado por rochas cristalinas que se estende por todo o centro-oeste do continente,

¹⁵⁴ KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 21

¹⁵⁵ KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 4

¹⁵⁶ A chamada Marcha para o Oeste foi um projeto desenvolvido pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954) durante a ditadura do Estado Novo. Esse projeto foi criado com o intuito de promover a integração econômica e o crescimento populacional das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

¹⁵⁷ KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 37

¹⁵⁸ KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 30

no qual havia “um vastíssimo vale de calma severa e majestosa banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo”¹⁵⁹.

Em sua primeira viagem à América Latina (1929-30), o arquiteto franco-suíço Le Corbusier viu de dentro do avião “em toda a sua largura e extensão esse gigantesco país da América onde de tempos em tempos surge um povoado, uma cidadezinha”. Foi a partir desse ponto de vista que Le Corbusier, “comovido com a dimensão épica dessa “paisagem violenta e sublime”, imaginou conferir à arquitetura e ao urbanismo produzidos ali uma monumentalidade equivalente àquela inerente à natureza local. Aqui uma nova arquitetura nascerá, profetiza, “unitária e imensa, através dos mares e continentes sob um único signo”¹⁶⁰. À medida que identificava o vasto interior do continente americano, o que para o arquiteto era um grande vazio espacial, ganharia uma qualidade estética que seria enquadrada pela nova arquitetura, transformada em paisagem. E, enquanto a construção de Brasília, anos depois, deu corpo ao projeto de desenvolvimento econômico, social e cultural que já se delineava no Brasil, foi “no contexto do desenvolvimento de um campo específico da cultura brasileira – um campo que desde o princípio soube compreender o alcance e as possibilidades de sua própria dimensão política: a arquitetura moderna”¹⁶¹ que a nova capital tomou forma.

O traçado do plano urbano geral do distrito federal foi feito pelo arquiteto Lúcio Costa, sobre o qual comentou posteriormente “cabe lembrar as palavras de Le Corbusier quando de sua primeira viagem à América do Sul, em 1929, às quais eu procurei corresponder em 1936, com a construção do edifício do Ministério da Educação no Rio de Janeiro e, vinte anos depois, com a concepção de Brasília”¹⁶². Em um episódio bastante conhecido, o arquiteto venceu o concurso nacional de projetos para o plano piloto da nova capital, com uma proposta que cabia em cinco pranchas de papel cartão com esboços feitos à mão livre. A sua proposta tinha como base a ideia de construir a cidade a partir de dois eixos cruzados, referindo à ideia de uma cruz. Ou, nas palavras do próprio arquiteto, “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando em um ângulo

¹⁵⁹ GLAZIOU, Auguste François Marie em relatório sobre a segunda missão Cruls, 1893. In: *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 10

¹⁶⁰ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 493

¹⁶¹ KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 5

¹⁶² COSTA, Lúcio. *Registros de Uma Vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 301

reto, o próprio sinal da cruz”¹⁶³, dos mais antigos gestos originários de uma nova cidade e forma primordial de uma cidade romana, duas vias cruzadas *decumanus maximus* e *cardo maximus*.

Enquanto “a nova capital, com sua grandiosidade arquitetônica, permitiu com que dois terços do nosso território – que eram desalentadores “espaços vazios” fossem conquistados”¹⁶⁴ nas palavras de Juscelino Kubitschek, a cidade teria surgido “quase de um nada”¹⁶⁵. Era precisamente a partir do procedimento de conceber uma cidade nova, na forma de uma cruz sobre um espaço supostamente vazio, que o arquiteto manteria “uma relação ambígua com a “tradição” (e experiência) colonial.”¹⁶⁶ Uma cruz que se tornava uma máquina moderna na forma de um avião, e que no caso de Brasília, seria configurada pelo eixo *rodoviário-residencial*, no sentido norte-sul, e o eixo *monumental*, no sentido leste-oeste – solução que buscava “aplicar os princípios francos da técnica rodoviária”¹⁶⁷. Além de organizarem os vários setores do conjunto urbano em si, os eixos viários integravam o sistema rodoviário do distrito federal às outras cidades do país. A construção da capital marcava a concretização do desejo de urbanizar o que seria um grande deserto, *Sertão*, ou a “região mais deserta e sem recursos do interior do Brasil”¹⁶⁸, como foi descrito o planalto entre o Rio de Janeiro e Belém quando visto de cima pelo presidente Juscelino Kubitschek e pelo ministro da aeronáutica, Brigadeiro Fleiuss.

Justamente a partir desse “ato deliberado de posse, (um) gesto de sentido ainda desbravador nos moldes da tradição colonial”¹⁶⁹, como colocado no próprio memorial do plano piloto, esse procedimento faria com que a proposta de Lúcio Costa fosse a mais tradicional entre os projetos premiados no concurso do plano piloto pois, de acordo com o arquiteto e crítico Guilherme Wisnik, estaria relacionada à preservação de um “modo de vida inerente à cultura urbana brasileira”.

Tratando tanto a natureza quanto as culturas locais a ferro e fogo, a colonização predatória praticada pelos portugueses no Brasil fundou, aqui, uma sensibilidade

¹⁶³ COSTA, Lucio. *Memorial do Plano Piloto* (1957) em (KIM, p. 23)

¹⁶⁴ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 25

¹⁶⁵ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 19

¹⁶⁶ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 495

¹⁶⁷ COSTA, Lucio. *Memorial do Plano Piloto* (1957) In KIM, 2010, p. 23

¹⁶⁸ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 22

¹⁶⁹ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. em KIM, 2010 p. 495

espacial e uma disposição construtiva baseadas na proteção e no refúgio, no medo do selvagem, e não no contato próximo, na comunhão com a terra e a paisagem – “eis a nossa tradição (...) e a ergueram com trabalho escravo, e não com o esmero paciente e laborioso de quem se apropria com afeto da matéria bruta, transformando-a lentamente em artefacto humano.”¹⁷⁰

Seria possível, então, inferir que a tradição retomada por Lúcio Costa em seu gesto primordial, para além da questão formal do desenho da cruz, estaria na própria ideia de que o planalto central se tratava de um vazio a ser conquistado, quando na realidade a presença humana ali remontava a aproximadamente onze mil anos¹⁷¹. Além disso, trata-se de uma região com uma enorme abundância de recursos hídricos, minerais, vegetais e animais, uma “savana tropical na qual predominam gramíneas, arbustos e, em menor proporção, pequenas árvores de caule retorcido, com folhas grandes e rígidas e raízes longas, que lhes permitem resistir ao rigoroso período de seca que se segue à estação das chuvas (...) com uma vasta diversidade de espécies de vegetais e animais”¹⁷².

Em um gesto bastante sintético com a cruz em planta e a linha do horizonte em vista – combinadas aos malabarismos de Niemeyer e uma sequência de movimentos de terra – a cidade se levantava do chão, tanto construtivamente como simbolicamente. Foi em Brasília, especificamente nas superquadras, que se deu a expressão máxima de um “veio que se tornou central em um país onde os pilotis de matriz francesa proliferaram como em nenhuma outra parte do planeta a partir da década de 1930”¹⁷³. Nesse movimento de elevação, a cidade, de certa maneira, se descolava do Cerrado - bioma que ocupa dois milhões de quilômetros quadrados no centro do continente - criando uma nova paisagem para o planalto central,

¹⁷⁰ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 494

¹⁷¹ O surgimento da agricultura e de inúmeras culturas indígenas do grupo macro-jê remonta há cerca de 4 mil anos. Denominados tapuias – com a acepção de “bárbaros” na língua tupi – esses povos relutaram em cooperar com os portugueses que avançavam sobre o seu território. Alguns grupos opuseram resistência à chegada de exploradores em busca de minérios e posteriormente de colonizadores que se estabeleceram na região em grandes fazendas de gado. No momento da fundação de Brasília a região do Distrito Federal era território ancestral quilombola “Nos últimos anos, as comunidades do quilombo Kalunga – um dos maiores do país, a cerca de 300 km ao norte de Brasília – e do quilombo Mesquita – a menos de 50 km ao sul da capital – vêm enfrentando uma série de ataques a seus direitos territoriais. Em 2018, uma resolução do Incra aprovou a redução de mais de 80% do território original do quilombo Mesquita. Semanas atrás, em plena pandemia, uma enorme área do território Kalunga foi ilegalmente desmatada para ser ocupada por plantações de soja.” In TAVARES, 2020.

¹⁷² KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 7

¹⁷³ NOBRE, Ana Luiza. *Tanto Chão: Topografias da Arquitetura Contemporânea entre Brasil e Portugal*. P. 154 Disponível em <https://www.atlasdochao.org/wp-content/uploads/2021/10/Tanto-Chao_-_Arq-Atlantica_Ana-Luiza-Nobre.pdf>

pousada, como se vinda de outro planeta¹⁷⁴, sobre uma sucessão de aterros e terraplanagens que flertariam como uma tradição nacional; “a natureza – vista não mais como fundo, mas como um dado, um elemento tão arquitetônicos quanto o próprio objeto”¹⁷⁵.

Se a mobilidade rodoviária no Brasil ainda não estava completamente instaurada na metade do século XX¹⁷⁶, a partir deste momento ela viria a ser protagonista em amplo espectro. Daí a ênfase no eixo rodoviário, que se estende nos sentidos norte e sul na forma de dois grandes arcos simétricos arqueados no sentido Oeste, cruzando o Eixo Monumental num ponto de sua porção leste. Composto de três vias justapostas com catorze quilômetros de extensão, com uma via central de alta velocidade, com seis pistas, e duas vias laterais de média velocidade, cada qual com quatro pistas. Duas largas faixas ajardinadas separam as vias laterais da via central e acomodam os trevos de ligação com as superquadras residenciais, definindo a disposição dos seus espaços constitutivos¹⁷⁷. É sintomático que no marco zero da capital, onde se encontram os dois eixos principais, rodoviário e Monumental, esteja a plataforma rodoviária. De acordo com a avaliação do júri internacional do concurso de Brasília, o projeto de Lúcio Costa continha uma matriz espacial na qual “os elementos podem ser prontamente apreendidos. O plano é claro, direto, fundamentalmente simples (...) tem o espírito do século XX: é novo, livre e aberto; é disciplinado sem ser rígido”¹⁷⁸. Mas, enquanto Brasília seria a “expressão de um determinado conceito urbanístico” de acordo com Lúcio Costa, a cidade teria adquirido “personalidade própria graças à arquitetura de Oscar Niemeyer”¹⁷⁹.

A primeira obra em concreto construída na nova capital foi uma capela em forma piramidal com cinco metros de base e dez metros de altura, um monumento

¹⁷⁴ “Yuri Gagarin, o famoso astronauta, disse-me ao ver Brasília pela primeira vez: “A ideia que tenho, Presidente, é a de que estou desembarcando num planeta diferente, que não a Terra.”. In: KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 24

¹⁷⁵ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçossemLugar-pdf

¹⁷⁶ Atualmente, o país possui uma média de um quilometro de rodovias pavimentadas e sete quilômetros de rodovias não pavimentadas por habitante ver “Rodoviarismo no Brasil” disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/rodoviarismo-no-brasil.htm>

¹⁷⁷ KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: CosacNaify, 2010 p. 5

¹⁷⁸ Justificativa do júri internacional para escolha do projeto de Lucio Costa entre as 26 propostas apresentadas em KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 326

¹⁷⁹ COSTA, Lucio. *Brasília Revisitada*, 1987. In KIM, 2010 p. 132

a Dom Bosco, em um opúsculo associado à sua profecia¹⁸⁰. Além dessa capela, coube ao arquiteto Oscar Niemeyer o projeto do Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal, entre tantos outros edifícios do plano piloto de Brasília; “formas livres (...) cuja dinâmica geométrica e movimentada precisa do plano abstrato e infinito – a linha do horizonte – como suporte para a sua individualização. O que combina também com a empenhada defesa de caráter monumental da cidade”¹⁸¹. De acordo com Guilherme Wisnik, o plano urbanístico de Lúcio Costa e a arquitetura de Niemeyer “atuam juntos como expoentes de uma tradição barroca que se reatualiza na modernidade”¹⁸².

Foi justamente com um discurso baseado na ideia de um grande progresso, inspirado no pioneirismo e coragem do bandeirante, que as festividades de inauguração de Brasília tiveram início, com a cerimônia de entrega das chaves simbólicas da nova capital ao presidente Juscelino Kubitschek no dia dez de abril de 1960, mesmo dia em que se realizou a missa de inauguração da cidade na praça dos Três Poderes. Assim, “o brasileiro poderia tomar posse de seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear o novo ciclo bandeirante”¹⁸³.

Sete décadas depois da inauguração da nova capital, o mesmo personagem mitificado aparece no filme “O Bandeirante” de Jean Manzon, exibido no Memorial JK, onde, além de uma câmara mortuária circundada por um painel de Athos Bulcão está um “mausoléu monumental desenhado por Niemeyer”. De acordo com Paulo Tavares, o filme “ensina didaticamente ao público o significado de toda essa cenografia modernista como os grandes autores da construção nacional”¹⁸⁴. Ao atravessar a cidade, “O público é convocado a aprender – e, mais que isso, compactuar com – a ideia de que a modernidade nacional representada por Brasília só adquire pleno sentido quando observada em continuidade com a empresa da colonização” em um “destino manifesto” de uma nação que “marcha para o oeste”, motor do desenvolvimento econômico do país e essência da identidade

¹⁸⁰ DORFMAN, Gabriel; STENZEL, Emilia. In KIM, 2010 p. 182

¹⁸¹ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 496

¹⁸² WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 496

¹⁸³ KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.p. 22

¹⁸⁴ TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

nacional.”¹⁸⁵ O autor também questiona, a comemoração de violências coloniais-raciais como se fossem “documentos de histórias heróicas da unidade nacional e ainda dos imaginários monumentalizados do bandeirante desbravando os sertões interpretados como marcos simbólicos da modernidade ou documentos da barbárie colonial (...) essa narrativa acabou se tornando um mito fundante da modernidade nacional.”

A leitura de Le Corbusier sobre o vasto território americano reforçou, assim, uma visão recorrente da arquitetura, desde o período colonial, em relação a maneira de lidar com o espaço circundante no que é considerado o território brasileiro – uma tradição arquitetônica que não estaria relacionada a um “hedonismo tropical” e sim de “refúgio e proteção”, como argumenta o arquiteto e crítico Guilherme Wisnik – amedrontados pela imensa vastidão do território, e perigos da floresta, os portugueses teriam desenvolvido um sentimento de “hostilidade atávica” em relação à natureza. Um sentimento que possivelmente levaria a uma relação de distanciamento do chão, em todos os seus sentidos, como coloca a historiadora e crítica Ana Luiza Nobre ao lembrar do caráter negativo conferido ao chão desde a colonização, “em uma sociedade escravista em que só os negros punham os pés na terra”, e em que “bem antes dos pilotis, tanto as palafitas quanto as redes de dormir já expressavam o esforço de manter-se suspenso sobre o chão. Um chão movediço (...) ou até inexistente (...). E com frequência associado a uma natureza áspera e temível, da qual seria sempre prudente guardar alguma distância”¹⁸⁶ – possivelmente como consequência de uma relação com a terra, que diante da sua impenetrável vegetação e abundância foi entendida como “para gastar e arruinar, não para proteger”¹⁸⁷.

Se as entradas no continente americano se deram a partir dessa dinâmica “com a chegada de Le Corbusier, e da arquitetura moderna, ocorre uma grande transformação. A arquitetura deixa de ser uma fortaleza contra o meio para se tornar uma redução poética da natureza”¹⁸⁸. Ainda, enquanto a arquitetura moderna brasileira, nesta chave de atuação, trabalha a natureza americana como paisagem a

¹⁸⁵ TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

¹⁸⁶ NOBRE, Ana Luiza. *Tanto Chão: Topografias da Arquitetura Contemporânea entre Brasil e Portugal*. In MASAO, 2020, p. 154

¹⁸⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 2014 apud NOBRE, Ana Luiza, 2020, p. 155

¹⁸⁸ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 493

partir de uma matriz espacial cartesiana, também é possível questionar até que ponto a ação mineradora do território sobre o entendimento do espaço como um grande vazio – em que a natureza tropical não é vista como dócil nem benevolente, “mas ferozmente resistente à ação urbanizadora”¹⁸⁹ – também não teria se tornado uma tradição. É preciso questionar o que significa tratar partes do planeta como espaços vazios; pois a partir da definição da palavra *vazio* como um substantivo masculino proveniente do latim *vacivus* - *vácuo, desabitado, desocupado, que não contém nada*¹⁹⁰ - considerando o globo terrestre, tanto a superfície do planeta e o que existe para dentro dela, como as camadas da atmosfera, não há espaço vazio. Os espaços podem ser vazios de construções antrópicas, mas, sem elas, continuam sendo habitados e cheios de significado. Se não são habitados por grupos humanos – que, por sua vez, se não constroem não quer dizer que não habitam um espaço ou o consideram como seu território –, são habitados por outras espécies de seres – animais, vegetais e minerais. Como lembra ainda Ana Luiza Nobre, “uma pequena colherzinha de chá de solo tem mais organismos que pessoas no planeta”¹⁹¹ e duzentas e setenta espécies diferentes de árvores podem ser encontradas em um único hectare de Mata Atlântica, onde uma única copa de árvore pode hospedar mil espécies de insetos, de acordo com Warren Dean¹⁹². Sendo assim, a leitura dos espaços físicos do interior do continente como espaços vazios pode ser entendida tanto como, mais uma vez, uma interpretação baseada em uma certa matriz cultural, quanto como uma maneira de legitimar uma nova ocupação que, paradoxalmente, para existir acaba dizimando, em diversos sentidos, as vidas ali pré-existentes.

Se “no plano piloto de Brasília, Lucio Costa reinterpreta a tradição colonial em chave moderna, (...) inspirado no cartesianismo de André Le Nôtre em Versalhes, pensou uma cidade relacionada à linha do horizonte. Uma urbanidade que inventa a paisagem”¹⁹³, a construção de Brasília poderia ser entendida também como a concretização em grande escala de um projeto de colonização que enxerga o território, a natureza – e todas as vidas nela contidas – como esse grande vazio, e que, como vazio parece precisar ser preenchido de *alguma coisa* – no caso,

¹⁸⁹ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 493

¹⁹⁰ MICHAELIS, moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.

¹⁹¹ NOBRE, Ana Luiza. *Aproximar-se do Chão* In ANDRÉS, 2022. p.92.

¹⁹² DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p.56

¹⁹³ WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In KIM, 2010 p. 493

construção humana. Nesse momento, a arquitetura realiza uma paisagem construída a partir de intensos movimentos de terra – aterros, terraplanagens, alagamentos – que, ao ignorarem as tantas camadas de vida ali existentes, tendem, a partir da construção de uma linha do horizonte fabricada, “*uma cota virtual a 1,60m ou 1,70m do solo*”¹⁹⁴, pela descrição de Lúcio Costa - transformar o chão em superfície, pavimentada:

Mais do que a referencial colonial ou o gesto barroco comentado no projeto, a arquitetura dos anos 1950 no Brasil exprime uma relação com o espaço exterior como um lugar interior. Os grandes vazios só afirmam, nos limites da forma, o movimento contínuo, o olhar atrás e através do infinito, essa incompletude que o olho procura sempre ao fundo e mais ao fundo, em que qualquer fixação, qualquer finitude traz à mente o desconforto do presente: o real moderno que se constrói dissolvendo o fundo.¹⁹⁵

Uma continuidade violenta que destaca a pequenez do indivíduo em uma plataforma artificial de escala urbana – plataforma, termo do francês médio *plateform* ou *platte fourme*, que significa *forma plana*, e refere-se a uma superfície de nível elevado¹⁹⁶ - construída para governar o ritual da vida moderna. Alterações de solo, como argumentam os críticos Pier Aureli e Martin Tattara¹⁹⁷, que não só funcionam para destacar algo de seu contexto imediato, mas podem ser lidas como índices tangíveis de relações de poder. Um grande avanço das fronteiras do progresso bandeirante.

Em outra fotografia de Fontenelle (1959), uma edificação chamada Vila Amauri aparece ao lado do Rio *Paranoá* - localizado em uma brecha natural dos chapadões Gama e *Paranoá*-, logo antes de ser submersa pela construção do lago *Paranoá*, um lago artificial que, com altura máxima de quarenta e oito metros e aproximadamente seiscentos e trinta metros de extensão, alimenta uma usina

¹⁹⁴ TELLES, Sophia. *Museu da Escultura*. AU – Arquitetura e Urbanismo, n. 32, São Paulo, out./nov. 1990. p. 45

¹⁹⁵ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. p. 34 disponível em

< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAriteturaModernistaUmEspaçoemLugar-pdf

¹⁹⁶ Utzon, Jorn. *Platforms and Plateaus: Ideas of a Danish Architect*. Zodiac, No. 10, 1962. p. 113–140. *Tradução livre* disponível em <<https://www.transfer-arch.com/monograph/platforms-and-plateaus/>>

¹⁹⁷ Aureli, Pier, Tattara, Martin. *Platforms: Architecture and the Use of the Ground*. E-flux, Conditions, 2019. *tradução livre*. disponível em < <https://www.e-flux.com/architecture/conditions/287876/platforms-architecture-and-the-use-of-the-ground/>>

hidrelétrica de vinte e cinco mil kw. É simbólico, ao mesmo tempo, que o elemento mais alto do complexo urbanístico de Brasília seja uma torre de televisão, com duzentos e dezoito metros de altura, no meio do eixo monumental. “Já que a história não pode nascer senão de um fundo mítico que a preceda” coloca o crítico Lorenzo Mammi, “Brasília acaba se tornando, na realidade, a construção de um novo mito”¹⁹⁸. Materializado em Brasília, a cidade moderna do *Sertão*, na boca do Rio da Prata, está o mito bandeirante em todos os seus sentidos. Como afirma Paulo Tavares, “A metamorfose da cruz em avião rumo ao progresso, como muitos interpretam, é outra entre tantas construções simbólicas da relação entre colonialismo e modernidade na formação nacional tão bem representada em Brasília.”¹⁹⁹

3.2. Matéria bruta

“O movimento moderno desloca sua arquitetura para fora do solo especificamente modernista, fora enfim do espaço imaginário, do mapa sensível do Brasil. E essa exterioridade é própria da questão construtiva, pois assim como a planta – matriz do projeto para todo o movimento moderno – é imediatamente forma, sua interioridade é negada pela livre articulação das funções. O objeto arquitetônico, como expressão de uma individualidade ideal, tende a se diluir no panejamento e na industrialização.”

- Sophia Telles²⁰⁰

Anos antes da construção da Lagoa Paranoá, uma fotografia em preto e branco de 1929, de autoria desconhecida, mostra três homens atravessando a ponte sobre o Rio Pinheiros, nos atuais limites entre o centro expandido e a zona sul da cidade de São Paulo. Enquanto a fotografia retrata uma cena ainda recorrente na cidade – grandes enchentes causadas pelo transbordamento dos rios – essa seria uma das últimas imagens aonde é possível ver o rio correndo em meandros e a

¹⁹⁸ MAMMI, Lorenzo. *A construção da sombra*. In ESPADA, Heloisa. *As construções de Brasília*. São Paulo: IMS, 2010, sem página.

¹⁹⁹ TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

²⁰⁰ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçossemLugar-pdf>

antiga Ponte do Rio Pinheiros²⁰¹ fazendo a ligação entre os bairros Pinheiros e *Butantã* – e, conseqüentemente entre o centro de São Paulo e as rodovias Raposo Tavares e Régis Bittencourt, construídas sobre os caminhos das tropas e do *Sertão*, que passavam, por sua vez, sobre os caminhos do *Peabirú*²⁰². A partir de 1930, quando foi publicado o Estudo de um Plano de Avenidas por Francisco Prestes Maia, a cidade de São Paulo passaria por grandes transformações. É nesse estudo que Prestes Maia apresenta o plano radiocêntrico para a cidade de São Paulo, baseado nos planos recentes de reforma de cidades europeias, como a feita por Haussman²⁰³ em Paris. O sistema de transporte é estudado detalhadamente para garantir a boa circulação de veículos – considerando sempre o embelezamento da cidade na forma de monumentos, passeios públicos e referências visuais. Ainda, o sistema de vias se daria através de anéis, no qual o mais externo seria definido ao norte pelo Rio *Tietê* e a oeste por um dos seus afluentes, o Rio Pinheiros²⁰⁴.

A nascente do Rio Tietê está a vinte e dois quilômetros do Oceano Atlântico, na atual cidade de Salesópolis, e o rio cruza a bacia sedimentar de São Paulo. O seu curso atravessa o planalto Atlântico em direção ao interior em uma “antiga depressão formada pelo afundamento de enormes blocos rochosos através de movimentos predominantemente verticais que foi sendo preenchida por sedimentos trazidos pelo Tietê e seus afluentes²⁰⁵” que haveria se formado no período de aproximadamente doze milhões de anos, sobre terrenos de vinte milhões de anos em seus trechos mais recentes.

Nas grandes e largas calhas aluviais do Tietê e Pinheiros existiam redes de drenagem típicas de planícies de soleira, fortemente, submersíveis. Dominava (...) no vale do

²⁰¹ A Ponte do Rio Pinheiros foi substituída pela Ponte Eusébio Matoso em 1930, uma continuação da Avenida Rebouças

²⁰² A Rodovia Raposo Tavares teve origem em parte dos antigos Caminho do Peabiru (pré-cabralino) e Caminho do Sertão (séculos XVI e XVII), do Caminho das Tropas (séculos XVIII e XIX) e na Estrada São Paulo-Paraná (1922-1954). Recebeu a atual denominação em 1954, em referência a Antônio Raposo Tavares, rico português que em 1628 engajou-se na bandeira de Manuel Preto, com cem paulistas e 2 mil indígenas auxiliares, a qual percorreu o braço principal do antigo caminho indígena do Peabiru (que ligava a região da Vila de São Vicente aos atuais Paraná e Paraguai), rumo às reduções jesuíticas do Guayrá, com a finalidade de captura e escravização de indígenas.

²⁰³ As Transformações de Paris no Segundo Império, também conhecidas como a Reforma Urbana de Paris ou a Renovação de Haussmann, foi um vasto programa de obras públicas de modernização da capital francesa promovida por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 e 1870

²⁰⁴ PESSOA, Denise Falcão. *O processo de Retificação do Rio Tietê e suas Implicações na Cidade de São Paulo, Brasil*. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158617, 2019. disponível em <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/158617/159285/392074> p. 3

²⁰⁵ AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. P. 78

Tietê, assim como no Pinheiros, drenagem extremamente sinuosa, com meandros divagantes, labirínticos. Em vários pontos, devido à profusão de meandros, lagoas de meandros, ilhas fluviais estabelecidas em antigos meandros de pedúnculos cortados, assim como ligeiros trechos de drenagem anastomosadas, era possível reconhecer-se uma drenagem divagante labiríntica²⁰⁶.

Até o final da década de 1930 o Plano de Avenidas não havia saído do papel. Mas, a partir de então, seis meses após o golpe do Estado Novo, Francisco Prestes Maia foi nomeado prefeito da cidade e tomou o Plano de Avenidas como diretriz para o *(des)envolvimento* da cidade de São Paulo. Nesse momento foram realizadas as avenidas *Anhangabaú* e *Itoororó* – atual avenida 9 de julho – 23 de Maio e Avenida Prestes Maia, o eixo Consolação- Rebouças e a Radial Leste. As avenidas perimetrais Tietê e Pinheiros²⁰⁷ não chegaram a ser executadas conforme o plano de transformá-las em um boulevard ao longo dos rios²⁰⁸. Foi o estudo feito pelo engenheiro e advogado novo iorquino Robert Moses²⁰⁹ que propôs o *(des)envolvimento* dos subúrbios, conectados ao centro por vias expressas, sem cruzamentos em nível a partir de modelos adotados nos Estados Unidos para o planejamento urbano de Nova York. Nesse momento, também, recomendou-se que a retificação do Rio Pinheiros fosse feita pela Cia *Light*²¹⁰, em uma parceria público-privada, na qual a Cia *Light* receberia uma porção de terra ao longo do rio, em troca de seus investimentos. A drenagem da várzea e retificação dos rios

²⁰⁶ AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. P. 78

²⁰⁷ “Desde essa época (1870), as várzeas dos rios Tietê e Pinheiros, consideradas terrenos ruins para a construção, começaram a ser vistas como área com potencial para urbanização. Entretanto, seriam necessárias grandes obras de drenagem. O Tietê é um rio meândrico, sinuoso, com grande área de inundação e cheias frequentes. A principal atividade econômica que acontecia no rio era a extração de areia. Sua várzea era pouco habitada. As raras casas do local sofriam com alagamentos anuais que traziam lixo, um odor desagradável e conseqüentemente doenças que se propagavam facilmente. Em decorrência desses fatos, os moradores da várzea eram chamados de varzeanos, termo pejorativo usado para nomear as áreas mais pobres e sujas da cidade. Na várzea também aconteciam atividades de lazer, sobretudo o futebol, esporte introduzido no Brasil no final do século XIX (SILVA, 2015, p. 294) que chegou a contar com mais de mil campos na primeira metade do século XX.” In PESSOA, 2019, p. 3

²⁰⁸ PESSOA, Denise Falcão. *O processo de Retificação do Rio Tietê e suas Implicações na Cidade de São Paulo, Brasil*. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158617, 2019. disponível em <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/158617/159285/392074> p. 6

²⁰⁹ Conhecido como relatório Moses, realizado pelo IBEC (International Basic Economy Corporation), em 1950, na administração de Lineu Prestes

²¹⁰ Companhia canadense *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited*, que já produzia energia elétrica em São Paulo

possibilitariam o surgimento de terra urbanizável – o que significava uma vultosa oportunidade de lucro para os investidores²¹¹.

A retificação do Rio Pinheiros tinha, oficialmente, como principal objetivo a produção de energia elétrica. Para isso, o curso do rio foi invertido. A *Cia Light* recebeu, em troca da execução das obras, as terras abaixo da cota máxima de inundação do Rio Pinheiros, podendo negociá-las livremente. A enchente de fevereiro de 1929, na qual as águas atingiram o nível de setecentos e vinte metros na Ponte da Bandeiras, localizada na foz dos Rios Tietê e Pinheiros, foi usada para demarcar a cota onde estariam as terras que pertenciam à *Cia Light*. A *Cia City*²¹², loteadora inglesa responsável por projetos de parcelamento de solo na cidade de São Paulo e pela criação de bairros como o Jardim América e Jardim Europa, questionou a legalidade da demarcação que havia sido feita pela *Light*²¹³. Posteriormente, as duas companhias fizeram um acordo e a *Cia City* recebeu parte das terras desapropriadas. Entre as terras loteadas pela *Cia City* na várzea do Rio Pinheiros estavam as que deram origem ao bairro do *Butantã*. Foi em meio a esse intenso movimento de terras para a retificação do Rio Pinheiros e abertura de ruas para o loteamento do bairro do *Butantã* que o arquiteto Paulo Mendes da Rocha construiu as casas que projetou para si de 1964 e 1966.

Ao olhar para o projeto de Paulo Mendes da Rocha, é difícil não lembrar do edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, projeto de Vilanova Artigas, construído na Cidade Universitária, vizinha ao loteamento da *Cia City*. Ainda que o projeto da FAU USP seja de 1961, e a sua construção tenha ocorrido de 1966-1969, a casa do arquiteto não só se assemelha ao edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo como solução – um prisma de concreto armado aparente, projetado a partir de uma planta retangular quase

²¹¹ PESSOA, Denise Falcão. *O processo de Retificação do Rio Tietê e suas Implicações na Cidade de São Paulo, Brasil*. Paisagem Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 30, n. 44, e158617, 2019. disponível em <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/158617/159285/392074> p. 6

²¹² A *Cia City* de urbanização foi fundada com sede em Londres em 1911 e investidores franceses, ingleses e brasileiros que juntos adquiriram quinze milhões de metros quadrados no perímetro urbano de São Paulo. A empresa, conhecida no mercado imobiliário pela atuação em planejamento de bairros com o conceito cidade-jardim, instalou-se definitivamente em São Paulo em 1912 com o nome *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Ltd*. Além disso, a partir da década de 1970 passou a atuar também no mercado de incorporação imobiliária, de acordo com os dados apresentados no site da própria empresa, seção “história”. Disponível em <<http://www.ciacity.com.br/historia.php>>

²¹³ A cota máxima registrada até então era de cerca de 719,80m. Ao que tudo indica, essa cheia foi manipulada de forma criminosa pela *Light*, com o intuito de garantir uma vasta área de várzea e consequente valorização dos investimentos da companhia (SEABRA, 1987, p. 54).

simétrica com paredes divisórias que não tocam o teto, iluminação zenital, janelas em fita em duas fachadas opostas e o volume principal elevado sobre pilotis que permitem com que o nível zero do lote seja atravessável - mesmo com diferenças correspondentes a programas tão distintos, mas também porque o comentário de Paulo Mendes da Rocha sobre a obra e pensamento de João Vilanova Artigas (1915-1985) é evidente.

Vários autores, entre eles o arquiteto e historiador Hugo Segawa, reconhecem Vilanova Artigas como a figura central da arquitetura paulista das décadas de 1960 e 1970²¹⁴. E, como figura engajada do Partido Comunista Brasileiro, além de um discurso que “espelhou as vicissitudes que marcaram a trajetória das esquerdas brasileiras”²¹⁵, Artigas foi um grande crítico da “crença moderna de que a arquitetura pode, sem comprometer-se com a realidade embaraçosa das paixões políticas oferecer soluções para o antagonismo de classes”²¹⁶. Como coloca o arquiteto e historiador João Masao Kamita, “Para Artigas, por trás da boa vontade em contribuir para o bem-estar coletivo, por trás de suas técnicas neutras e desinteressadas, outra coisa não se esconde do que a tentativa de legitimar o status quo.”²¹⁷ Em *Caminhos da Arquitetura Moderna*, ensaio publicado por Artigas em 1952, o arquiteto critica ferozmente os dois maiores protagonistas da arquitetura moderna mundial, condenando as bases ideológicas do movimento moderno²¹⁸ – a “dionisíaca reconciliação com as forças vitais da natureza na utopia de Frank Lloyd Wright (...) e apolínea civilização maquinista eficiente e ascética de Le Corbusier”²¹⁹. Como lembra ainda João Masao Kamita, para Artigas, os caminhos da arquitetura estariam na “ligação entre os arquitetos e as massas populares” Enquanto isso não se estabelece, dizia ele “não haverá arquitetura popular. Até lá...uma atitude crítica em face da realidade”²²⁰. Uma atitude em que:

²¹⁴ SEGAWA, Hugo. *Vilanova Artigas, O Renascer de Um Mestre*. Portal Vitruvius, 2002. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3258>>

²¹⁵ SEGAWA, Hugo. *Vilanova Artigas, O Renascer de Um Mestre*. Portal Vitruvius, 2002. <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3258>>

²¹⁶ KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000. P. 8

²¹⁷ KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000. P. 8

²¹⁸ Questões que já estavam sendo discutidas internacionalmente a partir dos CIAM's, onde muitos arquitetos levantaram questões que criticavam as premissas do Estilo Internacional.

²¹⁹ KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000. P. 8

²²⁰ ARTIGAS, João Vilanova. *Caminhos da Arquitetura Moderna*, 1952 abud KAMITA, João Masao, 2000, p. 9

O materialismo histórico seria a base teórica para operar essa leitura crítica do mundo, questionar as premissas ideológicas do movimento moderno, desconfiar da crença otimista na construção de um novo ambiente do homem exclusivamente pela exemplaridade da forma estética (era preciso) comprometer-se com o real, engajar-se em lutas, confrontar sistemas, assumir com consciência um sentido político.²²¹

Foi esse sentido político da arquitetura de Artigas que foi frequentemente resgatado em uma corrente crítica da arquitetura paulista que reivindicava o chão como espaço público e político na cidade de São Paulo, ao longo do século XX. Enquanto o seu *(des)envolvimento* foi sendo, com cada vez mais frequência, entregue a empresas privadas, ligadas ao mercado imobiliário²²². Uma tendência que possivelmente tenha tido a sua expressão máxima no Museu de Arte de São Paulo, MASP (1961-1968), projetado por Lina Bo Bardi (1914-1992) no espigão da Av. Paulista. Ao dividir o programa entre um subsolo e um volume elevado foi preservado o mirante sobre a Av. 9 de Julho. Assim, manteve-se uma continuidade visual, a partir da Av. Paulista, entre o vale do Rio *Saracura* – formador do Anhangabaú e afluente do Tamanduateí – canalizado sob a av. 9 de Julho e o Parque do *Trianon* no lado oposto da Av. Paulista – parque onde é possível encontrar a maior concentração de floresta de Mata Atlântica no centro da cidade de São Paulo, com espécies ameaçadas de extinção como o pau-brasil e o pinheiro-do-paraná. E, ao mesmo tempo, a manobra de elevação do volume principal com sua estrutura constituída de dois pórticos isostáticos, com dois pilares e duas vigas cada, permite uma continuidade entre a calçada da avenida e o térreo do edifício, transformando-o em um espaço público na forma de um “vão livre”;

Marco ao mesmo tempo técnico-arquitetônico e político-simbólico (...) que se torna um traço distintivo da arquitetura contemporânea paulista – sob o risco mesmo de reduzir-se a uma fórmula – é uma postura político-ideológica que tende a associar o chão (rés-do-chão) a espaço público (rés-publica). Ou mesmo precisamente, a liberação do chão à crítica ao processo altamente perverso de urbanização do Brasil e à luta pela transformação da estrutura fundiária das cidades brasileiras²²³

²²¹ KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000. P. 9

²²² Além das obras aqui mencionadas – urbanização dos bairros jardins, construção do parque Ibirapuera ou retificação dos rios – ver também por exemplo a operação urbana Faria Lima, construção do Largo da Batata, privatização recente de infra estruturas públicas como o Estádio do Pacaembú, entre outros.

²²³ NOBRE, Ana Luiza. *O Chão como Projeto*. In LEPIK, Andres; TALESNIK, Daniel (org.). *Access for All: São Paulo's architectural infrastructures*. Munique: Park Books, 2019.

Foi em meio a essa discussão, tanto em relação a construção das cidades como concomitante às publicações de Vilanova Artigas, que o arquiteto Paulo Mendes da Rocha projetou as casas que construiu no bairro do *Butantã*. Como lembra a arquiteta e historiadora Ana Luiza Nobre, o projeto de Paulo Mendes da Rocha consistia em “um projeto e duas casas iguais construídas em lotes contíguos e simultaneamente (...) que não se esgota em um evento único. E neste sentido, está longe de se mostrar indiferente a um pensamento sobre a produção industrial”²²⁴. Esse ensaio sobre a produção seriada²²⁵ pode ser entendido como um comentário em relação à construção da cidade moderna, materializada no contexto imediato tanto na casa bandeirante em frente como no loteamento recente do bairro.

Assim como coloca o próprio arquiteto²²⁶, o embate entre a Casa Bandeirante do *Butantã* e a casa que construiu para si se dá em um confronto temporal entre as duas arquiteturas, mas que também poderia ser entendido a partir de uma leitura de duas maneiras, a princípio distintas, de construir a cidade. As soluções projetuais propostas por Paulo Mendes da Rocha dialogavam com os excessos de uma residência burguesa paulista, em uma tentativa de tensionar a intimidade e a sociabilidade dentro das estruturas familiares em uma “maximização do ambiente compartilhado em nome de uma sociabilidade dos membros da família”²²⁷, em que “cada um aceita o convívio com os demais, sem muradas sólidas, mas dentro de novas e procuradas condições de respeito humano”²²⁸ como coloca o arquiteto Flávio Motta. Enquanto a casa, assim como a casa bandeirante em frente, tem o programa habitacional organizado em um único pavimento e a planta resolvida em um esquema tripartido, a inversão das áreas íntimas e sociais –

²²⁴ NOBRE, Ana Luiza. *Um em Dois. As Casas do Butantã de Paulo Mendes da Rocha*. Arqtextos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.086/228>Page>.

²²⁵ “Sobre a casa que fez para si no bairro do Butantã, em São Paulo, Paulo Mendes da Rocha disse ter sido ela pensada como “um ensaio de peças pré-fabricadas”. A estrutura modulada, o detalhamento mínimo (um só caixilho para todas as aberturas, por exemplo), o sistema estrutural simples e rigoroso, com apenas quatro pilares, duas vigas mestras e lajes nervuradas, foram citados pelo arquiteto como índices de uma racionalidade que se procurou imprimir ao projeto, num momento em que a discussão sobre a pré-fabricação ganhava amplitude no Brasil.” NOBRE, Ana Luiza. *Um em Dois. As Casas do Butantã de Paulo Mendes da Rocha*. Arqtextos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.086/228>Page>.

²²⁶ Ver entrevista em anexo

²²⁷ MOTTA, Flávio. *Paulo Mendes da Rocha*. Revista Acrópole, 1967 abud OTONO, Catherine (org.). *Paulo Mendes da Rocha Casa Butantã*. São Paulo: Ubu, 2016. p. 105.

²²⁸ MOTTA, Flávio. *Paulo Mendes da Rocha*. Revista Acrópole, 1967 abud OTONO, Catherine (org.). *Paulo Mendes da Rocha Casa Butantã*. São Paulo: Ubu, 2016.

com as primeiras transferidas para o centro da planta -, a circulação não hierárquica e o contraste entre a materialidade do concreto armado deixado aparente, escuro, e o branco da casa bandeirante podem indicar o desejo de contestar, por oposição, as soluções típicas das casas burguesas²²⁹ e, conseqüentemente, o estilo de vida patriarcal e hierárquico que elas representam.

Essa crítica ao programa da casa burguesa, presente nas casas projetadas pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, também pode ser entendida como um comentário ao padrão residencial dos bairros jardins que se multiplicavam em São Paulo²³⁰, em um desenho que assumia a solução de implantação de casas unifamiliares no centro do lote – em uma negação, ou separação da vida doméstica e da cidade. A discussão da pré-fabricação, levantada na construção de casas gêmeas, entendendo-as como um protótipo replicável²³¹, e a elevação do volume da casa que mantém o nível térreo do lote aberto, podem ser compreendidas, assim, como um ensaio de um protótipo da casa como núcleo gerador de cidade – “uma provocação ao próprio modelo urbanístico das garden-cities, que havia consagrado a casa isolada e única em contraposição às casas geminadas e em série - aquela valorizada como símbolo de status, estas rejeitadas como expressão da habitação operária”²³² - uma tendência que naquele contexto relacionada a luta pela reivindicação do habitar urbano, como aponta Ana Luiza Nobre. Um tema que seria explorado em maior ou menor grau ao longo de toda a obra do arquiteto²³³, pois, de

²²⁹ Em uma entrevista sobre o projeto, o arquiteto comenta que “Juntamente com o magnífico engenheiro calculista Shigeru Mitsuani, fizemos a laje de piso com quatro centímetros de espessura, sobre a qual foi colocado um piso de madeira. Ali, há uma contradição interessante, pois eu tenho uma certa aversão ao uso de tábuas de madeira, que me fazem lembrar uma coisa de casa neocolonial. Quer dizer, a princípio, eu teria horror daquele piso, mas não sabia bem o que fazer, pois o sistema construtivo que havíamos imaginado demandava que a instalação elétrica passasse pelo piso.”. Ver: OTONO, Catherine (org.) *Paulo Mendes da Rocha, Casa Butantã*. São Paulo: Ubu, 2016 p. 68

²³⁰ Diversos bairros jardins estavam sendo construídos pela cidade, a Cia City loteou bairros como o Jardim América (1915), Cidade-Jardim (1921), Alto da Lapa (1921), Pacaembú (1925), Alto de Pinheiros (1925) aos moldes do modelo inglês de urbanização *garden-city* –um modelo de cidade concebido por Ebenezer Howard, no final do século XIX, consistindo em comunidades autônomas cercadas por um cinturão verde num meio-termo entre campo e cidade. Em São Paulo os bairros jardins significaram bairros de elite, com ruas sinuosas e bem arborizadas e com casas unifamiliares implantadas, em sua maioria, no centro do lote. casas unifamiliares no centro do lote.

²³¹ As casas poderiam ser replicadas tanto horizontalmente, ou seja, multiplicadas em diversos lotes, como verticalmente, ou seja, como pavimentos que comporiam um edifício de diversos andares

²³² NOBRE, Ana Luiza. *Um em Dois. As Casas do Butantã de Paulo Mendes da Rocha*. Arquitectos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.086/228Page>>.

²³³ Ver por exemplo projeto da Casa Millan (1970), Casa Mario Masetti (1968)

acordo com Paulo Mendes da Rocha, “a casa é o abrigo que acompanha o homem. A origem da casa é o abrigo (...) hoje o habitat do homem é a cidade”²³⁴, e que dialoga com a vertente de projetos de arquitetura em São Paulo que reivindicariam desde então, através da implantação do volume e do desenho do edifício, efetivamente ou simbolicamente, o “vão livre”, ou um chão público.

Ao mesmo tempo, uma leitura da casa em corte, a medida em que expõe a manobra de elevação do volume de concreto armado em quatro pilares centrais – que conferiria a manutenção de um “térreo livre” no caso da repetição do pavimento para a construção de um edifício multifamiliar²³⁵ – também revela outras relações possíveis entre a casa, o lote e a casa bandeirante em frente. Enquanto a última pode ser entendida como a representação de um tempo passado, nas palavras do arquiteto²³⁶, e, portanto, também de uma técnica construtiva supostamente passada, faz sentido entender a elevação da casa de Paulo Mendes da Rocha como correspondente a um gesto de exibição de uma nova técnica. É possível imaginar que o arquiteto estivesse demonstrando que este material tão denso que é o concreto – que seria uma evolução moderna do barro de acordo com os preceitos de Lúcio Costa em *Razões da Nova Arquitetura* - pudesse levitar, tendo seu peso superado pelo artifício do engenho humano. De acordo com Hugo Segawa, a industrialização da arquitetura era um tema recorrente e o uso da tecnologia de concreto nesse momento tornou-se “a metáfora de progresso tecnológico da arquitetura e da engenharia brasileiras nos desenhos dos arquitetos paulistas”²³⁷. Dessa maneira, o gesto de elevação do volume teria intenção de enfatizar a superação do barro como técnica construtiva em dois sentidos, o primeiro no próprio uso do concreto armado como sucessor do barro, ou seja, uma suposta progressão da matéria *barro-para-*

²³⁴ WISNIK, Guilherme (org.). *Encontros, Paulo Mendes da Rocha*. Morar no Século XXI (cap). Rio de Janeiro: Azouge, 2012. p. 47

²³⁵ Além de uma referência a “Villa Savoyede Le Corbusier: em ambos os casos, pode-se destacar o procedimento de sustentação de um prisma puro sobre o solo, pensado sob o modelo da geometria planar do sistema euclidiano e por princípio avesso à hierarquização das fachadas. Ou o perímetro regular da planta e o paralelismo entre planos (paredes/divisórias, piso/cobertura), dos quais irrompem aqui e ali elementos de caráter funcional, valorizados plasticamente. Ou ainda a concepção de forma auto-sustentada, gerada a partir de um quadrado em planta que seguirá sendo declinado na obra de Mendes da Rocha”, ver NOBRE, Ana Luiza. *Um em Dois. As Casas do Butantã de Paulo Mendes da Rocha*. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.086/228Page>>.

²³⁶ Ver entrevista com Paulo Mendes da Rocha em anexo

²³⁷ SEGAWA, Hugo. *Vilanova Artigas, o Renascer de um Mestre*. Resenhas Online, São Paulo, ano 01, n. 001.21, Vitruvius, jan. 2002 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3258>>.

concreto armado, e o segundo na demonstração da possibilidade de erguer do chão uma casa com um volume equivalente a casa em frente - de dimensões próximas e resolvida em um único pavimento – a partir dos avanços construtivos que permitiriam maiores vãos e balanços construídos com mínimos apoios²³⁸.

Paradoxalmente, é precisamente nessa exibição dos avanços da tecnologia do concreto armado que o projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, buscando demonstrar a superação de uma técnica passada, representada pela casa em frente, ele a recupera em um discurso de progresso simbolizado pelo mito bandeirante. Ao mesmo tempo em que o projeto de Paulo Mendes da Rocha segue as indicações da nova arquitetura, levantadas por Lúcio Costa em *Razões da Nova Arquitetura*²³⁹, ele também mantém uma relação com a casa bandeirante ao estimular a memória de uma casa rural através de diversos elementos ao longo do projeto – como no ambiente sóbrio com poucos ornamentos, na lareira central²⁴⁰, na rusticidade do mobiliário resolvido, em grande parte, em concreto, nas paredes divisórias que não encostam no teto²⁴¹, e na própria escolha de solução do programa em um único pavimento a partir de um volume com dimensões próximas a casa em frente. Neste sentido, a casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha poderia ser entendida como uma interpretação moderna da casa rural paulista, adaptando-a tanto às soluções plásticas do tempo em que foi construída como às discussões referentes ao programa da habitação e as maneiras de morar investigadas, naquele momento, pelo arquiteto em um contexto de reivindicação da cidade como espaço público. Além disso, é preciso lembrar que não é só com a “Casa Velha” do *Butantã* que o projeto

²³⁸ Este seria um ensaio que faz sentido quando compreendido em meio ao contexto de um pensamento arquitetônico advindo de uma formação da engenharia civil, como é o caso das escolas de arquitetura em São Paulo, “*configurando uma maior familiaridade à arquitetura enquanto questão tecnológica*” In SEGAWA, 2002.

²³⁹ Que, no caso paulista, tendo a casa rural como tradição, as paredes em taipa seriam sucedidas por pilares e paredes de concreto, as janelas retangulares por janelas em fita e os beirais por platibandas.

²⁴⁰ Uma possível referência ao fogo de chão das casas sertanistas. De acordo com o arquiteto Gunter Weimar, existem divergências em relação à localização da cozinha nas casas paulistas. Enquanto alguns autores mencionam que as cozinhas eram localizadas fora das casas, outros dizem que se cozinhava dentro da sala central, utilizando o fogo também como aquecimento em dias frios. Weimar menciona, inclusive, um aprofundamento no piso de um cômodo ao lado da sala principal em alguns exemplares de casas bandeirantes, que teria sido utilizado como local de cozimento. De toda maneira, o aquecimento de alimentos era feito em geral sobre pedras ou blocos de cupinzeiros apoiados diretamente no chão. Ver: WEIMER, Gunter. *A Casa do Bandeirante, Uma Revisão de Suas Origens*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 149, 2015.

²⁴¹ Uma prática comum tanto em casas rurais do interior do Estado de São Paulo e do Espírito Santo, onde nasceu o arquiteto, como em casas caiçaras. Em uma entrevista relatada por Guilherme Wisnik, o arquiteto comenta a relação entre a solução adotada na Casa Butantã e a lembrança das casas rurais do seu estado natal. Ver WISNIK, Guilherme. *Arquitetura Moderna no Brasil*. Baú Escola da Cidade.

de Paulo Mendes da Rocha se relaciona, mas, e senão principalmente²⁴², com a Casa Bandeirante do *Butantã* restaurada e transformada em museu – e fundamentalmente em uma construção moderna.

A Casa do Bandeirante do *Butantã*, originalmente, enquanto era uma “Casa Velha”, teria sido construída com materiais disponíveis no local, barro e madeira. No momento da construção original da casa bandeirante, no século XVII, imaginava-se que o paulista apiloava uma matéria prima que tinha disponível em abundância. A taipa feita de terra socada, ou taipa de pilão, não tem resistência ao risco, trabalha somente à compressão e não à tração, e é altamente erodível²⁴³, os revestimentos utilizados também eram feitos de terra²⁴⁴, e a pintura era feita com cal ou *tabatinga* – uma argila branca encontrada no local²⁴⁵. Já a casa restaurada recebeu um esqueleto de concreto armado, proteções das bases das paredes em placas de concreto, revestimentos de argamassa cimentícia, madeiras tingidas e tinta acrílica em uma “uniformização estética dos exemplares decorrente da abordagem padronizada e da aplicação de critérios estéticos e técnicos (...) eficaz para a construção do tipo arquitetônico bandeirista”²⁴⁶ impulsionadas pelo “desejo nacionalista de caracterizar e construir um autêntico patrimônio representativo do povo paulista” em um “alinhamento às orientações do Movimento Moderno, que preconizava a valorização do monumento através da liberação de seu entorno e o atendimento do princípio da verdade estrutural – que colaborou para reforçar a ênfase no emprego do concreto armado”²⁴⁷. Ou seja, considerando a Casa Bandeirante do *Butantã* feita em 1954 e a Casa Butantã do arquiteto Paulo Mendes da Rocha é possível dizer que encontro entre elas se dá em múltiplos sentidos, e em

²⁴² No momento em que a Casa Butantã do arquiteto Paulo Mendes da Rocha foi construída a “Casa Velha” já havia sido restaurada em transformada na Casa Bandeirante do *Butantã*- aproximadamente uma década antes

²⁴³ A estrutura era travada ao cruzar-se os blocos que saíam das armações na forma de malhetes ver LEMOS, Carlos. Em apresentação. In MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14.

²⁴⁴ O revestimento era feito em várias camadas, sendo a primeira com a mesma terra utilizada para a parede e uma terra mais húmida com esterco de gado, o que ajudava a evitar fissuras, na segunda camada a mesma mistura da camada anterior com mais areia

²⁴⁵ LEMOS, Carlos. Em apresentação. In MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 14.

²⁴⁶ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 296

²⁴⁷ MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008. p. 297

grande medida, no discurso do progresso simbolizado pelo personagem bandeirante e materializado no uso do concreto armado.

De acordo com o historiador Adrian Forty, “o concreto é um dos agentes pela qual a nossa experiência da modernidade é mediada, ele nos conta o que significa ser moderno”²⁴⁸. As origens do concreto armado residem nos experimentos práticos de artesãos empreendedores na França do final do século XVIII e início do século XIX, com o objetivo de aprimorar a construção tradicional de *pisé*, ou taipa²⁴⁹; o que, possivelmente, possibilitou o entendimento do uso do concreto como um sucessor do barro nos preceitos estabelecidos por Lúcio Costa. Porém, apesar de ser possível fazer certa comparação entre o concreto e o barro, considerando as suas qualidades estereotômicas - *estereotômica* que, do grego, se refere exclusivamente a uma alvenaria de compressão pesada ou equivalente²⁵⁰ - ou ainda alguma lembrança em relação ao aspecto rústico²⁵¹ ou mesmo em relação ao procedimento de construção, que consiste em inserir uma massa entre duas formas de madeira, é preciso olhar para além das qualidades tectônicas e considerar a lógica energética na qual a arquitetura moderna em concreto armado²⁵² está inserida, como parte da rede de produção da construção civil e no contexto de uma crise climática.

O concreto é um material resultado da mistura de cimento, água, pedra e areia. Ao ser hidratado pela água, o cimento forma uma pasta resistente e aderente aos fragmentos de pedra e areia, formando um bloco monolítico. Já o concreto armado é uma combinação do concreto com o aço, em que a estrutura é composta por uma armação feita com barras de aço – ligas de ferro carbono - e coberta com concreto – fazendo o material resistente tanto à tração (aço) como a compressão. Para a fabricação do concreto armado, portanto, é necessário extrair e transportar cimento, areia, pedra e ferro – além da água utilizada – em um intenso processo de mineração. O calcário, principal matéria prima da fabricação do cimento, é extraído

²⁴⁸ FORTY, Adrian. *Concrete and Culture: A Material History*. London: Reaktion Books, 2012 p. 14 tradução livre

²⁴⁹ FORTY, Adrian. *Concrete and Culture: A Material History*. London: Reaktion Books, 2012 p. 16 tradução livre

²⁵⁰ Nos termos do crítico Kenneth Frampton ver FRAMPTON, K. *Between Earthwork and Roofwork. Reflections on the Future of the Tectonic Form*. In Form and Struture, Lotus International 99, Rivista Trimestrale di Architettura, Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1998. p. 1 tradução livre

²⁵¹ Quando o concreto é trabalhado dessa forma

²⁵² Entre outros materiais industrializados. Aqui se diz concreto armado em referência as casas em questão.

de uma jazida subterrânea ou a céu aberto. Os minérios de ferro são extraídos de complexos mineradores a céu aberto²⁵³ e depois carregados com carvão mineral ou vegetal e calcário nas usinas siderúrgicas, em um processo de queima em fornos de alta temperatura²⁵⁴. A areia é um dos materiais sólidos mais explorados do mundo, utilizado em massa para a fabricação de concreto, recuperação de terras, filtragem de água e produção de vidro. Como lembra o arquiteto e pesquisador Wellington Cançado, todos esses processos fazem com que “a construção civil consuma mais recursos que qualquer outro setor e o peso da Tecnosfera, estrato urbano e planetário de tudo que produzimos, alcança 30 trilhões de toneladas. Engenheiros, arquitetos e designers estão no cerne do Antropoceno”²⁵⁵.

O uso do concreto armado, além de outros materiais industrializados, significa um intenso sistema de extração e mineração, que são processados em usinas siderúrgicas e transportados por veículos movidos pela combustão de derivados de petróleo em rodovias asfaltadas – também com derivados de petróleo que impermeabilizam o solo – para então serem utilizados na construção civil. Um procedimento que faz com que a arquitetura moderna, inserida em uma lógica urbana moderna, possa ser entendida, de acordo com Elisa Iturbe, como um *carbon form*²⁵⁶ - ou desenhos que dão forma a sistemas políticos e culturais com altas demandas energéticas, baseadas na exploração de fontes de energia presentes em camadas sob a superfície da terra, na sua própria expressão espacial. Isso se faz tangível tanto no que diz respeito ao próprio material utilizado, como na lógica de produção na qual a arquitetura e a cidade moderna estão inseridas e, ainda, à forma que os projetos propõem como ideia de cidade, em que “no quadro totalizador da modernidade do carbono, o pensamento arquitetônico é constantemente subsumido

²⁵³ Os maiores complexos mineradores a céu aberto de ferro no Brasil – dos maiores produtores de ferro do mundo – estão em Carajás no Pará (29,3% da produção nacional) e no Estado de Minas Gerais (67% da produção nacional)

²⁵⁴ Ver OLIVEIRA, Waldir Monteiro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zSHkPIOEfKI>

²⁵⁵ CANÇADO, Wellington. *Desconstrução civil*. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 10, página 102 - 111, 2017.

²⁵⁶ Enquanto, desde que um modo de vida nômade deu lugar à uma sociedade baseada na agricultura, que por sua vez deu lugar para a sociedade industrial, passou-se de um paradigma captura de energia de caça e coleta para agricultura e finalmente, para combustíveis fósseis de carbono. Elisa Iturbe chama esse último paradigma de *carbon form* – ou forma de carbono, e teria surgido no século XVIII, quando os humanos passaram a queimar combustíveis fósseis, vastas fontes de energia em camadas sob a superfície da terra- seriam os hidrocarbonetos, carvão, petróleo e gás natural. ver ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*. Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay by Elisa Iturbe, 2019

pela ideologia da economia de combustíveis fósseis, impossibilitando dissociar a disciplina e a prática da arquitetura do colapso ambiental.”²⁵⁷

Por isso, como, de acordo com Iturbe, as formas relacionadas ao carbono estão praticamente em todos os lugares - são um modo de vida, um modo de pensamento e uma ordem social que predominaram nos principais movimentos arquitetônicos dos últimos duzentos anos - é urgente reconhecer até que ponto a modernidade do carbono moldou a maneira como a arquitetura é pensada e construída²⁵⁸. Uma arquitetura que ao prezar pela forma fundamentada em uma organização cartesiana e pelo uso de materiais industriais que se inserem em uma lógica predatória de extração e produção recuperam “a ode ao pioneirismo, ao bandeirantismo, ao desbravamento, à marcha para o Oeste e à tomada de posse do território nos moldes da tradição colonial reafirmando o caráter (auto)colonial do projeto moderno brasileiro”²⁵⁹, como coloca Wellington Caçado. Se a relação com a terra, ao menos desde a chegada dos colonos europeus no continente americano, deu-se a partir de uma busca incessante por recursos – com destaque para o ouro e a prata – é possível traçar um paralelo entre o movimento de mineração instaurado desde então com os buracos que continuam sendo abertos continente adentro para fomentar, entre outras coisas, a indústria da construção civil e cidades baseadas em uma lógica extrativista.

De acordo com o cientista político Horácio Machado Araóz, “os primeiros desenvolvimentos da tecnologia industrial moderna (...) surgiram na geoengenharia experimental desenvolvida nas minas espanholas da América”²⁶⁰ e “a primeira urbanização moderna não se deu em Manchester ou Londres, mas em Potosí”²⁶¹ e “o protótipo desse espírito não foi Benjamin Franklin (...) mas as figuras de Colombo, Cortés, Francisco de Pizarro, Juan de Villarroel, Pedro de Valdivia e um longo etc. de aventureiros especialistas na arte da guerra”²⁶², o que significaria que

²⁵⁷ ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*. Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay by Elisa Iturbe, 2019. p 19

²⁵⁸ ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*. Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay by Elisa Iturbe, 2019. p 19

²⁵⁹ CANÇADO, Wellington. *Plantar Cidades, Construir Florestas*. In WISNIK, 2019. P. 381

²⁶⁰ ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 114

²⁶¹ ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 114

²⁶² ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 114

a modernidade se origina a partir de uma nova forma histórica de mineração como coloca Araújo;

Em um amálgama de ouro, prata, ferro e chumbo, essa mineração funde metalurgicamente as duas formas de poder sobre as quais se estrutura a civilização moderna. A mineração moderna nasce, assim, como atividade de conquista. A partir daí, essa vocação se expande como potência (autoconcebida) universal e globalizante, ou seja, homogeneizante (...) que dá lugar à origem do progresso e da civilização. Juntos, desenham a linha que marca a passagem do estado de natureza ao estado de sociedade civil.²⁶³

Enquanto a subida ao planalto paulista se deu pela busca do ouro na Bacia do Rio da Prata, e se esse caminho seguiu na direção de Potosí a partir de São Paulo, perfurando as estranhas do continente americano, ele segue sendo aberto, agora moderno – em uma ideia de progresso representada pelo bandeirante como herói – “Moderno é o país novo, moderna é a condensação do social no ato da razão (...) onde o progresso e a técnica mantém-se ainda, enquanto gesto inicial, intencionalidade primeira e vontade expressiva. Claro, a ação se faz a partir do futuro, o movimento corre para o interior, a expansão é para dentro.”²⁶⁴ Uma prática que entende que “não há espaço até que a forma o construa; não há natureza preexistente, mas matéria a ser formalizada por um gesto social soberano”²⁶⁵. A necessidade de construção sobre um território supostamente virgem e desabitado escancara um modo de habitar que revela o “ímpeto purificador dos modernos e os dualismos estruturantes da suposta singularidade qualitativa de sua antropologia assimétrica: natural-artificial, sujeito-objeto, humano-não humano, primitivo-civilizado, espontâneo-projetado, cidade-floresta (...) com marcações cruciais das relações entre o planejamento, a vida pública e os bens comuns na modernização do país”²⁶⁶.

Em diversos momentos ao longo de sua obra, Paulo Mendes da Rocha, como um dos muitos expoentes da arquitetura moderna brasileira, demonstra uma

²⁶³ ARAÚJO, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 114

²⁶⁴ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçoSemLugar-pdf 32

²⁶⁵ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçoSemLugar-pdf

²⁶⁶ CANÇADO, Wellington. *Plantar Cidades, Construir Florestas*. em WISNIK, Guilherme, SERAPIÃO, Fernando (org.) *Infinito Vão*. São Paulo: Editora Monolito, 2019. P. 382

compreensão detalhada da situação geográfica do território americano, e realiza alguns projetos que se inserem na longa trajetória de tentativa de integração do interior do continente. O que pode ser visto, por exemplo, em um projeto não realizado para uma cidade portuária no Rio Tietê (1980) – que ainda busca, através da navegação pelos seus afluentes, a chegada desde o planalto paulista ao Rio da Prata;

O rio (Tietê) hoje não é outra coisa senão uma sucessão de represas, hidroelétricas com as eclusas que é aonde os navios podem subir de um nível para o outro, portanto o rio é todo navegável, ou seja, você pode sair por navegação fluvial de São Paulo e ir para a Argentina e desaguar na Bacia do Prata. Foi por isso que nós fizemos até um ensaio de uma cidade portuária principal nesse sistema de navegação do Tietê imaginado como novo, a chamada cidade do Tietê. Como é fácil então você inaugurar uma cidade, fácil porque ela é altamente desejável. (...) Para saída de produtos da agroindústria. São projetos que inauguram potencialmente novas cidades (...) por desejo e necessidade de ocupação do território com esses planos adequados²⁶⁷

Tanto nesse projeto, como na proposta feita para a transformação da Baía de Montevideu (1998)²⁶⁸ – na foz do Rio do Prata –, é possível perceber uma provável tendência a uma relação dicotômica entre ser humano e natureza, sendo essa considerada um empecilho, algo a ser superado para o progresso da humanidade. Uma natureza que, sem a arquitetura para transformá-la, se mantém inútil, como pode ser visto na própria descrição do projeto; “a navegação fluvial tem uma importância muito grande como observação daquela água que ali está e surge a ideia, por exemplo, de um projeto que eu fiz para a Baía de Montevideu, onde a chamada Baía Montevideu é uma extensão de água enorme inútil que lá está”²⁶⁹. Uma arquitetura que “já é urbanismo no momento em que se constitui (...) O mundo novo. Este é o lema da sua presença: a forma como expressão universal.

²⁶⁷ *Cidade do Tietê- Ocupação Paulo Mendes da Rocha*. Baú Escola da Cidade, 2018.

<https://www.youtube.com/watch?v=k4ixKXMzxWY>

²⁶⁸ O projeto para a reconfiguração da baía de Montevideu surgiu no contexto de um seminário internacional de trabalho na Escola de Arquitetura de Montevideu, em que cada convidado desenvolveu, associado a uma equipe de alunos e professores, uma proposta tendo a baía como tema. “O problema urbano era evidente: a cidade inteira, em suas comunicações, tinha que girar em torno da baía, tendo-a como um entrave a ser superado. A intenção do projeto foi justamente inverter o problema, fazer a cidade dirigir-se a ela de modo concêntrico, incorporando essa superfície de água” Ver WISNIK, Guilherme (org.). *Encontros, Paulo Mendes da Rocha*. Rio de Janeiro: Azouge, 2012

²⁶⁹ *Questões Fluviais – Ocupação Paulo Mendes da Rocha*. Baú Escola da Cidade, 2018
<https://www.youtube.com/watch?v=8DBs6PftirY>

Modo de deslocamento do subjetivo e do irracional, modo de fugir à opressão da natureza”²⁷⁰.

Esse modo de habitar representa um pensamento que, ao longo do século XX, “toma o solo urbano como recorte virtual na extensão do Brasil. Ponto sobre superfície, mancha sobre o descampado, a forma é um movimento próximo e distante ao mesmo tempo – olhar-horizonte sobre o futuro, afetividade noturna que deve ser desperta sempre, a cada gesto inaugural, pelo projeto da civilização e da racionalidade”²⁷¹. Se, de acordo com Flávio Motta, o arquiteto Paulo Mendes da Rocha teria encontrado “em Artigas a tônica do confronto Arquitetura-Sociedade e em Niemeyer, Arquitetura-Natureza”²⁷²; a ideia de um chão público que permeia a arquitetura paulista ainda seguiria, e segue, replicando processos de aterramento, corte e pavimentação;

A arquitetura dos anos 1950 realiza a síntese em sentido inverso – o movimento da técnica repõe o olhar da natureza. (...) A intenção do projeto e a revisão do olhar modernista sobre a paisagem brasileira resumem uma espécie de sociabilidade não social, em que a figura da razão pode enfim pousar sobre a extensão sensível – a virtualidade imensa do território novo, fundamento do devir. A arquitetura e o urbanismo, no momento mesmo do projeto, são o grão, um ponto, uma vibração nessa interioridade na superfície, que se organiza como campo. “Liberdade telúrica e agreste” (Lúcio Costa), a Natureza concentra-se no instante mais denso de seu território – a marca no mapa -, o projeto que lhe confere a condição de campo fundante. Movimento imóvel, é a natureza agora que olha a razão.²⁷³

Assim, olhar para as duas casas do *Butantã* significa estabelecer entre elas relações de continuidade e ruptura, entendendo-as como um conjunto pelo qual é possível traçar uma ponte entre diversos tempos que, condensados na materialidade e simultaneidade das casas, poderiam ajudar a começar a traçar – e desconstruir – práticas intrínsecas aos modos de fazer que fazem parte de uma maneira moderna de habitar a América. Se a Casa Bandeirante do *Butantã* representa, no âmbito do programa da arquitetura doméstica, o mito bandeirante consolidado e materializado

²⁷⁰ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçossemLugar-pdf

²⁷¹ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. p34 disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçossemLugar-pdf

²⁷² OTONO, Catherine (org.). *Paulo Mendes da Rocha Casa Butantã*. São Paulo: Ubu, 2016. p. 105

²⁷³ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçossemLugar-pdf

no seu restauro e expresso na substituição do barro pelo concreto, a Casa *Butantã* do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, como exemplar de uma vertente da arquitetura moderna brasileira, apresenta na exibição dos extremos das possibilidades do concreto armado, o progresso técnico como símbolo de um domínio da natureza pela habilidade humana – ainda que o processo de construção em concreto armado na casa possa ser considerado, de certa maneira, artesanal²⁷⁴. Dois gestos que, cada um a sua maneira, materializam a ideia da transformação do mundo físico-geológico em um mundo cartesiano em que é preciso ocupar e transformar um suposto vazio – a natureza. E, uma ideia de cidade em que “o fundamento urbano da arquitetura reduz a relação interior/exterior a um espaço extensível, onde as superfícies e profundidades são tratadas equivalentemente como planos virtuais de um *continuum*”²⁷⁵ em um ato incessante de pavimentação e mineração do chão, ainda que com intenções de um chão livre e público.

Enquanto a casa do arquiteto Paulo Mendes da Rocha busca flutuar sobre o bairro, liberando o térreo do lote para livre circulação, em um movimento de elevação, é possível questionar o quanto ela de fato soltou-se do chão. Se a Casa Bandeirante do *Butantã* se enraíza no chão americano, a Casa *Butantã* do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, consiste em um volume elevado sobre um terrapleno, que por um lado mantém a memória do lugar, e por outro cria com ele “uma falsidade”²⁷⁶. Apesar “da ideia da construção como um imemorial gesto de dar sombra,”²⁷⁷ os aproximadamente mil metros cúbicos de construção, para estarem suspensos, ainda precisam do equivalente esforço de uma fundação, correspondente, enterrada sobre o solo. Encravado na terra, em uma constante tensão entre um vértice que não encosta, mas aponta para o chão, o volume “marca o lugar da paisagem entre a geografia e a história”²⁷⁸.

²⁷⁴ A casa não foi construída com partes pré-moldadas e industrializadas, mas como um todo monolítico feito de concreto moldado in loco. Ver NOBRE, Ana Luiza. *Um em Dois. As Casas do Butantã de Paulo Mendes da Rocha*. Arquitectos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Vitruvius, jul. 2007 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/08.086/228Page>>.

²⁷⁵ TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçoSemLugar-pdf>

²⁷⁶ Ver entrevista com arquiteto em anexo

²⁷⁷ TELLES, Sophia. *Museu da Escultura*. Arquitetura e Urbanismo, n. 32, São Paulo, out./nov. 1990, p. p. 49

²⁷⁸ TELLES, Sophia. *Museu da Escultura*. Arquitetura e Urbanismo, n. 32, São Paulo, out./nov. 1990, p. p. 49

Ao mesmo tempo, do outro lado da rua, está uma construção de tradição ibérica - “onde a cisão entre arquitetura e arquitetura da paisagem não ocorreu”²⁷⁹ - feita com terra socada em valas abertas diretamente sobre o chão e transformada em um monumento moderno enxertado com concreto, cuja “história é em parte uma representação da tensão entre sua progressividade e seu primitivismo - um conflito que é característico de muitas coisas com pretensões de modernidade”²⁸⁰. Entre elas, revela-se, a partir de um chão contínuo que atravessa de uma casa a outra, modos de habitar que poderiam ser ditos “modernos”, entendendo que;

O *habitus* humano-moderno será forjado metalurgicamente sob o complexo conjunto de efeitos psíquicos, econômicos, políticos e culturais que o ouro provoca nas subjetividades dominantes. Essa é a grande força biopolítica geradora do novo mundo emergente: a nova geografia (mapas, territórios, fronteiras); a nova economia (novo conceito de riqueza, novos modos de produção); uma nova ecologia (novas formas de concepção, uso e disposição da natureza exterior, os recursos naturais); e novas formas de gestão e administração da natureza interior (os corpos-força-de-trabalho); uma nova política (novos meios, estratégias e recursos de poder; novas bases de legitimação e formas de exercício de poder; novos sujeitos de poder e novas estruturas de relações de poder). Também por certo uma nova religião (novas normas, valores e representações configuradores da consciência coletiva da época). As raízes do mundo moderno estão aí, na geografia da América Latina.²⁸¹

E, encoberto pelo asfalto que separa as duas casas e se transforma em rodovia, seguindo, ainda, rumo ao *Sertão*, dos muitos territórios interrompidos, do rio poluído e retificado, do monte cortado, revirado e loteado; da ideia de progresso, do *(des)envolvimento* e das fronteiras nacionais, está o *Butantã* - t(T)erra batida - e outros modos possíveis de habitar o planeta.

²⁷⁹ FRAMPTON, K. *Between Earthwork and Roofwork. Reflections on the Future of the Tectonic Form*. In: Rivista Trimestrale di Architettura, Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1998 p. 4

²⁸⁰ FORTY, Adrian. *Concrete and Culture: A Material History*. London: Reaktion Books, 2012 p. 15 tradução livre

²⁸¹ ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020. p. 114

4. Senhor dos vales

“o navegador tem diante de si uma representação completa do território, na forma de um mapa cartográfico, sobre o qual pode traçar um curso antes mesmo de partir (...) no caminhar, ao contrário, segue-se um caminho percorrido anteriormente na companhia de outros, ou em seus passos, reconstruindo o itinerário à medida que o percorremos”.

– Tim Ingold²⁸²

Ao descer as escadas de concreto e atravessar o jardim até a esquina, é possível ver, simultaneamente, as duas casas do Butantã. Mas, ao desfocar o olhar dos dois objetos arquitetônicos, um mundo repleto de outras vidas se faz visível. Ao longo das calçadas não só as raízes das árvores rebrotam do chão como estão cobertas de folhas. Alguns pássaros cruzam do Parque Monteiro Lobato para a árvore onde está o balanço sobre a esquina. Ao fundo é possível escutar os carros que transitam pela Av. Marginal Pinheiros. Virar de costas para as duas casas significa, também, perceber que este ponto do bairro do *Butantã* se configura como uma esquina de três pontas. A Casa Bandeirante do *Butantã*, na Praça Monteiro Lobato de um lado, a Casa *Butantã* do arquiteto Paulo Mendes da Rocha de outro e, na terceira ponta, um terreno murado, mas sem construções. Chama a atenção esse lote à venda em meio a um bairro nobre da zona sudeste da cidade de São Paulo – o terreno, que já foi um estacionamento e atualmente está tomado por uma vegetação que rebrota das fendas do asfalto fissurado, pode ser interpretado, ali, como uma provocação. Talvez, em conjunto com o monte de terra remanescente nos lotes onde estão as duas casas do *Butantã*, ele seja uma memória dos tempos anteriores à construção das casas, quando essas terras reviradas, cortadas e pavimentadas tinham outra configuração, e dali sobressaía, no horizonte, o Pico do *Jaraguá*; Senhor dos Vales²⁸³. Ou, ainda poderia representar um desafio para os

²⁸² INGOLD, Tim. *Lines: A Brief History*. London: Routledge. 2007 e-book Location 623. Tradução Livre

²⁸³ Um possível significado encontrado para *Jaraguá*, em tupi, foi Senhor dos Vales em NAVARRO, Eduardo de Almeida. Dicionário de Tupi Antigo. São Paulo: Global, 2013.

paulistas, um terreno à venda e, por isso, à espera de uma intervenção, pode ser entendido como uma provocação em relação a quais seriam as possíveis maneiras de seguir habitando o planalto em um terceiro tempo, atual e futuro.

Seguir em frente pela rua da Praça Monteiro Lobato na direção Oeste significa, depois de passada a entrada da Cidade Universitária, seguir continente adentro pelas rodovias Raposo Tavares, -em direção à Bolívia²⁸⁴ - e Regis Bittencourt²⁸⁵ - em direção à foz do Rio da Prata-, por onde antes havia os caminhos do *Peabirú*, que se transformada nas estradas de Cotia e Itapecerica, e que atualmente alargadas e asfaltadas, compõem uma extensa malha rodoviária nacional. Uma malha rodoviária que além de permitir o trânsito acelerado pelo interior do continente americano, garante o transporte e escoamento de recursos entre as cidades brasileiras e aos portos para exportação, e deles para importação. Seguir na direção leste a partir da Praça Monteiro Lobato significa atravessar a Ponte Eusébio Matoso, por cima do Rio Pinheiros retificado; no mesmo local onde um ramal do *Peabirú* atravessava o rio no seu ponto mais raso e seguia pelo atual centro da cidade de São Paulo em direção à Serra do Mar²⁸⁶, onde está o porto de Santos. Se dali saía a trilha tupiniquim quando a caravela de Martim Afonso desembarcou em São Vicente, atualmente, na região, está o principal porto brasileiro e o maior complexo portuário da América Latina. Somente o porto de Santos responde por aproximadamente um quarto de toda a movimentação da balança comercial brasileira, de onde exporta-se principalmente açúcar, laranja, café, soja, óleos de petróleo ou minerais betuminosos, algodão e carne e importa-se gásóleo, inseticidas, fertilizantes, partes de avião e helicópteros e automóveis, entre outros produtos industrializados²⁸⁷.

Do outro lado, na direção norte a partir das duas casas do *Butantã*, a avenida que margeia o Rio Pinheiros cruza com a Rodovia dos Bandeirantes. Passado o atual Estado de São Paulo, a Rodovia dos Bandeirantes é a BR050, que conecta a cidade de São Paulo à Brasília por mil quilômetros de rodovia asfaltada, através de

²⁸⁴ Através da Rodovia Raposo Tavares, atualmente é possível chegar do litoral paulista à Potosí na Bolívia em uma linha reta e asfaltada passando por Sorocaba em apenas quarenta horas

²⁸⁵ Através da Rodovia Regis Bittencourt, atualmente é possível chegar à Foz do Iguaçu na tríplice fronteira em menos de quinze horas

²⁸⁶ Atualmente é possível ir do centro de São Vicente, no litoral, ao centro de São Paulo em menos de uma hora por uma estrada que cruza a Serra do Mar em uma sucessão de túneis e pontes

²⁸⁷ Ver <https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/panorama/>

uma paisagem homogênea de grandes fazendas agropecuárias²⁸⁸. A construção dessas rodovias, além de retificar, asfaltar e acelerar percursos, possibilitando o aumento da eficiência do trânsito de pessoas e o escoamento de uma produção de monoculturas feita para exportação e altamente dependentes de fertilizantes químicos, também fragmentou territórios humanos e não-humanos e degradou áreas de floresta abrindo espaço para um desenvolvimento imobiliário que segue se expandindo e aumentando o desmatamento da Mata Atlântica, do Cerrado e dos Bosques de Araucárias. Enquanto a cidade de São Paulo cresceu de uma pequena vila para uma metrópole, a sua rede de infraestrutura se expandiu exponencialmente; com a construção de estradas, represas, redes de energia elétrica e antenas, além da modificação de cursos d'água, movimentos de terra e impermeabilização do solo. Atualmente, na cidade de São Paulo restam apenas trinta por cento da Mata Atlântica que havia quando a caravela de Martim Afonso desembarcou em São Vicente e sete por cento quando considerado todo o continente. O Cerrado é o bioma mais ameaçado do país, com quarenta e cinco por cento da sua área convertida para a produção agropecuária. Dos bosques de Araucária que se estendiam por duzentos mil quilômetros quadrados, entre o sul e o sudeste do continente no século XVI, restam aproximadamente três por cento²⁸⁹. Na cidade de São Paulo, os fragmentos de Mata Atlântica que ainda existem estão em parques delimitados pelo Estado. E, as áreas remanescentes de Mata Atlântica em São Paulo que não estão dentro dos parques coincidem com as regiões onde vivem comunidades indígenas Guarani ²⁹⁰. A construção da rodovia dos Bandeirantes, em 1978, especificamente, como parte da rede de rodovias nacionais e estaduais, cruza uma dessas regiões; na saída da cidade de São Paulo, depois de passadas as marginais Pinheiros e Tietê e antes de seguir rumo ao *Sertão* em direção à Brasília, a Rodovia dos Bandeirantes atravessa o Pico do *Jaraguá*.

Do alto do Pico do *Jaraguá*, ponto mais alto da cidade de São Paulo, a mil cento e trinta e cinco metros de altitude do nível do mar e a trezentos e noventa metros da área central, pouco ou nada se percebe da movimentada e barulhenta vida

²⁸⁸ Fazendas, na sua maioria, latifundiárias com cultivos de monoculturas (principalmente soja) e criação de gado – práticas que empobrecem o solo e contribuem com processos de desertificação

²⁸⁹ Dados retirados do site SOS Mata Atlântica, disponível em < <https://www.sosma.org.br/>>

²⁹⁰ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. .disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envedesign> p. 12

de uma das maiores metrópoles do mundo²⁹¹. Ali se encontram quatrocentos e noventa e dois hectares de áreas de conservação, que compõe parte dos doze por cento remanescentes de Mata Atlântica, Floresta Tropical da região sudeste da América do Sul. O Pico do *Jaraguá* é um dos únicos pontos de referência visual geográfica para aqueles que circulam por São Paulo, e, além do que representa como área de floresta, o *Jaraguá* é parte do território Guarani²⁹², que ultrapassa as fronteiras do que é considerado hoje o Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Enquanto se desenhava sobre um mapa linhas virtuais que foram definindo as atuais fronteiras políticas da América, que legitimaram a ocupação de um interior supostamente vazio e a construção da extensa rede rodoviária – entre elas as principais rodovias do Estado de São Paulo como a Rodovia Bandeirantes, Anhanguera, Rodoanel, Regis Bittencourt e Raposo Tavares –, essas linhas também foram modificando territórios humanos e não humanos, acarretando um viver cada vez mais dividido, segmentado, fraturado.

Paralelo ao “mapeamento detalhado dos caminhos, rios, montanhas, serras, lagos, florestas e aldeias indígenas, emergiram os signos da colonização: fazendas, arraiais, vilas, fortes, presídios, minas de ouro, registros de quilombos e de aldeias indígenas, aliadas ou hostis (...) o espaço do sertão foi gradativamente ordenado, medido, delimitado e fixado”²⁹³. Montanhas, florestas e ecossistemas inteiros foram colocados abaixo a medida em que as buscas por riquezas avançavam cada vez mais à Oeste. Ao mesmo tempo em que a matemática colonial de subdivisão “desmembra a terra em pedaços cada vez menores isolados um do outro”²⁹⁴, desde a linha virtual traçada em Tordesilhas às atuais fronteiras nacionais e estaduais, os Guarani

²⁹¹ Percepção a partir de visita feita em agosto de 2019

²⁹² “No processo de conquista e expropriação dos territórios indígenas do sertão, as populações foram classificadas, isoladas e cristalizadas pelos europeus conforme as políticas de alianças e inimizades vigentes na ocasião da chegada dos portugueses. Assim, nos Campos de Piratininga, entre os que falavam a língua tupi-guarani, os adventícios distinguiram os Tupiniquim, Tupinambá, Tobajara, Tamoio, Tememinó, povos Tupi. Entre os “de língua travada”, como eram chamados os povos Jê, os Guaianá. Essas denominações genéricas indicam o desconhecimento dos agentes coloniais com relação às populações que viviam nessas regiões. Tão demorado quanto intrincado, o processo inicial de invenção de um Brasil indígena envolveu a criação de um amplo repertório de nomes étnicos e de categorias sociais que buscava classificar e tornar compreensível o rico caleidoscópio de línguas e culturas antes desconhecidas pelos europeus. (MONTEIRO, 2001, p.24). Além das guerras coloniais, novas sociedades e identidades indígenas e mestiças surgiram na “zona de contato” GRUZINSKI, 2003, p.71-73

²⁹³ KOK, Glória. Imagens do Sertão da América Portuguesa. *Revista América*, São Paulo, n.2, 2020. p. 91

²⁹⁴ FUJIKANE, Candace. *Mapping Abundance for a Planetary Future*. Duke University Press, 2021, p.32 apud PAPPALRDO, 37 tradução livre

reconstróem diariamente as geografias tradicionais e buscam estratégias para contornar as redes coloniais e manter a floresta e as suas tradições vivas. Os Guarani vivem em uma marcha contínua rumo ao oriente²⁹⁵ – ou seja, ao Oceano Atlântico, ou no sentido Oeste-Leste – em busca da Terra Sem Mal²⁹⁶, parte de seu mito de origem e fundação. O seu modo de vida consiste nessa caminhada ininterrupta entre uma extensa rede de aldeias e caminhos, que conformam o território Guarani. Para os Guarani, a plataforma terrestre é contínua, não existem linhas divisórias como fronteiras. A mobilidade espacial sem obstáculos define a territorialidade Guarani²⁹⁷ - a t(T)erra é uma só²⁹⁸.

Isso significa, entre outras coisas que, na compreensão Guarani, a terra não é concebida como uma mercadoria para comércio e lucro, mas sim como um território sagrado e contínuo no qual não existe propriedade privada. O conceito Guarani de *yvyrupa* define a amplitude do território tradicional Guarani *Mbya*, em que *yvyrupa* pode ser traduzido como suporte terrestre ou plataforma terrestre – *yvy*, terra; *rupa*, suporte plataforma ou lugar de permanência – ou, ainda, terra incorporada ou terra como corpo²⁹⁹. *Yvyrupa* significa um mundo sem fronteiras, e compreende uma vasta mobilidade territorial e a criação de aldeias espaçadas ao longo deste extenso território. *Yvyrupa* é um lugar que acolhe todas as espécies, tradições, costumes e modelos juntos em coexistência³⁰⁰. Os Guarani identificam duas principais referências territoriais, que são o *yvy apy*, ou extremidade da terra (Oceano Atlântico) e *yvy mbyte*, ou centro da terra (Bacia do Rio da Prata, onde também está o aquífero Guarani e a tríplice fronteira entre Paraguai, Argentina e Brasil). A extensão territorial entre essas duas referências compreende o *yvyrupa*.

²⁹⁵ COSTA, Carlos Zibel. *O Desenho Cultural da Arquitetura Guarani*. Resvista pós-graduação Arquitetura e Urbanismo FAUUSP. São Paulo n.4 p. 113-130 dez 1993.

Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137037/132826>>

²⁹⁶ Ver POPYGUÁ, Timóteo da Silva Verá Tupã. *A Terra é Uma Só*. São Paulo: Hedra, 2018.

²⁹⁷ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 21 *tradução livre*

²⁹⁸ Referência ao título do livro “A Terra é Uma Só”, de Timóteo da Silva Verá Tupã Popygua, que conta as narrativas dos Guarani Mbya sobre a origem da terra, do ser humano, da linguagem humana e dos animais e plantas da Mata Atlântica.

²⁹⁹ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 21 *tradução livre*

³⁰⁰ LADEIRA, Maria Inês. *Comunicação, convívio e permuta em Yvy vai*. In: Gallois, Macedo (Eds.). *Nas Redes Guarani*. São Paulo: ed. Hedra, 2018, p. 266.

A cosmologia³⁰¹ Guarani determina a sua necessidade de movimento constante entre *yvy mbyte* e *yvy apy* e esse movimento conecta o território e demarca a área onde eles podem estabelecer suas aldeias³⁰².

O geólogo e geógrafo alemão Reinhard Maack relata os Guarani como a “população que faz as viagens mais longas em comparação com qualquer outra nação na região do Rio da Prata, frequentemente migrando para a costa oceânica e conhecendo todos as trilhas do interior”.³⁰³ A mobilidade espacial estrutura o parentesco Guarani na plataforma terrestre como uma migração fluída entre aldeias, *tekoas*, que não são um fato isolado, mas parte de redes de troca de notícias, sementes, rituais e plantas de uso medicinal ao longo do *yvyrupa*³⁰⁴. Os conceitos Guarani de *tekoa* e *yvyrupa* são dinâmicos. *Tekoas* são fluidas - a comunicação e o trânsito entre diferentes aldeias é constante. *Tekoa* - *teko* significa modo de vida e *a* significa lugar, ou ação. Cada *tekoa* compreende um território maior do que onde estão as casas: são os espaços onde os Guarani encontram água, vida não humana e a oportunidade de caça e pesca, materiais para a manutenção de suas casas e o acesso a plantas medicinais. Uma *tekoa* compreende toda extensão territorial que permite aos Guarani exercer seu modo de vida tradicional— *nhanderekó*, modo de vida em comum³⁰⁵. Para os Guarani, *Nhanderu* - criador, ou Deus verdadeiro -, criou a floresta como um grande jardim a ser cultivado, e na floresta está tudo que é necessário para a manutenção da vida.³⁰⁶ Os Guarani, ao exercerem seu modo de vida, cultivam e constroem floresta, em um entendimento do ser humano como parte integrante e atuante do ecossistema³⁰⁷.

No alto do Pico do *Jaraguá*, está uma dessas *tekoas*, a *Tekoa Itakupe*, onde vivem mais de mil indígenas Guarani *Mbya*, lutando pelo direito de existir e pela

³⁰¹ Ver POPYGUÁ, Timóteo da Silva Verá Tupã. *A Terra é Uma Só*. São Paulo: Hedra, 2018.

³⁰² PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 21 *tradução livre*

³⁰³ MAACK, Reinard, 1959, p. 9. Apud PAPPALARDO, Laura. 2021, p. 23 *tradução livre*

³⁰⁴ Ver GALLOIS, Dominique Tilkin; MACEDO, Valéria. Nas redes guarani: *saberes, traduções e transformações*. São Paulo: Hedra, 2018.

³⁰⁵ Ver <http://cinturaoverdeguarani.info/nhandereko/>

³⁰⁶ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 23 *tradução livre*

³⁰⁷ uma linha de raciocínio que também perpassa a filosofia da agricultura sintrópica do pesquisador Ernst Gotsch, por exemplo, que propõe a recuperação de áreas degradadas a partir do plantio agroflorestal. Ver agricultura sintrópica em www.agendagotsch.com.br

manutenção do seu modo de vida, contra a ameaça constante de grandes incorporadoras³⁰⁸ que tentam destruir as aldeias e fragmentar ainda mais seu território. As *tekoas* Guarani no Pico do *Jaraguá* são parte da vasta rede territorial Guarani, e fazem uma ligação clara entre as aldeias do interior da floresta paraguaia até o planalto da Serra do Mar e suas encostas face ao Atlântico³⁰⁹, compondo o território Guarani. O Pico do *Jaraguá* é um importante conector espacial para os Guarani, funcionando como um ponto estratégico de descanso na caminhada entre *yvy mbyte* e *yvy apy* e, também, um ponto importante como lar temporário já que algumas famílias moram ali até encontrarem outra *tekoa* para viver³¹⁰. O movimento mecanizado e em alta velocidade pela linha reta, larga e impermeável que significa a Rodovia dos Bandeirantes corta o território Guarani no Pico do *Jaraguá*, funcionando como uma barreira física que interfere nas dinâmicas e na circulação dos Guarani e de outros seres vivos, e consequentemente, nos ecossistemas florestais. Além de impedir a livre circulação e o acesso à água potável, deixa-se um rastro de empobrecimento do solo e da biodiversidade em meio aos PIBs mais altos do país – concentrados, em sua maioria, em condomínios fechados que pipocam no entorno. As enormes torres de comunicação instaladas no topo do Pico do *Jaraguá* causam poluição visual e eletromagnética e a especulação imobiliária gera uma tensão constante sobre as bordas da reserva indígena e fragmenta territórios humanos e não-humanos, ignorando a existência dos Mares de Morros para além do planalto paulista, a vegetação da Mata Atlântica, do Cerrado e dos Bosques de Araucária, os meandros dos Rios e a vida que existia nos caminhos anteriores a elas. Enquanto isso as comunidades Guarani resistem, desempenhando um papel crucial para a infraestrutura ambiental e cultural da região³¹¹.

Na *Tekoa Itakupe*, por exemplo, a existência dos Guarani na região garante a vida deste remanescente de Mata Atlântica. Além de diversos atos de resistência,

³⁰⁸ Ver notícia <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/06/guarani-impedem-acao-de-construtora-que-quer-fazer-5-predios-no-pico-do-jaragua-em-sp>

³⁰⁹ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 23 *tradução livre*

³¹⁰ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. disponível em <https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign> p. 23 *tradução livre*

³¹¹ Ver <http://cinturaoverdegurani.info/tekoa/>

como um corte da antena de transmissão de televisão ou atos e protestos contra a construção de torres de edifícios na região, o cuidado com a mata, o cultivo de sementes tradicionais e as oficinas para instalação de lagos, plantio agroflorestal, cozinha comunitária e trocas de saberes são fundamentais para a permanência dos povos indígenas ali e para a manutenção da floresta. Na cidade de São Paulo, as comunidades Guarani vivem em dezessete *tekoas*, com mais de dois mil habitantes, divididas entre a região do Pico do *Jaraguá*, no noroeste da cidade, e Parelheiros, no sul da cidade³¹². O reflorestamento da Mata Atlântica em São Paulo atualmente conta com esses grupos Guarani que vivem em estreita relação com a floresta e os habitantes não-humanos. Com o cultivo de sua agricultura tradicional, eles vêm recuperando solos anteriormente degradados pelas monoculturas. Um sistema de descarte ecológico de água poluída feito pelas comunidades Guarani do *Jaraguá* melhorou com eficiência a qualidade da água³¹³. Somente em 2019, os Guarani, em São Paulo, plantaram trezentas mudas de árvores entre Pitanga, Cambuci, Araucária e Palmito-Juçara. O plantio é uma ação coletiva entre aliados Guarani e *Juruá* (não Guarani), em que “através de práticas agroecológicas, retomam o plantio tradicional de “alimentos verdadeiros” e a troca de sementes Guarani: ao todo, hoje são mais de cinquenta variedades de *jety* (batata-doce), dezesseis de *avaxi* (milho), quatorze de *mandi’o* (mandioca), dez de *kumanda* (feijão), onze de *anda’i* (abóbora)”³¹⁴. A agricultura Guarani e sua alimentação também traz de volta pássaros que haviam abandonado a região devido ao desmatamento. Em uma das *tekoas* do *Jaraguá*, a *tekoa Ytu*, as comunidades Guarani vem reconstruindo a infraestrutura das abelhas da Mata Atlântica. Mais de trezentas espécies de abelhas que existiam na floresta haviam desaparecido. Desde 2021, vinte e oito colmeias e sete espécies diferentes de Abelhas da Mata Atlântica sem ferrão estão sendo criadas e cultivadas em *tekoas* Guarani no *Jaraguá*. As abelhas criadas no *Jaraguá* polinizam áreas em um raio de cinco a dez quilômetros dali³¹⁵. Além disso, o último grande rio limpo de São Paulo, o rio *Capivari*, está em

³¹² A TI Jaraguá, na zona noroeste, teve seu território declarado pelo Ministério da Justiça em 2015, com 532 hectares. Já a TI Tenondé Porã, localizada em Parelheiros, no extremo-sul da capital, foi declarada em 2016, com 16 mil hectares. Ver <http://cinturaoverdeguarani.info/tekoa/>

³¹³ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. p. 43 *tradução livre*

³¹⁴ Ver <http://cinturaoverdeguarani.info/jety/>

³¹⁵ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. p. 43 *tradução livre*

território Guarani na *tekoa Tenondé Porã*, na zona sul de São Paulo³¹⁶. O Pico do *Jaraguá* é um dos poucos pontos em São Paulo aonde ainda existe as neblinas que apareciam todos os dias em volta da mata atlântica, também conhecidas como rios voadores³¹⁷.

Juntas, as comunidades Guarani formam uma importante rede de resistência que desempenha um papel fundamental para o sistema de espaços verdes da cidade, recuperando solos e áreas de floresta degradados – e consequentemente a biodiversidade e os cursos d'água – em um projeto de lei chamado de cinturão verde Guarani. O projeto de lei 181/2016³¹⁸, que busca combater a crise ambiental ao proteger e recuperar a floresta tropical de São Paulo a partir das bordas da cidade, através do fortalecimento ambiental, cultural e social das terras indígenas, tramita na câmara municipal desde 2016:

Por meio do Projeto de Lei do Cinturão Verde Guarani (PL 181/2016), nós, das comunidades guarani das Terras Indígenas *Jaraguá*, na zona noroeste, e *Tenondé Porã*, no extremo sul de São Paulo, queremos apoio da prefeitura para continuar preservando, recuperando e protegendo as florestas e os recursos hídricos de que somos guardiões. Se virar lei, o PL vai criar a Política Municipal para o Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social das Terras Indígenas, que são áreas já reconhecidas no Plano Diretor do município desde 2015. (...) É a chance de construirmos uma São Paulo em que se fala e se valoriza uma língua indígena, com mais floresta em pé, rios limpos, produção agroecológica de alimentos, espécies nativas da Mata Atlântica, enfim, uma cidade capaz de sustentar um futuro mais saudável a todos seus habitantes e às futuras gerações.³¹⁹

O Cinturão Verde é uma proposta da valorização de uma maneira de habitar que tem a ver com o cuidado com a terra e respeito ao tempo dos ciclos naturais, em contraposição à uma ação acelerada e voltada à mineração de recursos que se expandiu desde a constatação da existência de ouro e prata em Potosí pelas coroas de Castela e Portugal. Um modo de habitar que valoriza a vida em comum³²⁰ e que possivelmente tem mais relação com o caminhar, no sentido de “pisar suavemente

³¹⁶ Ver <http://cinturaoverdeguarani.info/yy/>

³¹⁷ PAPPALARDO, Laura. Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Masters of Environmental Design Theses, 2021. p. 43 *tradução livre*

³¹⁸ ver www.cinturaoverdeguarani.com.br e www.radarmunicipal.com.br/proposicoes/projeto-de-lei-181-2016

³¹⁹ Apresentação do projeto Cinturão Verde Guarani, <http://cinturaoverdeguarani.info/projeto-de-lei/>

³²⁰ Ver descrição do projeto em <http://cinturaoverdeguarani.info/nhandereko/>

na terra”³²¹, como proposto pelo líder indígena Ailton Krenak³²². Se, “outrora traço de um gesto contínuo, a linha fragmentou-se - sob o domínio da modernidade - numa sucessão de pontos. (...) onde o caminhar é substituído por um transporte orientado para o destino, (pelo) mapeamento”³²³, possivelmente o caminhar, como prática, poderia desacelerar esses percursos e resgatar maneiras de habitar que entendem o ser humano e o meio ambiente como partes integrantes de um mesmo ecossistema. Um caminhar, como modo de vida - que tende mais ao tempo lúdico, à cooperação e às trocas e que entende o planeta como um corpo íntegro -, e que gradualmente foi sendo impedido por uma lógica de aceleração, divisão, fragmentação e criação de fronteiras, tanto físicas como virtuais; em territórios, muitas vezes, pensados a partir de uma visão aérea e pouco cuidado com os ciclos da Terra.

Se, de acordo com o antropólogo Tim Ingold, o ato de elevar e nivelar o terreno está ligado à domesticação humana e ao aumento gradual do espaço sedentário, e se os caçadores-coletores percebiam a terra não como uma superfície, mas como uma constelação de marcos permanentes, como montanhas e lagos, com a passagem gradual para a vida semi-sedentária e sedentária, a permanência, de certo modo, passou a ser mais uma questão da domesticação da terra como *superfície*³²⁴, uma superfície cada vez mais pavimentada e urbanizada – “a cidade (que) está em todo lado”³²⁵ – que, entendida como tal, pode ser perfurada inconsequentemente para a extração de recursos, o que interrompe, além de dinâmicas territoriais, processos de vida intrínsecos às diversas camadas existentes nas profundidade do solo. É como se na imagem da queda do céu, como colocado por Davi Kopenawa³²⁶, o tão almejado progresso se manifestasse contra a humanidade impondo um limite ecológico à ação, quando devastadora, do ser

³²¹ Referência à documentário de mesmo nome, *Pisar suavemente na Terra: Um Relato* (2021), dirigido por Marcos Colón

³²² Ver descrição do projeto em <http://cinturaoverdeguarani.info/nhandereko/>

³²³ INGOLD, Tim. *Lines: A Brief History*. London: Routledge. 2007. e-book Location 1583. Tradução Livre

³²⁴ INGOLD, Tim. *The Appropriation of Nature: Essays on Human Ecology and Social Relations* (Iowa City: University of Iowa Press, 1987), 130–164. em Aureli, Pier, Tattara, Martin. *Platforms: Architecture and the Use of the Ground*. Conditions, 2019. E-flux *tradução livre* < <https://www.e-flux.com/architecture/conditions/287876/platforms-architecture-and-the-use-of-the-ground/>>

³²⁵ CACCIARI, Massimo. *A Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010. p. 53

³²⁶ KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

humano. Uma imagem que se dá em um momento em que o impacto dessas atividades, focadas na utilização da energia contida em combustíveis fósseis, atingiu uma tal escala que interfere com a atmosfera, a criosfera, os oceanos, as florestas, o solo e a biodiversidade do planeta³²⁷. Alterações de tal dimensão que provocaram o debate sobre a entrada da Terra em uma nova era geológica – o Antropoceno³²⁸. Em meio a esse processo, entender como caminhar e habitar caminhos, em seus múltiplos sentidos, pode ser uma maneira de começar a reinventar e recuperar outras formas de envolvimento com a t(T)erra. E, é possivelmente, justamente nas bordas e ou nos limites das cidades, tanto física como simbolicamente, que aparecem movimentos que experimentam essas maneiras de habitar que exercitam uma aproximação sobre a construção dos ambientes urbanos através de um olhar que anseia por uma regeneração dos espaços e das relações sociais. Esse é o caso da resistência Guarani no Pico do *Jaraguá* e da proposta do cinturão verde³²⁹. Uma ação que entende a cooperação³³⁰ como instrumento capaz de transformação das cidades contemporâneas, e que parte do caminhar como maneira de habitar e como prática de envolvimento com o chão.

O caminhar, mesmo não sendo necessariamente a construção física de um espaço, “implica uma transformação do lugar e dos seus significados. A presença física do homem num espaço – e o variar das percepções que daí ele recebe ao atravessá-lo – é uma forma de transformação da paisagem.”³³¹ Um entendimento da natureza não como ser divino e distante, ou matéria disponível para exploração, mas como parte do ser humano, e, portanto, este como parte atuante do ecossistema. Uma ação que acentua a possibilidade de (re)colocar os pés no chão e de envolver-se com a t(T)erra. É possível, a partir dessa prática, pensar em uma reestruturação

³²⁷ WWF. Living Planet Report: Alming Higher. Grooten, M. and Almond, R.E.A. WWF, Gland, Suíça, 2018.

³²⁸ Termo de autoria dos cientistas Paul Crutzen e Eugene Stoermer em 2000.

³²⁹ A proposta acontece em meio a mobilizações populares, especialmente indígenas, nas últimas décadas, “que sugerem profundas propostas de mudança que se apresentam como caminhos para uma transformação civilizatória (...) e formam a base do que se conhece como o Bem Viver”. ver ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Editora Elefante, 2016. p 33

³³⁰ No website do Projeto de Lei do cinturão verde Guarani, *Nhandereko* é modo de vida em comum e “Graças ao *nhandereko*, como é chamado o modo de vida guarani, já existe um cinturão verde em São Paulo. Nossas comunidades, mesmo marginalizadas e atacadas, tiram as lições de preservação e cuidado com a terra e a mata de seus próprios saberes tradicionais, passados de geração em geração” ver <http://cinturaoverdeguarani.info/nhandereko/>

³³¹ CARERI, Francesco. *Walkscapes: O Caminhar Como Prática Estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013. p. 22

das redes de relacionamentos urbanos; principalmente em uma grande metrópole como São Paulo onde a urbanização fez do caminhar quase uma impossibilidade – em meio a uma obsessão pelo trabalho, pela mecanização e pela construção. Imagina-se que a partir do caminhar seja possível reativar, ou ainda reprogramar, um crescente sedentarismo contemporâneo, em que corpos urbanos passivos se deixam carregar, mecanizados, entre um ponto e outro da cidade, desconectados do chão, em um mundo mecanizado onde tudo é controlado. Como coloca o antropólogo David Le Breton; “Nesse sentido, o caminhar se contrapõe radicalmente à essa tendência à imobilidade e à subordinação técnica, ele é uma celebração do corpo, dos sentidos, da afetividade, um movimento da pessoa como um todo, uma presença ativa no mundo (...) uma ruptura com as demandas de lucratividade, eficiência e rivalidade.”³³² Uma maneira de perceber dimensões geográficas e topográficas, além de redescobrir, regenerar e habitar lugares que, em diversas escalas e sentidos, foram fragmentados pelos processos de urbanização.

Nos mapas mais disponíveis e utilizados atualmente para navegar a cidade de São Paulo, nos aplicativos de telefones como *Waze* e *Google Maps*, a região do *Jaraguá* e *Tenondé Porã* onde estão os Guarani aparecem como um vazio – uma mancha lisa no mapa. Aqueles que utilizam o mapa para trafegar entre as rodovias que cortam a região do *Jaraguá* ao meio não percebem que estão atravessando uma zona onde vivem os Guarani *Mbya* e milhares de outros seres vivos. Enquanto as terras onde hoje estão as *tekoas* Guarani *Mbya* são representadas por vazios nos mapas, utilizados pelos habitantes da cidade de São Paulo, do alto do Pico do *Jaraguá*, um líder Guarani³³³ descreve, ao contrário, que a cidade vista de cima é uma grande mancha de asfalto. Em meio à essa mancha de asfalto, está o *Butantã*, onde encontram-se as duas casas e o terreno, supostamente, vazio; três pontas de uma mesma esquina. Uma esquina que permite um percurso – ora fluído e ora impedido – entre as duas casas do *Butantã*, o terreno, as calçadas, as ruas, o rio e o bairro do *Butantã*, *Ybitatá*. O encontro entre diversas camadas de tempo e de maneiras de habitar o planalto se manifesta também como uma constante tensão presente no diálogo entre as duas casas e o terreno vazio, que antes de ser preenchido de coisas pode ser percebido como cheio de significados.

³³² BRETON, David Le. *Se Remettre Debout : Marcher Pour Se Sentir Vivant*. Érès | Empan. n° 118, 2020 p. 15

³³³ Anotações de conversa com os habitantes da tekoa Itakupe em setembro 2019

Considerações finais

*“Antes de erguir o menir (...) o homem possuía uma fórmula simbólica com a qual transformar a paisagem. Essa fórmula era o caminhar, uma ação aprendida com fadiga nos primeiros meses da vida e que depois deixa de ser uma ação consciente para tornar-se natural, automática. Foi caminhando que o homem começou a construir a paisagem natural que o cercava. (...) ação de transformação simbólica, para além de física, do espaço antrópico.”*³³⁴

- Francesco Careri

Em um percurso que parte do Pico do *Jaraguá* e pausa no bairro do *Butantã*, ou ainda que parte da esquina da Praça Monteiro Lobato com a Rua Engenheiro João Ulhôa de Cintra no *Butantã* e percorre os caminhos rumo ao *Sertões*, é possível perceber nas diversas camadas de tempo materializadas ali, manifestações da construção de um território. Tanto nas duas casas do *Butantã*, como nos espaços existentes entre elas, é possível estabelecer relações entre modos de habitar, expressos, de muitas maneiras, nas duas arquiteturas e no chão que as atravessa. Em um momento em que o planeta se encontra em uma profunda crise de recursos, questionar como seguir habitando-o é fundamental – especificamente a partir da quinta maior metrópole do mundo³³⁵, como exemplar de um modo de vida que se alastra em diversas partes do planeta. Uma metrópole, neste caso, localizada em um país tropical que, a princípio, tem uma quantidade abundante de recursos naturais e que assiste uma crescente urbanização desde meados do século XX³³⁶ que, em meio a uma obsessão pelo progresso *(des)envolvimentista*, valida o consumo desenfreado e irresponsável desses recursos. Olhar para o diálogo entre essas duas casas icônicas da história da arquitetura em São Paulo e para o seu entorno imediato, significa poder estabelecer pontes entre as ações que se manifestam no mundo material, ou a falta delas, em uma microescala; movimentos que estão constantemente, também, em diálogo com tendências de escala continental.

³³⁴ CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013. p. 28

³³⁵ Com uma população de aproximadamente doze milhões de habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2021. Ver <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>

³³⁶ O êxodo rural no país aumentou consideravelmente a partir de 1950, fator que foi influenciado pelas políticas desenvolvimentista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino. Entre os anos 1960 e 1970 a população urbana ultrapassou a população rural pela primeira vez no Brasil. A crescente urbanização teve grande notoriedade especificamente no sudeste do país. Ver tendências demográficas, 2000. IBGE, 2001. Em <https://www.ibge.gov.br/>

O fato de Paulo Mendes da Rocha construir a sua casa não somente em frente, mas na mesma cota que a Casa do Bandeirante do Butantã, deixando parte do terreno intocado em um momento de grande transformação da cidade, pode significar a elaboração de uma arquitetura que marca o ponto onde ela está e, assim, nas palavras do próprio arquiteto, aponta para *um tempo depois de outro tempo*³³⁷. O chão, a nível térreo, que anseia por ser livre e público, no projeto do arquiteto Paulo Mendes da Rocha tensiona a solução da casa em frente, a Casa do Bandeirante do *Butantã*, que, a princípio, enraizada na terra, construída em barro, foi enrijecida com concreto, no projeto de restauro liderado por Luís Saia, à medida que foi transformada em um museu com uma forte simbologia da busca pelo progresso a partir do planalto paulista. Por outro lado, o esforço feito para liberar o piso térreo da casa projetada pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, em meio a uma discussão sobre a casa e a cidade, também pode ser interpretado como um chão que, no processo de elevar-se para buscar tornar-se público, ainda carrega o peso da exaltação do progresso técnico - espelhado na ideia do bandeirante como herói na casa em frente. Em um discurso sobre o uso da técnica como dominação e adaptabilidade da natureza, marcado em grande medida nas experimentações com a tecnologia do concreto armado, presente de diferentes maneiras nas duas casas, conversam com o pioneirismo da atividade bandeirante, no sentido do desbravamento de novos horizontes e da necessidade de domesticação de uma natureza selvagem. Um discurso também evidente ao longo de períodos significativos da colonização do país, desde o século XVI, quando se adentrou o continente americano em busca de riquezas, ocupando-o com o entusiasmo da mais avançada tecnologia. Um movimento sempre em busca do *Sertão* – um horizonte, vazio, inalcançável.

Se o percurso na direção Oeste, até Potosí, tem significado fazer buracos na terra e fragmentar territórios, talvez, (re)caminhá-lo possa convidar a repensar até que ponto esses processos estão marcados nas duas arquiteturas. Processos que, também, transformaram o *Ybytatá*, região de terra argilosa às margens do Rio Pinheiros, no Butantã, ainda uma “*terra dura e socada*”, uma vegetação singular de uma zona de transição entre a floresta da Mata Atlântica, o Cerrado e os Bosques de Araucárias, que, se assimilada com atenção, “tem muitos níveis de significado,

³³⁷ Entrevista concedida pelo arquiteto em 27.07.2020

pois tem a capacidade de incorporar, na(s) forma(s) construída(s), a pré-história do lugar, seu passado arqueológico e seu cultivo subsequente e transformação ao longo do tempo”³³⁸. Uma percepção que pode apontar para uma necessidade de re-questionar os *Caminhos da Arquitetura*³³⁹. Não como uma reprodução das soluções já propostas, mas com a mesma atitude crítica levantada por João Vilanova Artigas, perante, neste momento, às questões atuais; um contexto que parece que “os bens outrora abundantes se tornam raros: o espaço, o tempo, o desejo. E depois a água, a terra, a luz”³⁴⁰. Parece ser necessário buscar outras formas possíveis de habitar o planeta – habitar ou “permanecer”, “de-morar-se”, como coloca o filósofo Martin Heidegger³⁴¹ - que estão sendo constantemente tensionadas a partir deste ponto do planalto, materializadas, de diversas maneiras, nas arquiteturas que compõem, em muitos sentidos, essa esquina; talvez em uma “intrínseca (e) simultânea leitura e escrita do espaço” seja possível “se prestar a escutá(-las)”³⁴².

*“inencontrável, fugida, devastada, resíduo da urbanização e da industrialização, a natureza é reencontrada por toda a parte, na feminilidade, como no menor objeto.”*³⁴³

³³⁸ ICKX, W. *On Topography*. OASE. *Critical Regionalism Revisited*, Rotterdam, n. 103, maio 2019, p. 120–122. <<https://oasejournal.nl/en/Issues/103/OnTopography>>. p. 3 tradução livre

³³⁹ Referência ao texto de mesmo nome de João Vilanova Artigas, ver capítulo 3.2

³⁴⁰ LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 43

³⁴¹ HEIDEGGER, Martin. apud SARAMAGO, Ligia. *A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. Tese de Doutorado em Filosofia apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005, p.178.

³⁴² CARERI, Francesco. *Walkscapes: O Caminhar Como Prática Estética*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013. p. 33

³⁴³ LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 43

Anexo I

imagens

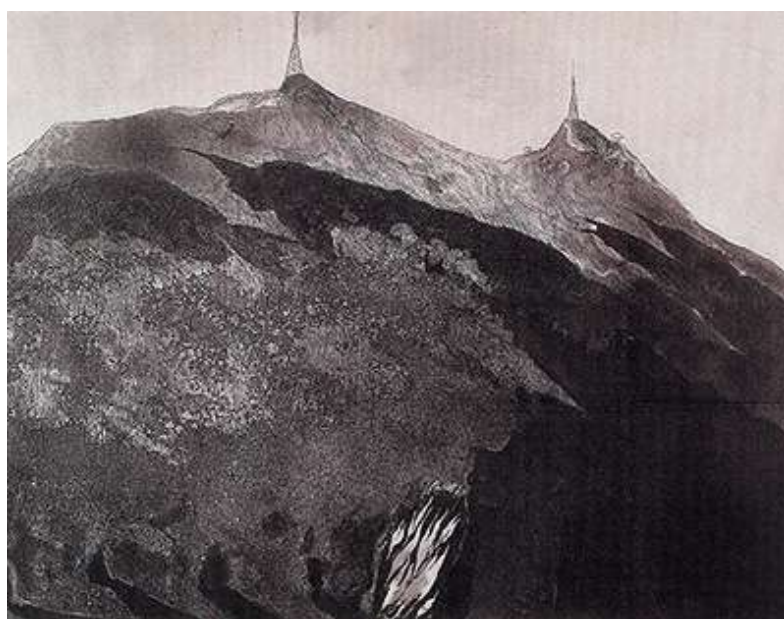
1.0

Figura 1: Diagrama, as Duas Casas a rua e o Butantã em transformação



Fonte: Autora (2022). Imagens retiradas do Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo e acervo pessoal.

Figura 2: Pico do Jaraguá, Sinais, Manchas e Sombras



Fonte: JARDIM, Evandro Carlos. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo-Itaú Cultural, 2022.

Figura 3: Planta, Cortes e Elevações da Casa Bandeirante do Butantã após restauro

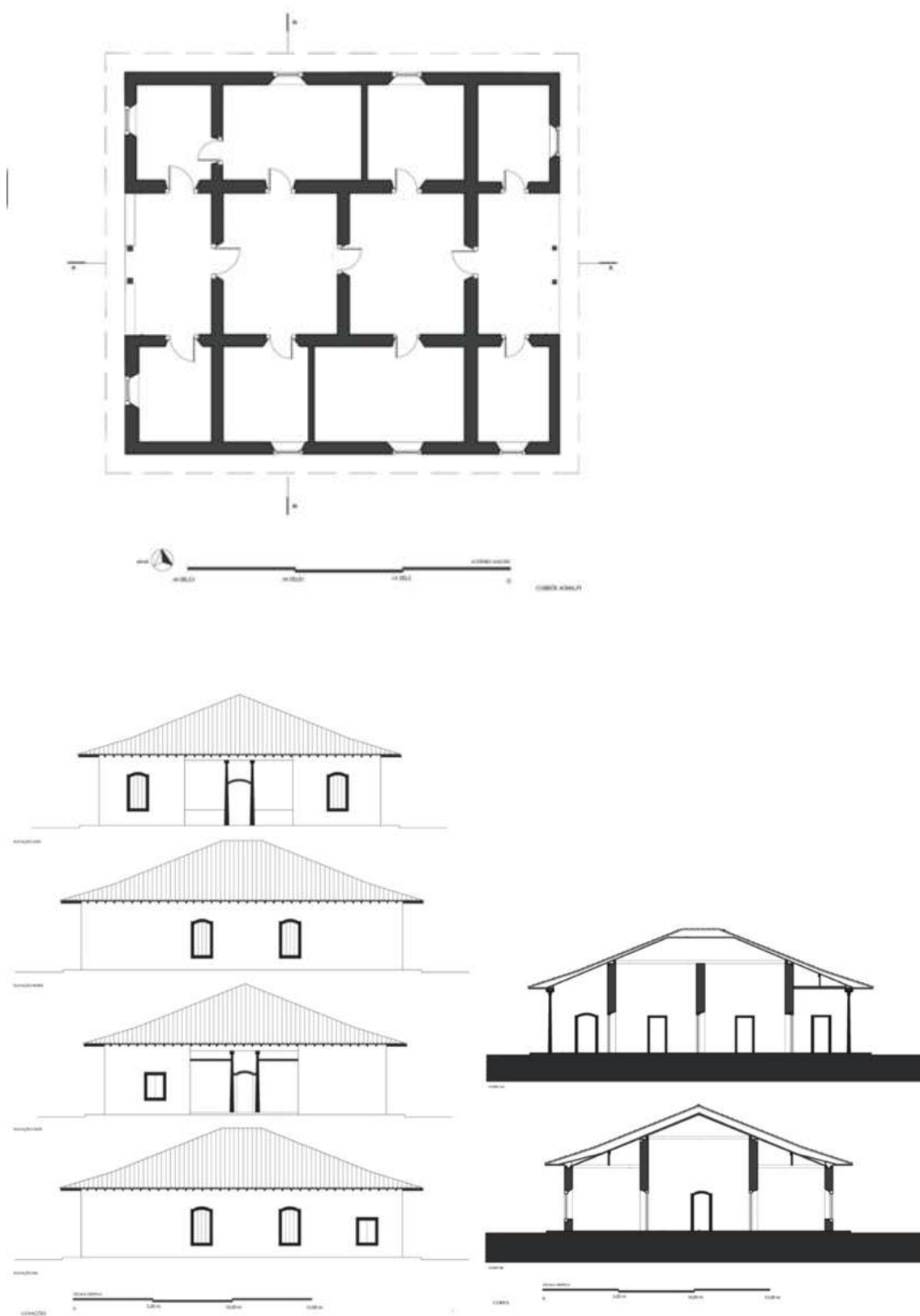
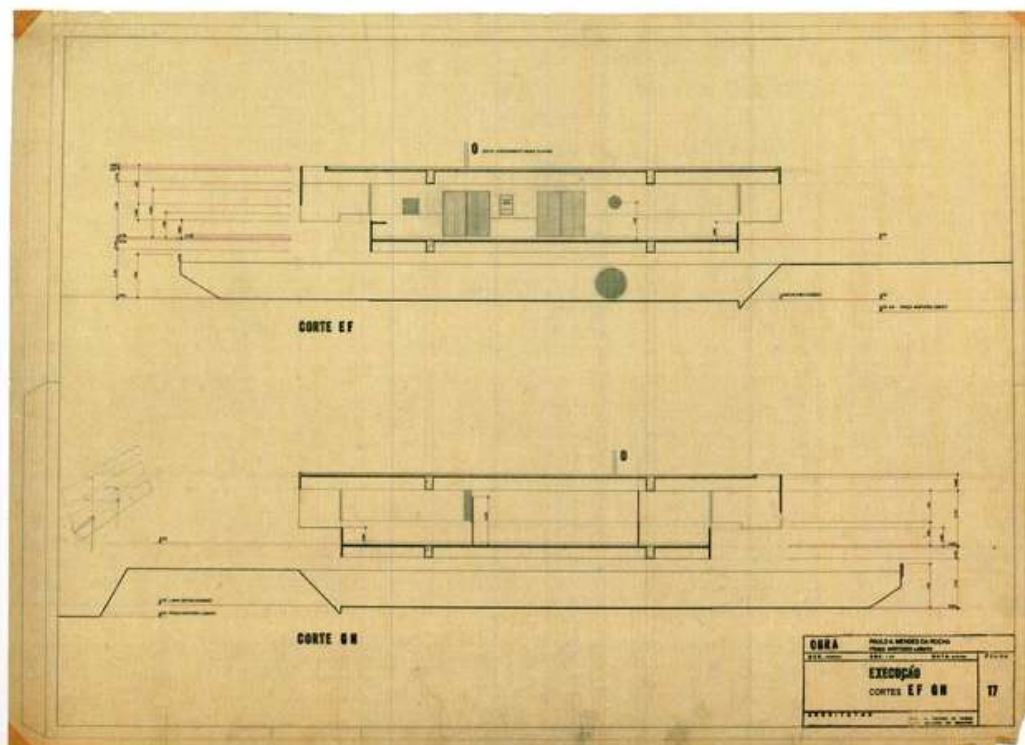
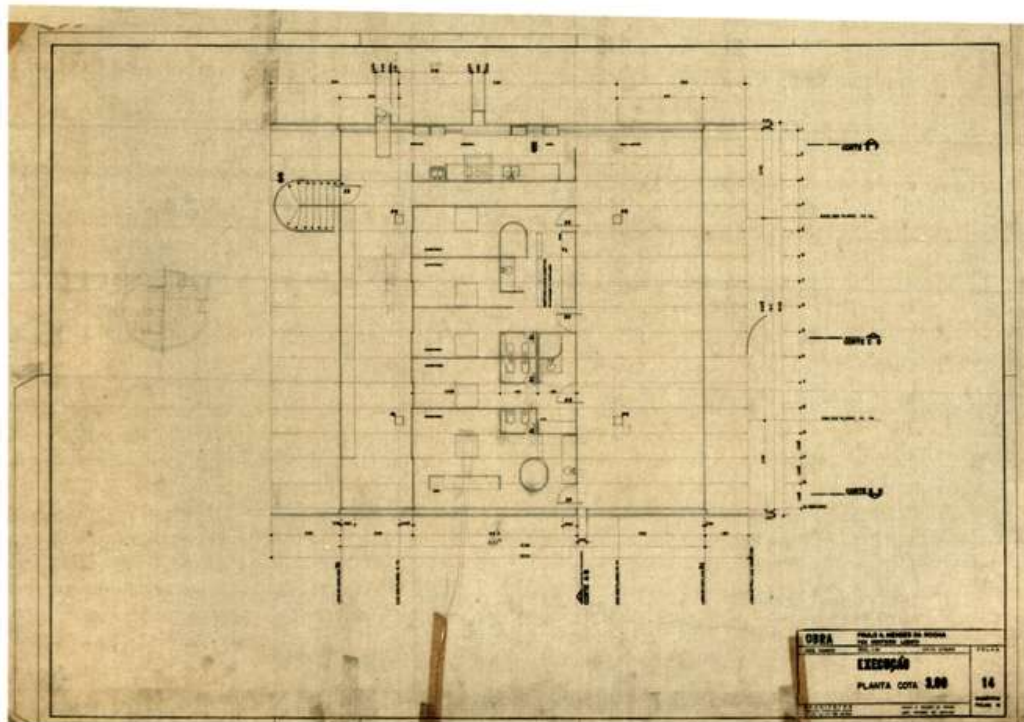


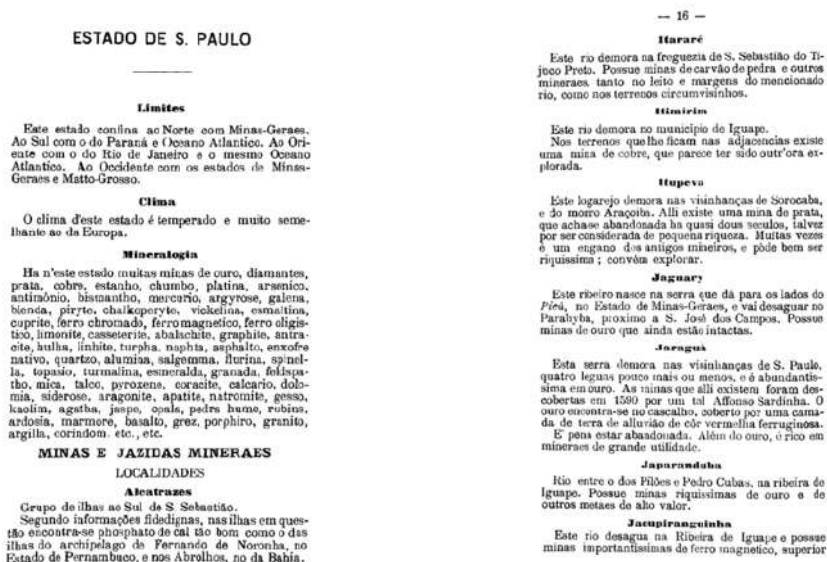
Figura 4: Projeto - Planta e Cortes Casa Butantã Paulo Mendes da Rocha



Fonte: <https://cosmopista.com/2016/05/06/paulo-mendes-da-rocha-as-casas-que-decantaram-ate-a-essencia/>

2.1

Figura 5: Abertura do Livro *Roteiro das jazidas e minas de ouro e outras metaes e pedras preciosas existentes no Estado de S. Paulo*, extraído de diversas obras e apontamentos mineralógicos por M. Barbosa terminando este roteiro, 1892



Fonte: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4198>

Figura 6: Gravura Exploração do Ouro no Jaraguá, Divulgação/ Arquivo Pessoal/ Carlos Cornejo



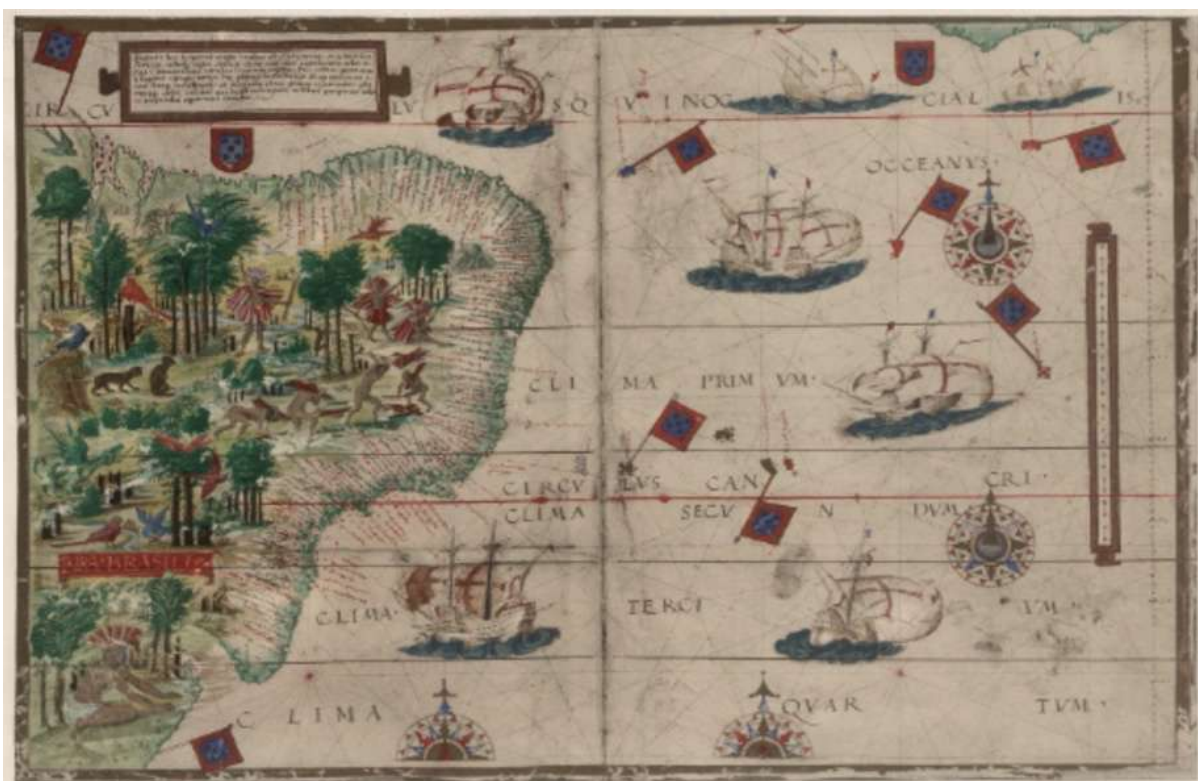
Fonte: Aventuras na História.

Figura 7: Planisfério de Cantino, 1502



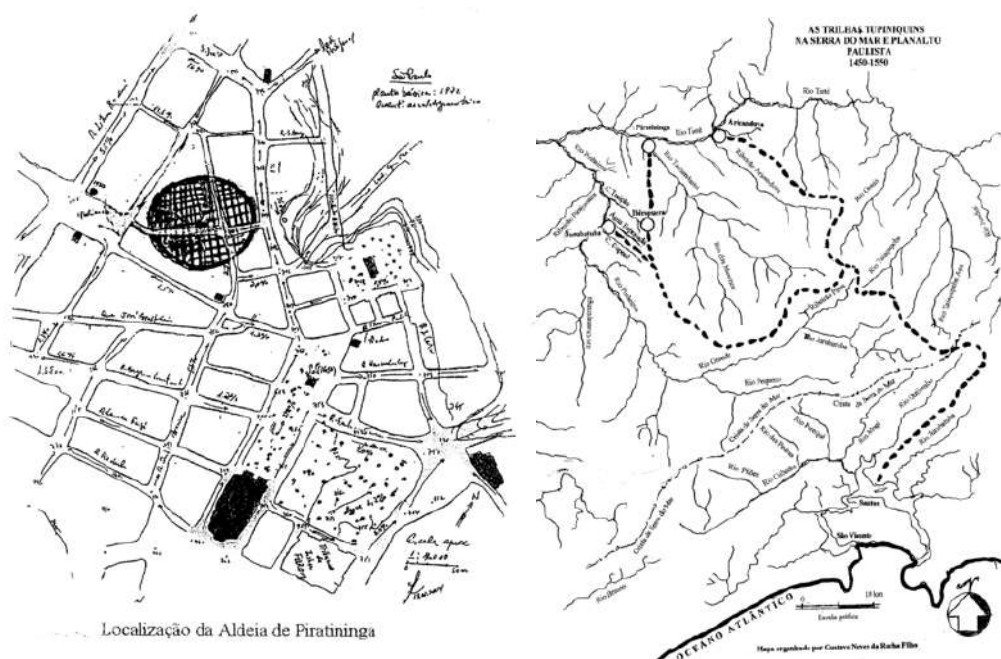
Fonte: <https://www.publico.pt/2018/08/27/ciencia/ensaio/planisferio-de-cantino-um-mapa-para-o-mundo-quase-inteiro-1841841>

Figura 8: Mapa Terra Brasilis, Lopo Homem, 1519



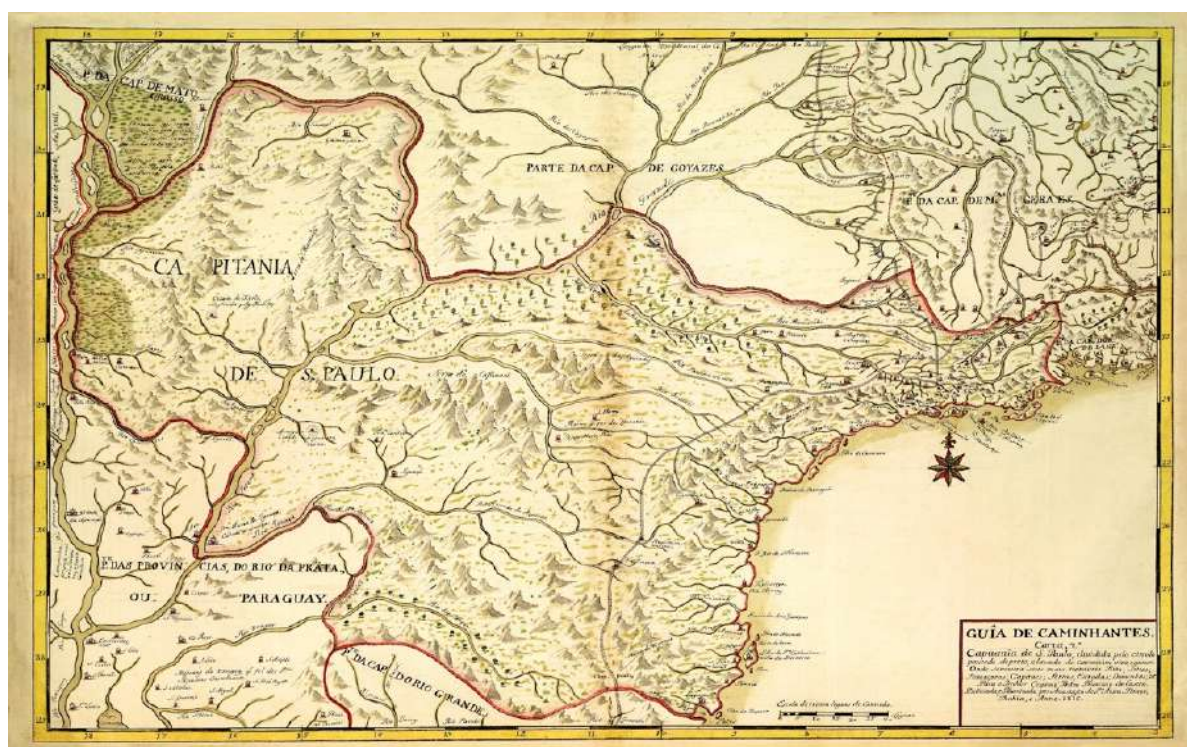
Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/terra-brasilis/>

Figura 9: Aldeia de Piratininga e Trilhas Tupiniquins na Serra do Mar



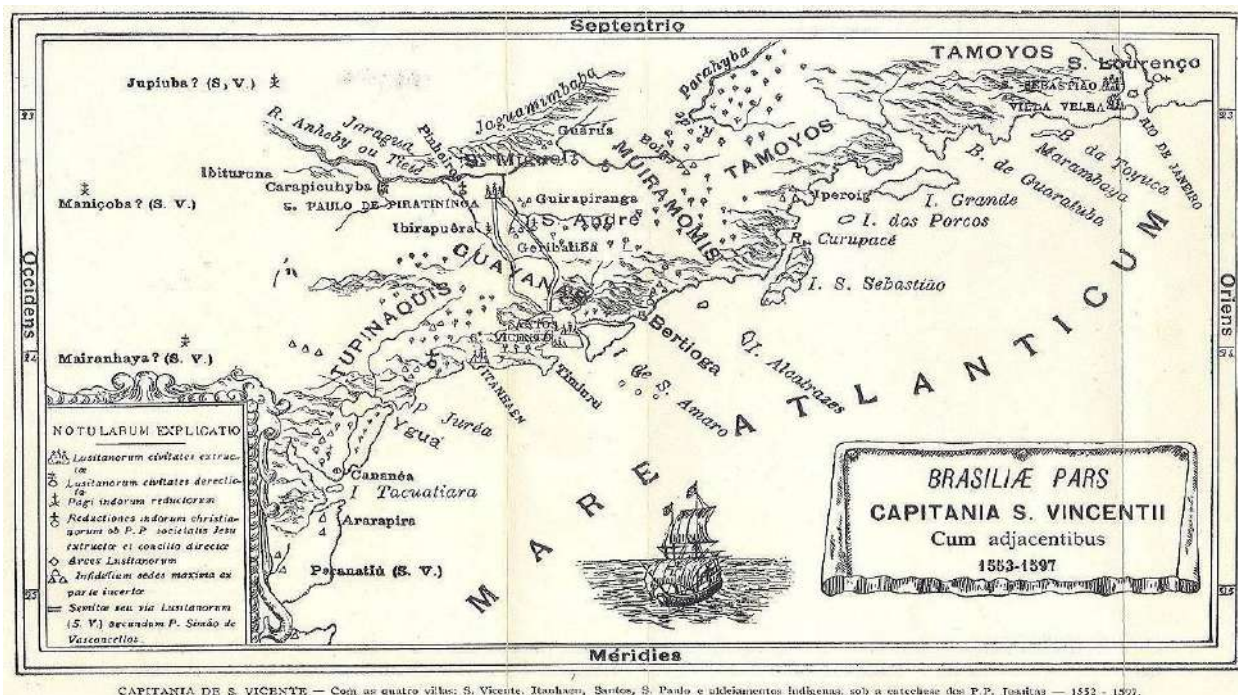
Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/ada0c_Revista_do_Arquivo_n204.pdf

Figura 10: Capitania de São Paulo, Guia dos Caminhantes



Fonte: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/15280>

Figura 11: Mapa obra benedito calixto capitancias paulistas, entre paginas XVI e XVII da obra



Fonte: blog.citytourfoz.com.br/o-caminho-do-peabiru-e-a-busca-pelo-el-dorado/.png

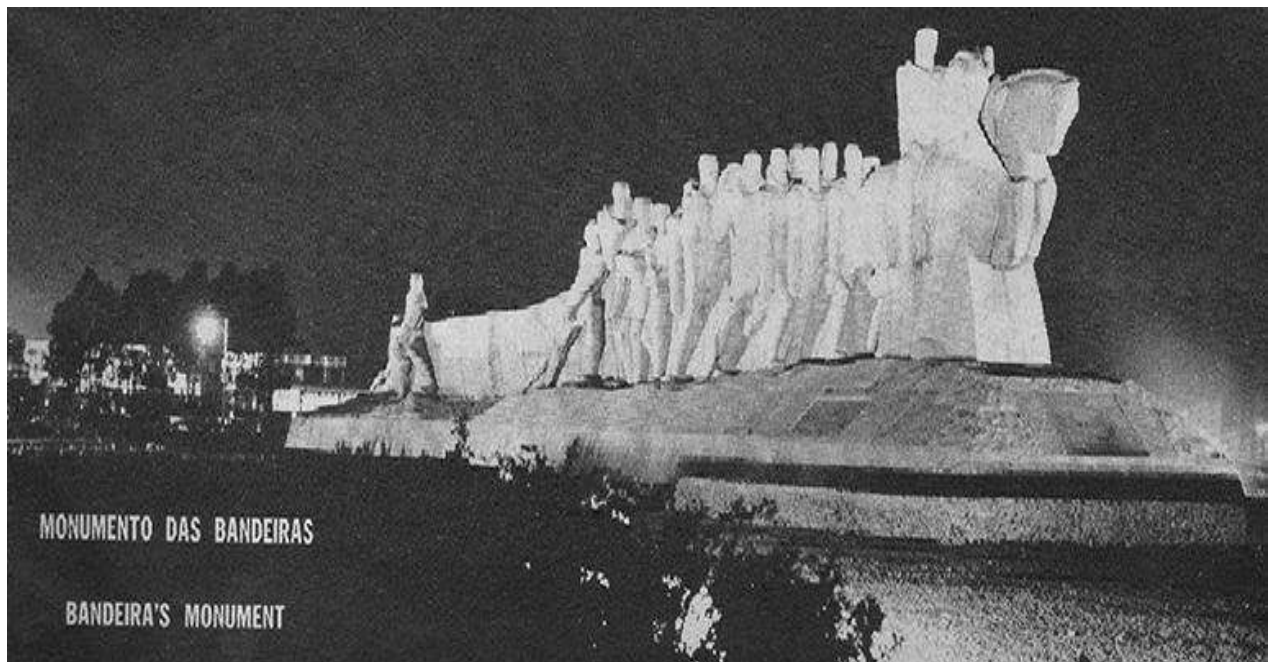
Figura 12: Entrada de são paulo pelo caminho do rio de janeiro debret 1827



Fonte: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/download/9716/7419/40377>

2.2

Figura 13: Monumento as Bandeiras de Victor Brecheret



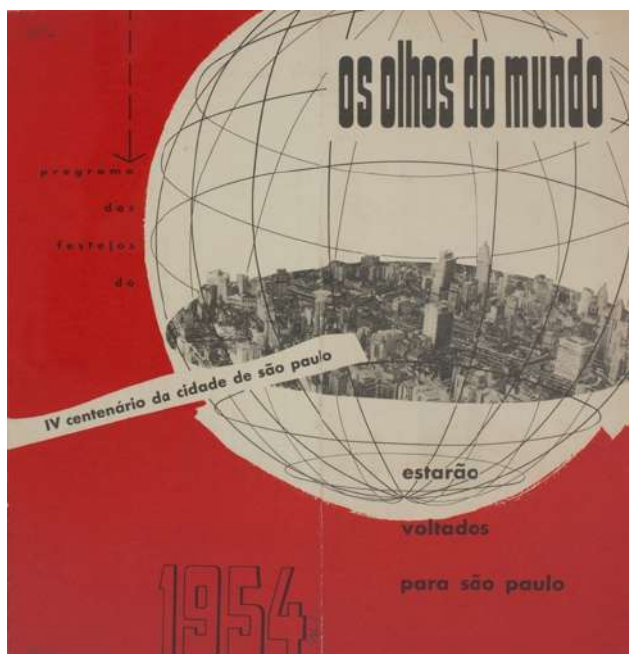
Fonte: monumentoasbandeiras <https-saopauloantiga.com.br/feliz-aniversario-brecheret>

Figura 14: Vista aérea do Parque Ibirapuera – Foto Vasclo Agência Fotográfica. 1954



Fonte: Bienal (disponível em www.bienal.org.br)

Figura 15: Boletim informativo, número 2, da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 1953



Fonte: www.bienal.org.br

Figura 16: Casa Velha do Butantã: Acervo Guilherme de Almeida e Washington Luís pisa a soleira do pretório (alpendre) da Casa do Bandeirante, em maio de 1955



Fonte: Acervo Guilherme de Almeida em disponível. In: MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008.

Figura 17: Vista Aérea do Butantã, vendo-se ao centro, a Casa do Bandeirante, fotografia de Edison Pacheco Aquino, 1973



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, São Paulo

3.1

Figura 18: Fotografia Mario Fontenelle, Marco Zero, Arquivo Brasília



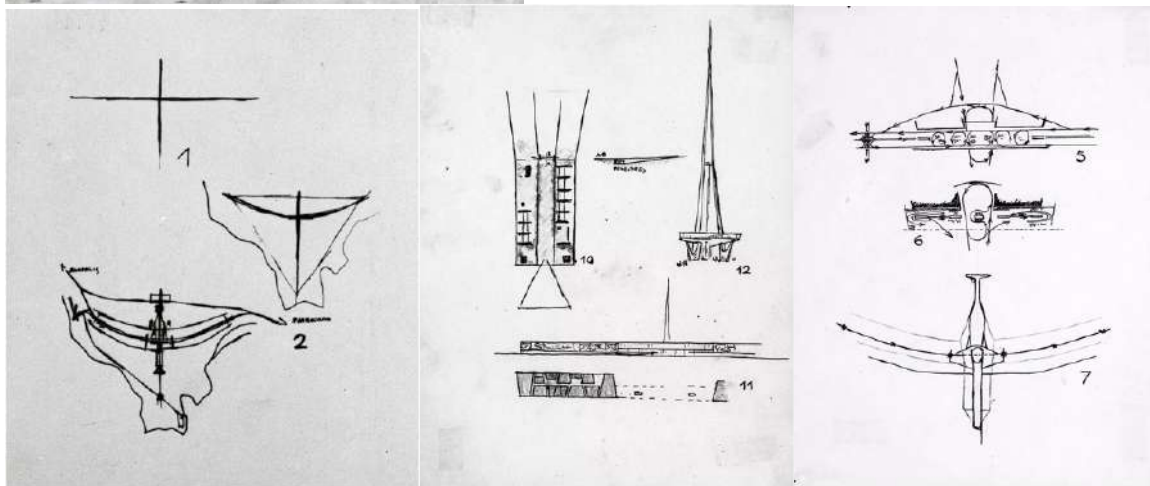
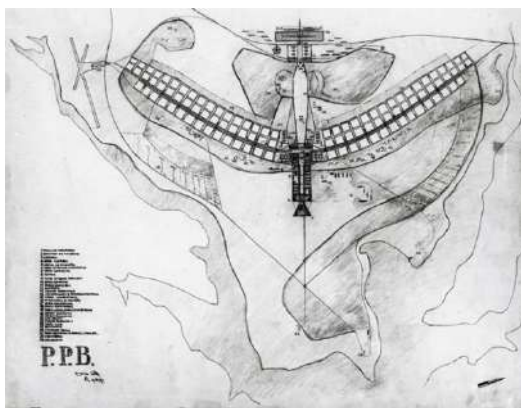
Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

Figura 19: Fotografia Mario Fontenelle, Eixos, Arquivo Brasília



Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

Figura 20: Lúcio Costa, Projeto Concurso Plano Piloto de Brasília, arquivo Público do Distrito Federal/Fundo Novacap



Fonte: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1>

Figura 21: Mario Fontenelle, Construção de Brasília e Cerrado, Arquivo Brasília



Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

Figura 22: Mario Fontenelle, Construção de Brasília, Arquivo Brasília



Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

Figura 23: Mario Fontenelle, Igreja Projeto de Oscar Niemeyer, Arquivo Brasília



Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

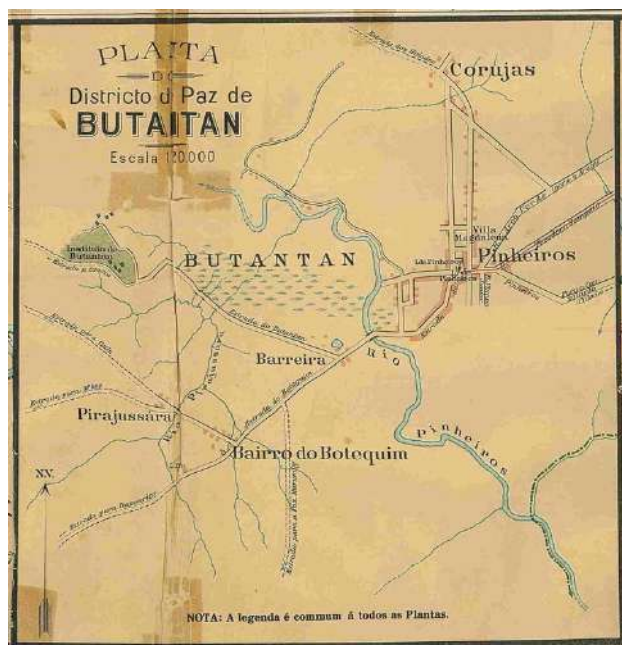
Figura 24: Mario Fontenelle, Lagoa Paranoá e Vila Amauri, Arquivo Brasília



Fonte: KIM, Lina; WESELY, Michael. Arquivo Brasília. São Paulo: Cosac Naify, 2010 p. 496

3.2

Figura 25: Pinheiros e Butantã em 1913, Arquivo Municipal de São Paulo



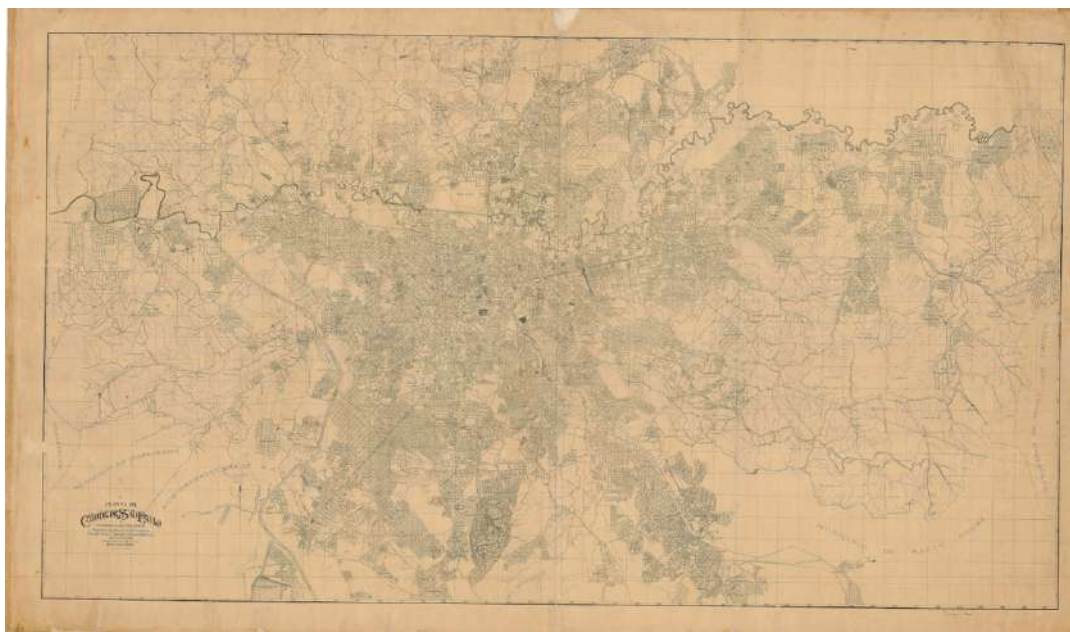
Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/

Figura 26: Cidade de São Paulo em 1916, Arquivo Municipal de São Paulo



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico/

Figura 27: Cidade de São Paulo em 1943, Arquivo Municipal de São Paulo



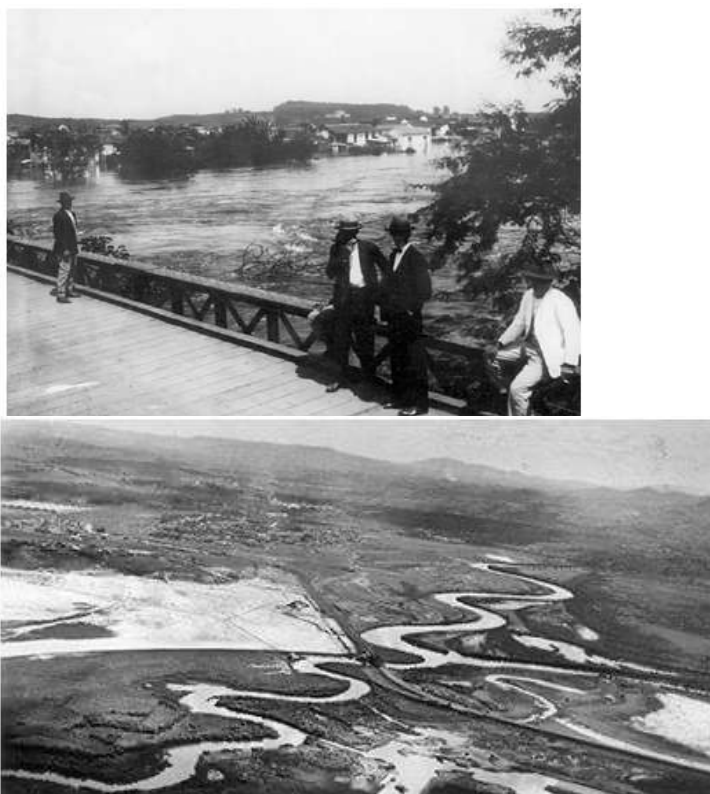
Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico

Figura 28: Desenho do Loteamento do Bairro do Butantã pela Cia City (1957), Arquivo Cia



Fonte: <http://www.ciacity.com.br/projeto.php?i=38&t=butanta>

Figura 29: Memórias do Rio Pinheiros e Enchente de 1929 na antiga Ponte do Rio Pinheiros, Arquivo Municipal



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico

Figura 30: Abertura de Rua para Loteamento do Butantã, Arquivo Cia City



Fonte: <http://www.ciacity.com.br/projeto.php?i=38&t=butanta>

Figura 31: Sequencia de Fotografias da Retificação do Rio Pinheiros, Arquivo Municipal



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico

Figura 32: FAU USP, Projeto João Vilanova Artigas, Atlas of Places



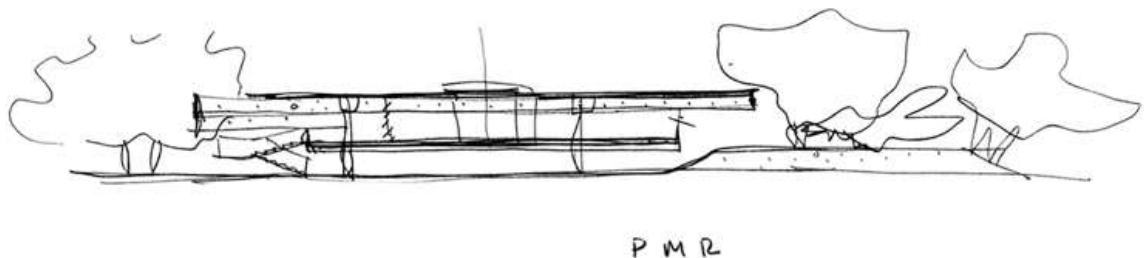
Fonte: <https://www.atlasofplaces.com/architecture/fau-usp/>

Figura 33: MASP, Projeto Lina Bo Bardi, Atlas of Places



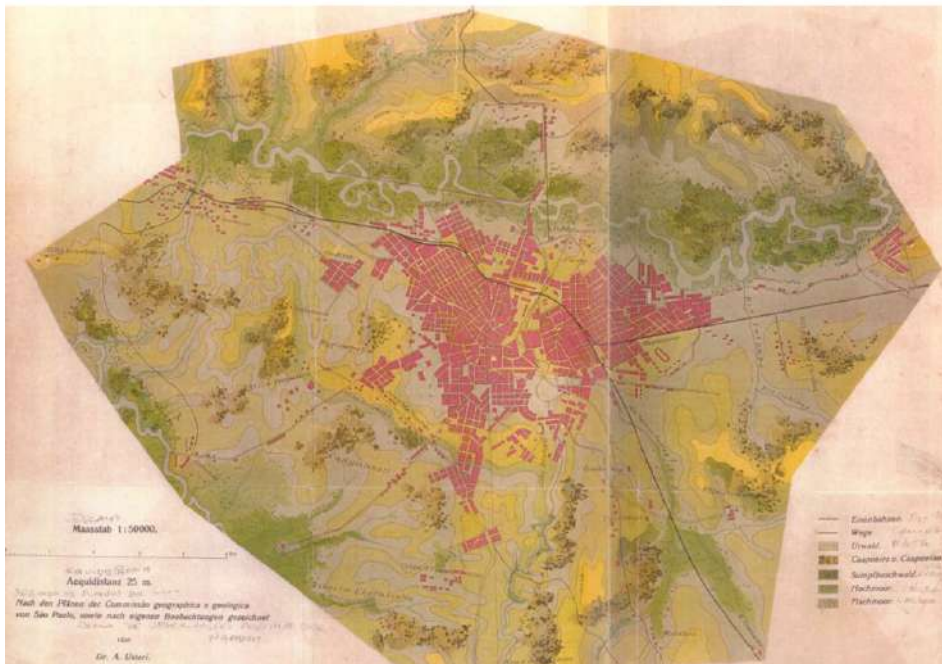
Fonte: <https://fuckyeahbrutalism.tumblr.com/archive>

Figura 34: Croquis Casa Butantã, Paulo Mendes da Rocha, Atlas of Places



Fonte: <https://atlasofplaces.com/architecture/casa-butantae/>

Figura 35: Sistematização da Flora do Município de São Paulo, feita por Alfred Usteri



Fonte: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-12032009-150923/publico/Capitulo1.pdf>

4.0

Figura 36: Vista aérea duas casas, o terreno e o Butantã, Atlas of Places



Fonte: <https://atlasofplaces.com/architecture/casa-butantae/>

Figura 37: Ponto de atravessamento do Rio Pinheiros anterior a retificação, Arquivo Municipal de São Paulo e Ponte Eusébio Matoso



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/arquivo_historico e <https://mapio.net/pic/p-7806794/>

Figura 38: Rodovia Raposo Tavares



Fonte:
<https://estradas.com.br/alca-da-raposo-tavares-sp-270-em-assis-sera-fechada-para-obras/>

Figura 39: Construção da Rodovia dos Bandeirantes



Fonte: revista veja

<https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/rodovia-dos-bandeirantes-quatro-decada>

Figura 40: Cena do Filme Caminhos Encobertos, Dir. Beatriz Macruz, Maria Clara Guiral



Fonte: <https://www.videocamp.com/pt/movies/caminhos-encobertos>

Figura 41: Mapa Guarani Digital, dados relativos à ocupação Guarani no Sul e no Sudeste do Brasil, levantados e organizados pelo Centro de Trabalho Indigenista - CTI , ao longo das últimas décadas, de maneira colaborativa com parceiros que atuam nessas regiões e com a Comissão Guarani Yvyrupa – CGY .



Fonte: <https://guarani.map.as/#/?z=5.4&x=-22.903791801766683&y=-53.95980441008937>

Figura 42: Plantio e Colheita em Terras Indígenas de São Paulo, Cinturão Verde Guarani



Fonte: <http://cinturaoverdeguarani.info/>

Anexo II
ensaio fotográfico
Autoria própria (2022)
filme kodak triX iso 400



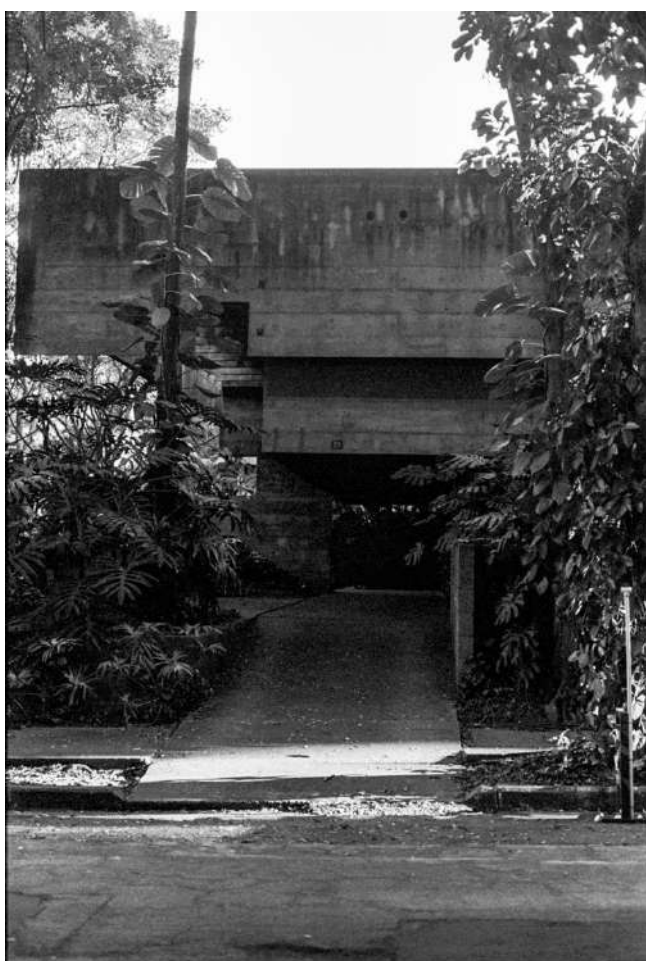
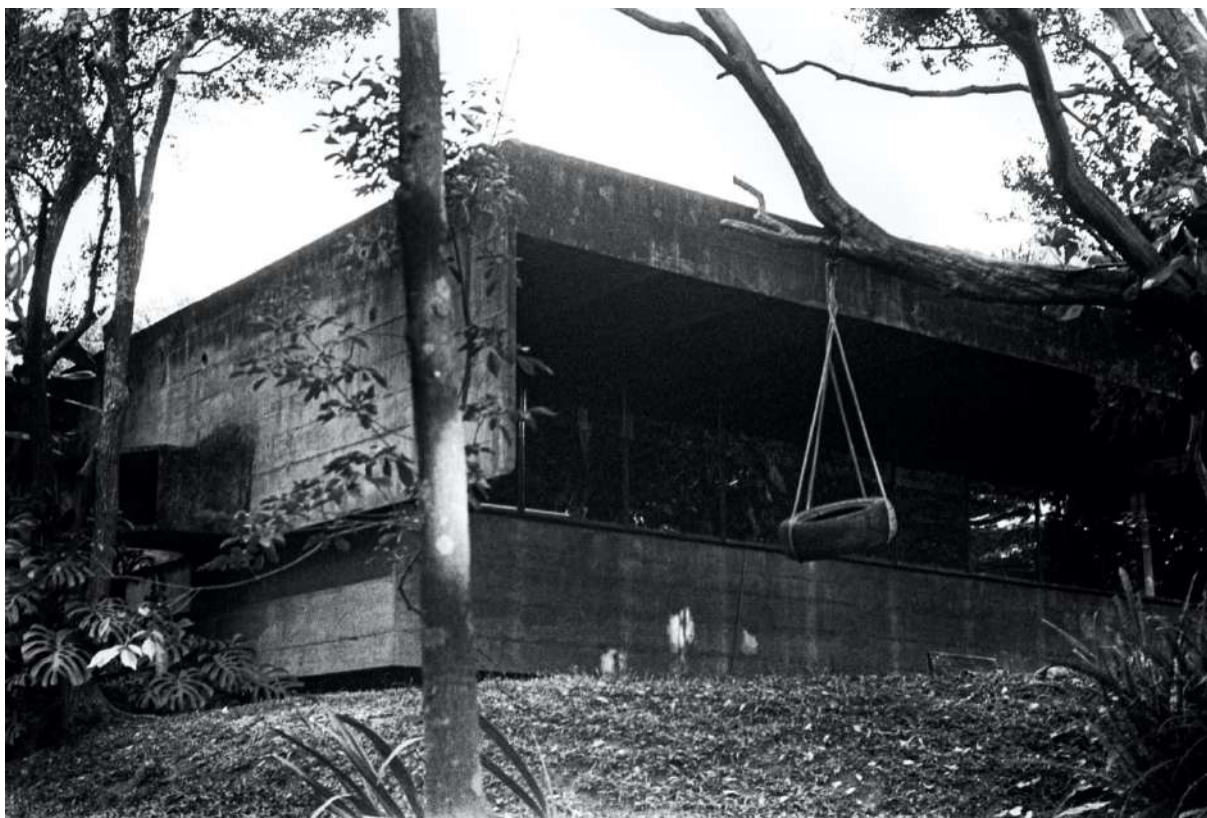












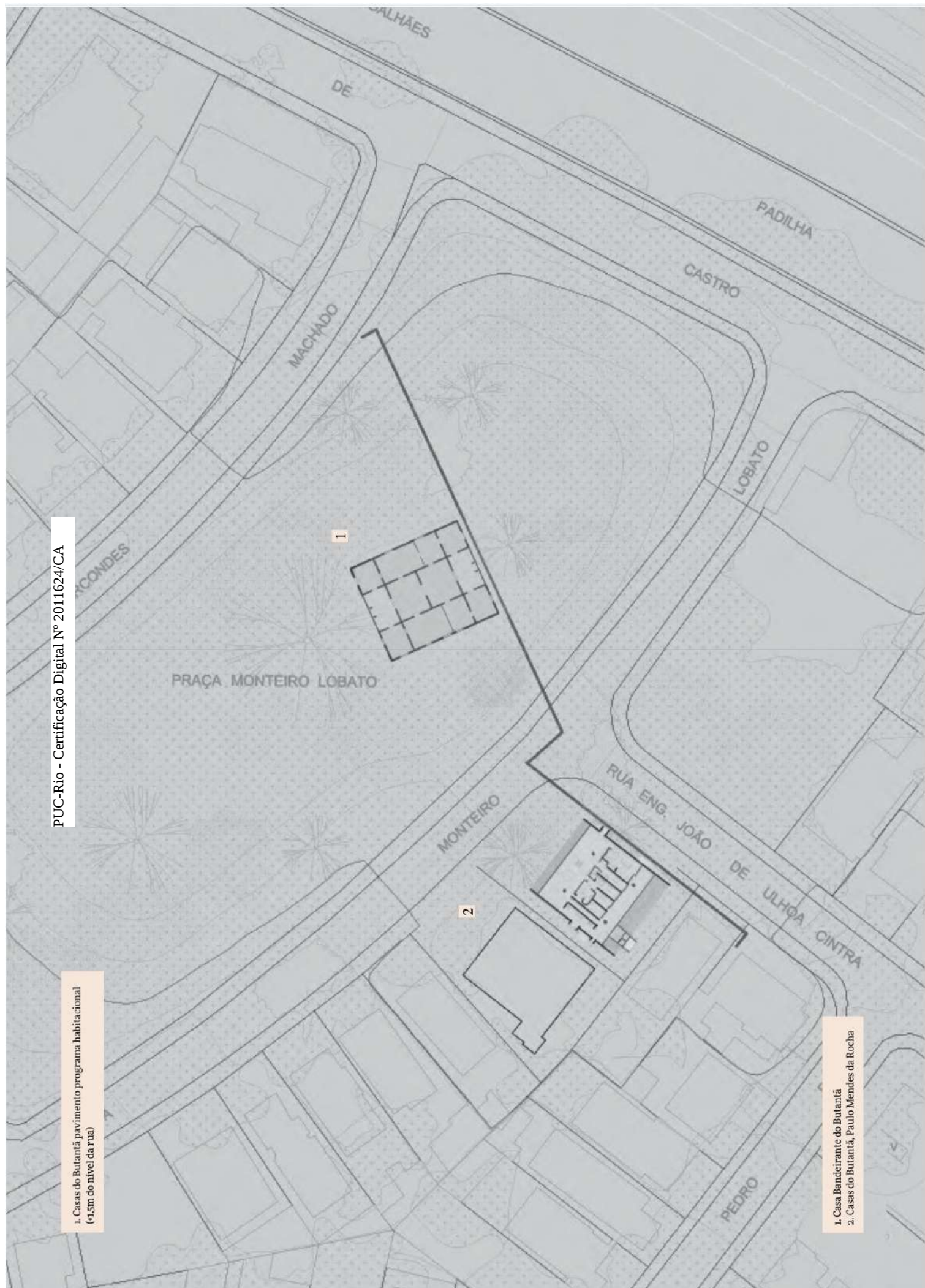




Anexo III

mapas

1. Casas do Butantã pavimento programa habitacional
(+1,5m do nível da rua)



1. Casa Bandeirante do Butantã
2. Casas do Butantã, Paulo Mendes da Rocha

2. Casas do Butantã e pavimentos térreo
(+0m Casa PMR e +1,5m Casa Bandeirante)

PRAÇA MONTEIRO LOBATO

1

2

1. Casa Bandeirante do Butantã
2. Casas do Butantã, Paulo Mendes da Rocha

MACHADO

SALHÃES

DE

PADILHA

CASTRO

LOBATO

RUA ENG. JOÃO DE ULHOA CINTRA

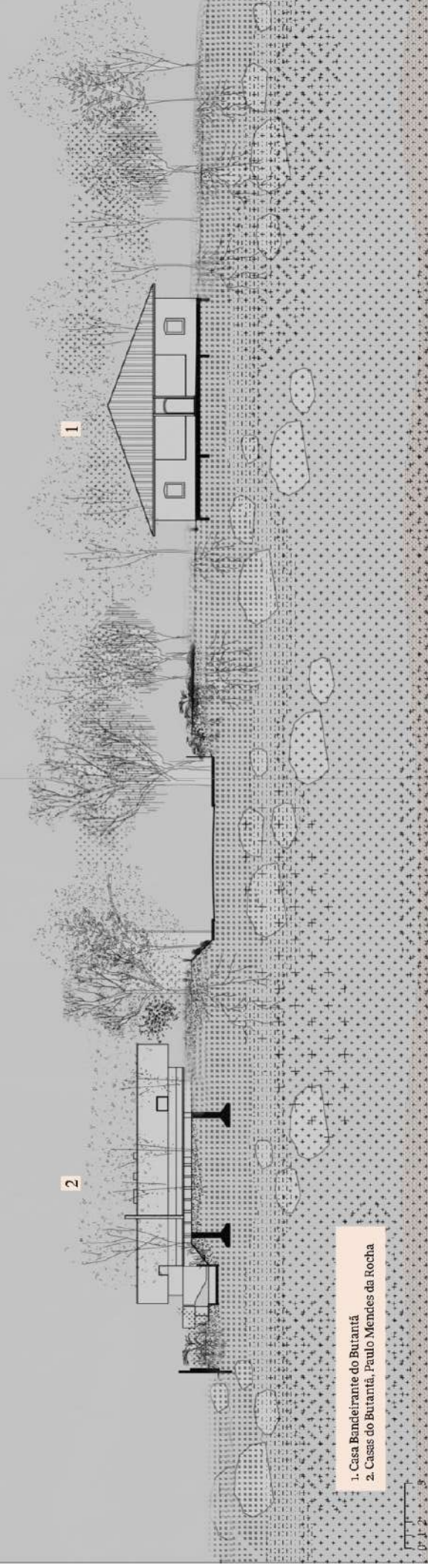
MONTEIRO

PEDRO

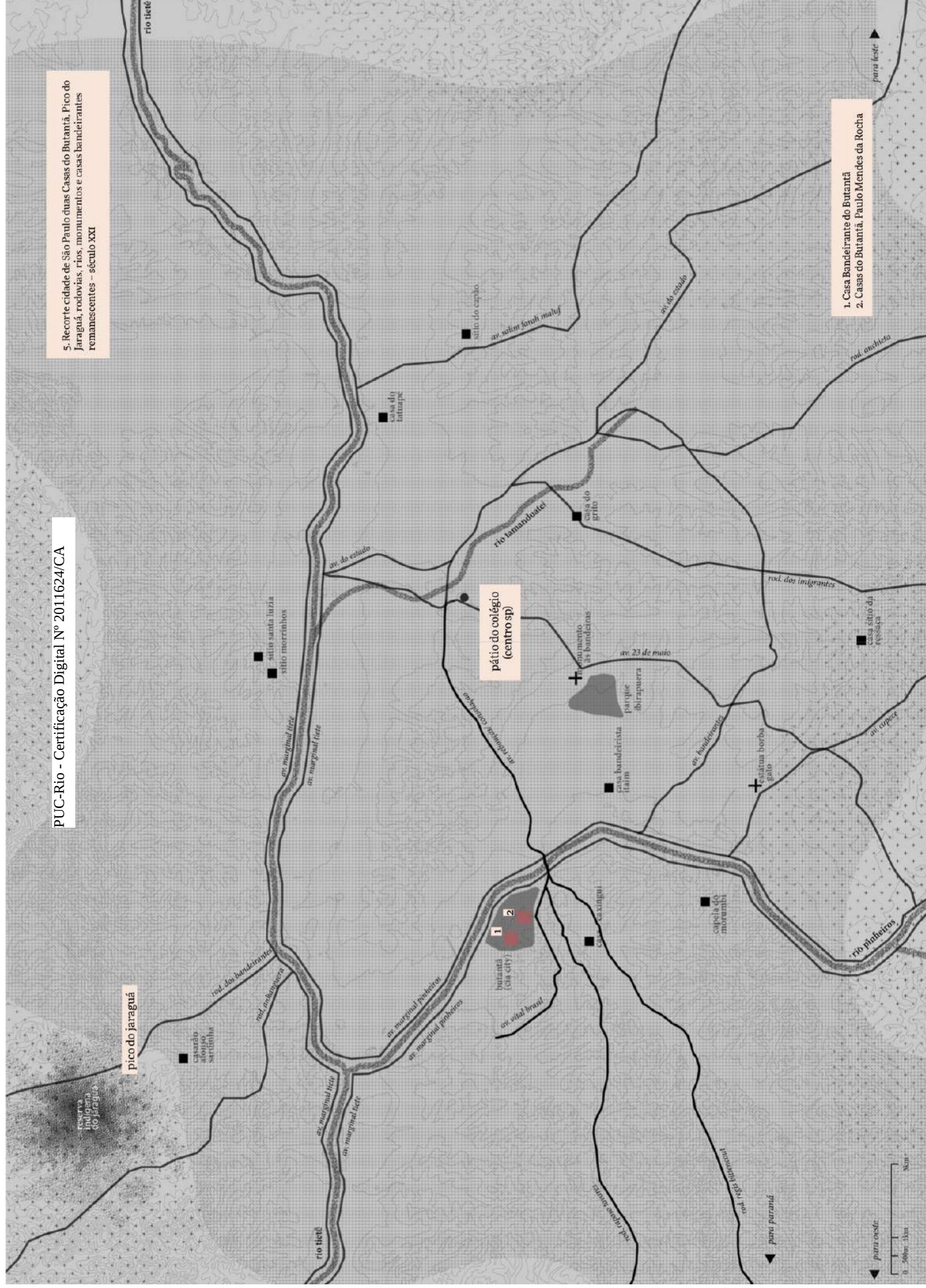
3. Corte Casas do Butantã



4. Vistas Casas do Butantã

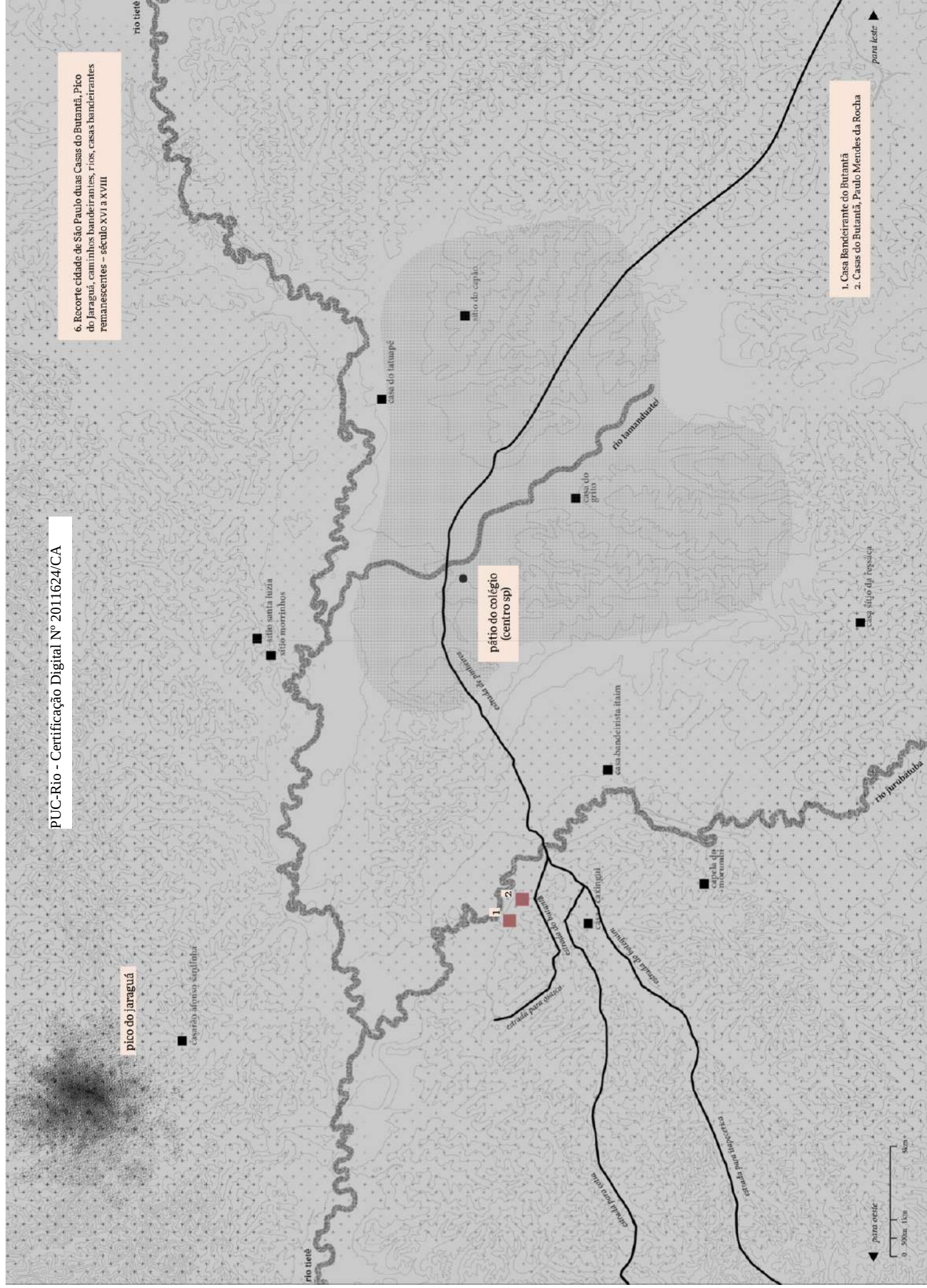


1. Casa Bandeirante do Butantã
2. Casas do Butantã, Paulo Mendes da Rocha



6. Recorte cidade de São Paulo duas Casas do Butantã, Pico do Jaraguá, caminhos bandeirantes, rios, casas bandeirantes remanescentes – século XVI a XVIII

1. Casa Bandeirante do Butantã
2. Casas do Butantã, Paulo Mendes da Rocha



7. Recorte cidade de São Paulo, Pico do Jaraguá, localização aproximada de aldeias existentes e ramal do caminho do Peabiru no momento do desembarque da caravela do explorador Martim Afonso - século XVI

pico do jaraguá

rio tiete

rio tiete

aldeia de piratininga

lagoa de piratininga

rio tamanduateí

aldeia de jurubatuba

aldeia de ibirapuera

para oeste

0 500m 1km 3km*

1. Casa Bandeirante do Butantã
2. Casas do Butantã, Paulo Mendes da Rocha

para leste

caminho do Peabiru

rio jurubatuba

planaltos e serras do atlântico leste sudeste

serra do cantareira

baía de sao paulo

serra do mar

baixada santista

início de santos

oceano atlântico

1000m

pico do jaraguá

são paulo

serra do mar

são vicente

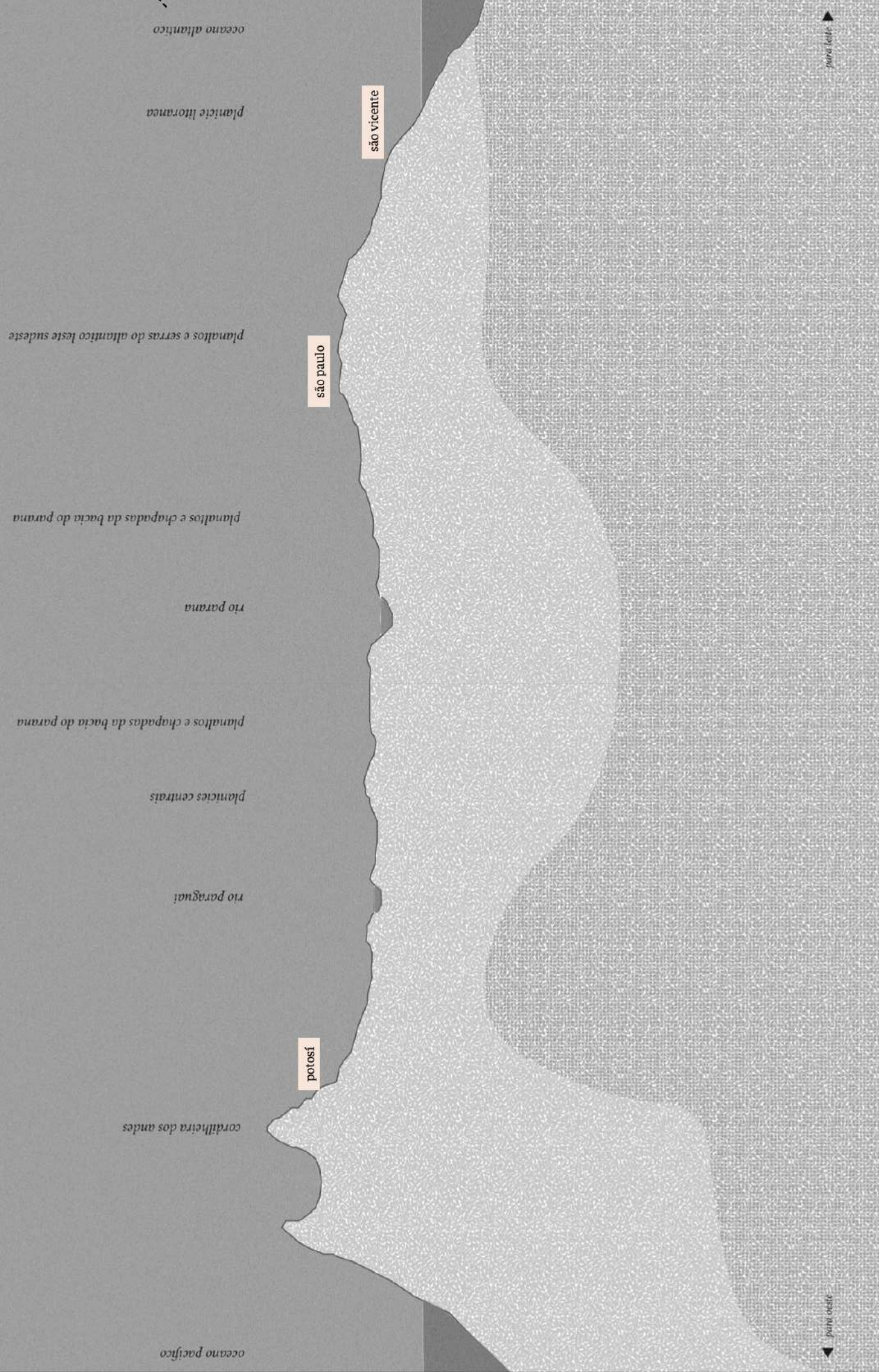
brasilía

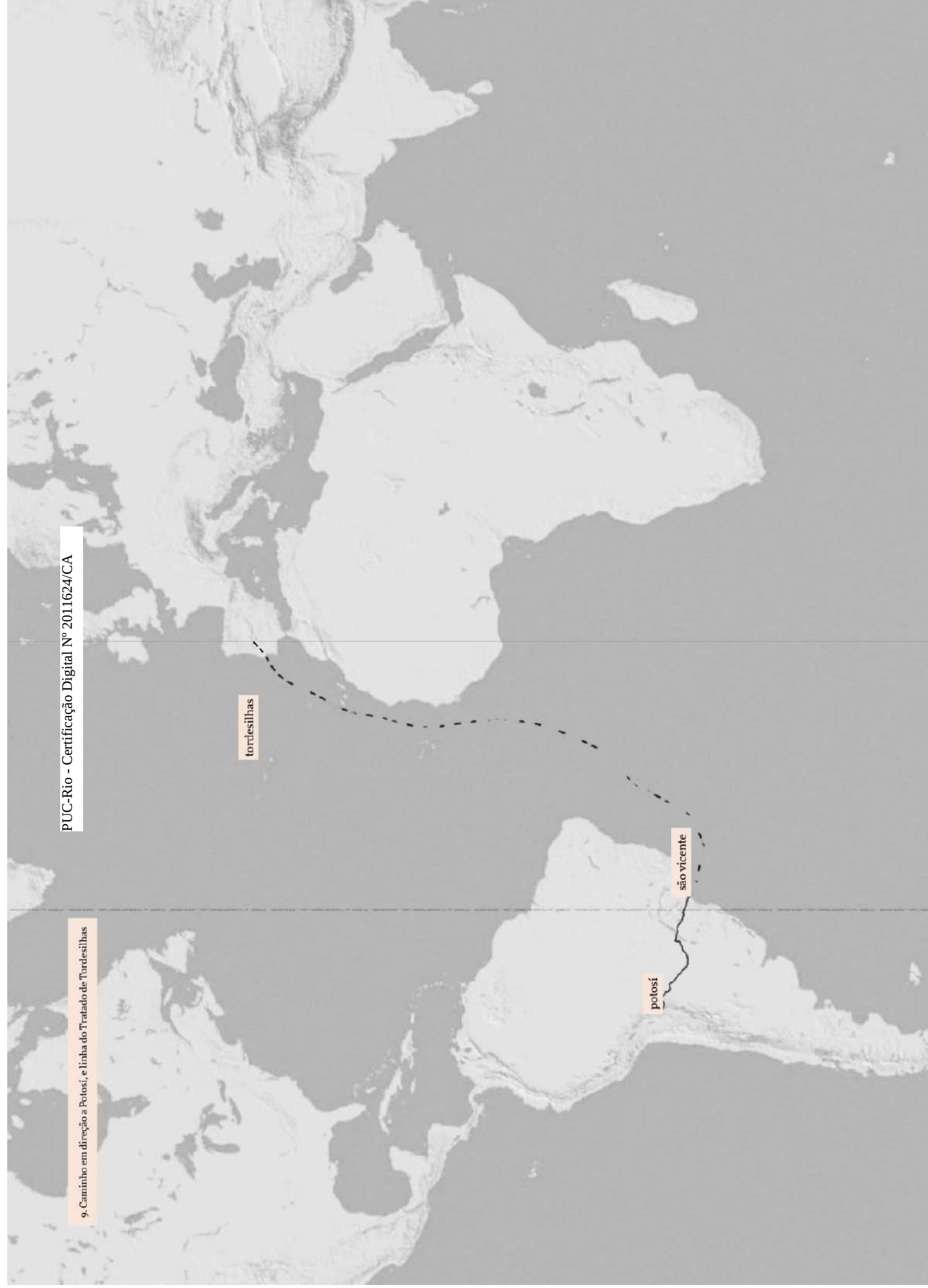
são paulo

são vicente

potosí







Anexo IV
entrevista com
Paulo Mendes da Rocha

entrevista com Paulo Mendes da Rocha

27.07.2020, São Paulo (remoto)

por Eleonora Aronis Rainha

EAR

Gostaria de saber até que ponto no projeto da Casa do Butantã foi considerada a Casa do Bandeirante no terreno à frente?

PMR

Em relação a casa do bandeirante, o projeto então que eu fiz naquele lugar, o que que tem de fato é a questão histórica das diferenças casa e casa; tanto que aquilo chama casa do bandeirante – é uma casa, e eu estava fazendo outra casa... olha o tempo o que passou, tá certo?

Então, o que mais caracteriza a relação entre as duas é o fato de estarem ali na frente, a casa namorando sempre aquilo que estava lá com uma história bastante consistente, estava porque o rio passava ali, o rio que foi retificado e, portanto, afastado, ali encostavam as canoas e se abasteciam naquela propriedade um pouco já afastada da área já intensamente urbanizada da cidade de São Paulo, ali se abasteciam então as canoas de mantimentos etc. etc. para avançar para o sertão, compreende?

Por isso que chama casa do bandeirante, os bandeirantes faziam ponto ali, as vezes com verdadeiras flotilhas, três quatro grandes canoas para subir o Rio e lá pra dentro naquelas expedições tipo bandeiras etc. etc. então a casa está lá para isso; com as características dela, não vamos repetir, isso é um problema de outro estudo, tem capela, tudo. Mas em relação a casa que eu estava fazendo, o que tem a ver com aquilo? Tem a ver o confronto com a distância histórica, entende? Tá sempre ali você namorando aquilo. Há uma questão coisificada, material, de construção de implantação, de visualização formal muito clara que é o seguinte, o que tem ali muito claro é que havia uma colina onde está a casa do bandeirante, ninguém mexeu

naquilo; e para abrir a rua abriram uma cava na colina; a colina ficou do lado de cá, e do lado de lá a rua que é cavoucada, entendeu? A rua que é escavada.

Estamos com a colina e a casa do bandeirante, você tem que fazer como um cinema, ir visualizando à medida em que eu vou te descrevendo o tempo histórico. Havia ali uma colina junto ao rio que passava encostado, onde as embarcações dos bandeirantes se encostavam para se abastecer e daí continuar lá para dentro, tá certo? Lá pelas tantas, dois séculos depois, aquilo foi comprado pela cia city, loteado, e naturalmente, a casa do bandeirante, que era tombada e ao mesmo tempo era até uma atração para o loteamento, ficou ali onde está; com a rua escavada na colina; do lado de cá os lotes cia city que alguém comprou e construiu as casas, vizinhos etc. etc. E eu então, porque meu pai, não fui eu que comprei, tinha comprado aquela esquina, três lotes, nós subdividimos – a cia City não permite você subdividir o lote, mas de três pode fazer dois, por que está aumentando os lotes entendeu? – e eu combinei, coisa de família, com a minha irmã, e cada um ficou com um lote ali naquela esquina; e eu fiz aquelas casas que aí sim tem a história da casa, porque que eu fiz daquele jeito. Mas a implantação é no terreno natural, a rua que foi escavada.

Eu fiz a casa como se estivesse em cima da colina de modo falso, porque por baixo eu tirei tudo, aí sim, eu respeitei a ideia de implantação na colina, fazendo de conta que a casa estava na colina quando ela está em quatro pilares e se entra por trás, aí você que tem que descrever... aí eu usei a técnica contemporânea, que não era casa de barro como se diz, como era a casa do bandeirante, e fiz, mistifiquei, uma falsidade, fiz um objeto arquitetônico que me interessava.. uma casa que quem olha de fora estando ali na porta da casa do bandeirante vê uma casa em cima da colina, mas entrando por trás você vê que ela está flutuando em quatro pilares para fazer de conta que está na colina, e, ao mesmo tempo, uma casa singela de um andar só como é a casa do bandeirante, uma casa térrea, entretanto com um subsolo capaz de abrigar aquilo que lá em cima não caberia, alguns automóveis, brincadeira de criança, mesa de ping-pong... elementos históricos que mudam o uso que uma casa de família com criança etc. etc. entendeu?

EAR

Claro, então a relação entre as duas casas seria uma relação de confronto do tempo?

PMR

Exatamente, implantação, de visão paisagística do conjunto. As outras casas não têm, fica tudo atrapalhado, etc. Não é?

Bibliografia

ABUD, Katia Maria. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese de Doutorado em História Social pelo Universidade de São Paulo. 1986.

AB'SABER, Aziz. *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, David. *A Queda do Céu*. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

ALBUQUERQUE, LUIS de (dir.). *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

AMARAL, I. Quase tudo que você queria saber sobre tectônica, mas tinha vergonha de perguntar. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP*, São Paulo, n. 26, p. 148-167, dez. 2009.
<<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43644>>.

ANDRÉS, Roberto; CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata; MOULIN, Gabriela (org.). *Habitar o Antropoceno*. BMG Cultural/Cosmópolis, Minas Gerais, 2022.

ARÁOZ, Horácio Machado. *Mineração, Genealogia do Desastre: O Extrativismo na América Latina como Origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ARTIGAS, Rosa; LIRA, João Tavares Correia de (org.). *Vilanova Artigas Caminhos da Arquitetura Moderna*. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

AURELI, Pier, TATTARA, Martin. *Platforms: Architecture and the Use of the Ground. Conditions*, 2019. *E-flux tradução livre*
<<https://www.e-flux.com/architecture/conditions/287876/platforms-architecture-and-the-use-of-the-ground/>>

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, (1.ed. 1942).

BARBOSA, M. *Roteiro das Jazidas e Minas de Ouro e Outros Metais Preciosos e Existentes no Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Typ. Montenegro, 1892. Disponível em acervo digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. *Antes do Parque Ibirapuera: a história do vazio (1890-1954)*.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 25, nº3, p. 167-194, setembro-dezembro 2017 disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672017v25n0306>

BRETON, David Le. *Se Remettre Debout : Marcher Pour Se Sentir Vivant*. Érès | Empan. n° 118, 2020

BROIDE, Emília; BROIDE, Jorge (Coord.). *Butantã: Um Bairro em Movimento*. Memória, vida Transformação. São Paulo: Versal Editores, 2013.

CANÇADO, Wellington. Desconstrução civil. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 10, página 102 - 111, 2017.

CANÇADO, Welligton. *Sob o pavimento, a floresta: cidade e cosmopolítica*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CANÇADO, Wellington. *Plantar Cidades, Construir Florestas*. In WISNIK, Guilherme, SERAPIÃO, Fernando (org.) *Infinito Vão*. São Paulo: Editora Monolito, 2019.

COELHO, H. V. Castro Coelho. *Povoadores de São Paulo, Afonso Sardinha*. Revista da ASBRAP n° 17, 2011.

CACCIARI, Massimo. *A Cidade*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010. p. 28

CARERI, Francesco. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: GG, 2013.

COSTA, Carlos Zibel. O Desenho Cultural da Arquitetura Guarani. Resvista pós-graduação Arquitetura e Urbanismo FAUUSP. São Paulo n.4 p. 113-130 dez 1993.

COSTA, Lúcio. *Registros de Uma Vivência*. São Paulo: Editora 34, 2018. p. 112

CRUTZEN, Paulo. *The Anthropocene: Conceptual and Historical Perspectives*, Philosophical Transactions of the Royal Society, n°. 369, 2011 in *United Nations, World Urbanization Prospects – the 2014 Revision: Highlights*, Nova York: United Nations, 2014

CURI, Fernanda Araujo. *Ibirapuera, metáfora urbana. O público/privado em São Paulo 1954-2017*. Teses USP, 2018, p.78.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

FAUSTO, Boris; FAUSTO, Sérgio. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.

FLUSSER, Vilém. *Arquivovilemflusser, Projeto Vilém Flusser no Brasil*. disponível em photoplus.com/flusser.

FORTY, Adrian. *Concrete and Culture: A Material History*. London: Reaktion Books, 2012.

FRAMPTON, K. *Between Earthwork and Roofwork. Reflections on the Future of the Tectonic Form*. In Form and Struture, Lotus International 99, Rivista Trimestrale di Architettura, Milão: Gruppo Editoriale Electa, 1998.

GALLOIS, Dominique Tilkin; MACEDO, Valéria. *Nas Redes Guarani: saberes, traduções e transformações*. São Paulo: Hedra, 2018.

GLAZIOU, Auguste François Marie, *Relatório Sobre a Segunda Missão Cruls*, 1893. In *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HAMILTON, Earl J. *American treasure and the price revolution in Spain, 1501–1650*. Harvard University Press, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014. 4ª ed.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2014. 4ª ed.

ICKX, W. *On Topography*. OASE. Critical Regionalism Revisited, Rotterdam, n. 103, maio 2019, p. 120–122. <<https://oasejournal.nl/en/Issues/103/OnTopography>>. p. 1 tradução livre

INGOLD, Tim. *Lines: A Brief History*. London: Routledge. e-book, 2007.

ITURBE, Elisa. *Architecture and the Death of Modernity*. Log 47: Overcoming Carbon Form: Introductory Essay by Elisa Iturbe, 2019.

JUNQUEIRA, Monica. *Artigas e a Escola Paulista*. Arq.ub, número 14, segundo semestre 2015. p. 137.

KAMITA, João Masao. *Vilanova Artigas*. São Paulo: Cosac Naify, 2000.

KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KOK, Glória. *Imagens do Sertão da América Portuguesa*. *Revista América*, São Paulo, n.2, 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu Palavras de um Xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

LEMOS, Carlos. *Apresentação*. In: MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008.

MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casas Bandeiristas*. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2008.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Porque Construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.

MALACO, Jonas Tadeu Silva. *Dois Ensaio*s. São Paulo: Alice Foz, 2003.

MAMMÌ, Lorenzo. “A construção da sombra”. In: ESPADA, Heloísa. *As construções de Brasília*. São Paulo: IMS, 2010.

MAYUMI, Lia. *Taipa, Canela-preta e Concreto, Estudo Sobre o Restauro de Casa Bandeiristas*. São Paulo, Romano Guerra Editora, 2008.

MORALES, Solá. *Arquitectura Inmaterial*. Cambridge: MIT Press, 2000.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de Tupi Antigo*. São Paulo: Global, 2013.

MASAO, João Kamita; NOBRE, Ana Luiza (org.). *Arquitetura Atlântica: Deslocamentos Entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Romano Guerra, 2020.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores*. 2001. Tese (Livre-Docência) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2001

NOBRE, Ana Luiza. *Tanto Chão: Topografias da Arquitetura Contemporânea entre Brasil e Portugal*. P. 154

Disponível em < https://www.atlasdochao.org/wp-content/uploads/2021/10/Tanto-Chao_-Arq-Atlantica_Ana-Luiza-Nobre.pdf>

NOBRE, Ana Luiza. *O Chão como Projeto*. In LEPIK, Andres; TALESNIK, Daniel (org.). *Access for All: São Paulo's architectural infrastructures*. Munique: Park Books, 2019.

NOBRE, Ana Luiza. *Um em dois. As casas do Butantã, de Paulo Mendes da Rocha*.

Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 086.01, Portal Vitruvius, jul. 2007

<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.086/228>Page

OTONO, Catherine (org.). *Paulo Mendes da Rocha Casa Butantã*. São Paulo: Ubu, 2016

PAPPALARDO, Laura. *Mapping Grounds for Reparations in Jaraguá Peak. Master of Environmental Design Theses*. 2021.

<<https://elischolar.library.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1003&context=envdesign>>

PESSOA, Denise Falcão. *O processo de Retificação do Rio Tietê e suas Implicações na Cidade de São Paulo, Brasil*. Disponível em

<https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/158617/159285/392074> p. 3

POPYGUÁ, Timóteo da Silva Verá Tupã. *A Terra é Uma Só*. São Paulo: Hedra, 2018.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. *Bandeirantismo e a Identidade Nacional*. Revista Terra Brasilis nº 375, 2004.

REIS, Nestor Goulart. *As minas de ouro e formação das capitâneas do Sul*. São Paulo: Vila das Artes, 2013

SARAMAGO, Ligia. *A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. Tese de Doutorado em Filosofia apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

SEGAWA, Hugo. Vilanova Artigas, o renascer de um mestre. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 01, n. 001.21, Vitruvius, jan. 2002

<<https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3258>>.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os Guardiões da Nossa História Oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.

SEGAWA, Hugo. Vilanova Artigas, o renascer de um mestre. *Revista vitruvius*. <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3258>

TAVARES, Paulo. *A Capital Colonial*. Ensaios, Instituto Moreira Salles, 2020. disponível em <<https://revistazum.com.br/ensaios/a-capital-colonial/>>

INGOLD, Time. *The Appropriation of Nature: Essays on Human Ecology and Social Relations* Iowa City: University of Iowa Press, 1987. tradução livre.

TELLES, Sophia. *Museu da Escultura. AU – Arquitetura e Urbanismo*, n. 32, São Paulo, out./nov. 1990.

TELLES, Sophia. *Primeiras Aulas*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QUpSiliz70Y>.

TELLES, Sophia. *A Arquitetura Modernista Um Espaço sem Lugar*. Artigo 1. 1983. disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/TELLES_Sophia_AAArquiteturaModernistaUmEspaçoSemLugar-pdf

TRINDADE, Jaelson Bitran. Luis Saia, arquiteto (1911-1975) a descoberta, estudo e restauro das “moradas paulistas”. *Revista Rico iau-usp* 18-19 2|291-1|2014.

Utzon, Jorn. *Platforms and Plateaus: Ideas of a Danish Architect*. Zodiac, No. 10, 1962. p. 113–140. Tradução livre. disponível em <<https://www.transfer-arch.com/monograph/platforms-and-plateaus/>>

WALDMAN, Thais. *Entre Batismos e Degolas: (Des)caminhos Bandeirantes em São Paulo*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2018.

WEIMER, Gunter. *A Casa do Bandeirante, Uma Revisão de Suas Origens*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 149, 2015.

WISNIK, Guilherme (org.). *Encontros, Paulo Mendes da Rocha*. Rio de Janeiro: Azouge, 2012.

WISNIK, Guilherme. *Brasília: Natureza Reinventada*. In: KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: CosacNaify, 2010.

ZEIN, Ruth Verde. *Arquitetura Brasileira, Escola Paulista e As Casas de Paulo Mendes da Rocha*. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.